



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**

**LARISSA CARREIRA DA CUNHA**

**As relações de poder na política energética brasileira: análise do processo comunicacional do planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós**

**BELÉM – PA  
2015**

**LARISSA CARREIRA DA CUNHA**

**As relações de poder na política energética brasileira: análise do processo comunicacional do planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU).

**Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro.**

**BELÉM – PA  
2015**

Dados Internacionais de Catalogação de publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Cunha, Larissa Carreira da

As relações de poder na política energética brasileira: análise do processo comunicacional do planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós / Larissa Carreira da Cunha; orientadora, Edna Maria Ramos de Castro – 2015.

173 f.; il.: 30 cm

Inclui Bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

1. Usina hidrelétrica – Tapajós. 2. Amazônia. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Castro, Edna Maria Ramos de, orientador. II. Título.

CDD: 21. ed. 341.37328115

---

**LARISSA CARREIRA DA CUNHA**

**As relações de poder na política energética brasileira: análise do processo comunicacional do planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós**

**Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU).**

**Defendido e aprovado em: 26 / 02 / 2015**

**Banca examinadora:**

---

**Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro. – Orientadora  
PPGDSTU - Universidade Federal do Pará**

---

**Profa. Dra. Nirvia Ravena – Examinadora Interna  
PPGDSTU - Universidade Federal do Pará**

---

**Prof. Dr. Otacílio Amaral Filho – Examinador Externo  
PPGCOM – Universidade Federal do Pará**

*À minha família e ao meu grande amigo Toy.*

## **AGRADECIMENTOS**

Meu agradecimento à Deus, sempre e em primeiro lugar.

À minha família, meu pai Lúcio Cunha, minha mãe Maria de Belém Carreira, meus irmãos Luciano Cunha e Leandro Carreira, meus sobrinhos Felipe e Melissa Carreira, pelo carinho e apoio de sempre.

À minha amada avó, Odaléa Lobato, a Dona “Pequenina”, pela sabedoria.

Ao meu companheiro, Jader Gama, pelo amor, pela dedicação e pelas alegrias.

À minha profa. Edna Castro, pela generosidade em conviver e compartilhar as experiências acadêmicas e pela orientação fundamental que me enriqueceu nos últimos dois anos.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, aos professores, técnicos e funcionários dos serviços gerais pelo acolhimento, pelo compartilhamento de saberes, pela oportunidade de estudar sobre a Amazônia na Amazônia de forma crítica e principalmente, pela agradável convivência diária.

Ao prof. Fábio Carlos, pela amizade e convivência.

À profa. Nirvia Ravena, por me mostrar novos caminhos.

Ao prof. Otacílio Amaral pelo carinho.

Ao Movimento Tapajós Vivo por toda a contribuição fundamental ao meu trabalho, pelo compartilhamento da luta em defesa do rio Tapajós.

À equipe do Diálogo Tapajós pelo acesso às informações.

Aos colegas do NAEA do mestrado e do doutorado pela troca.

E à todos os meus amigos pelos momentos de alegrias.

*“O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”*

*Michel Foucault*

## RESUMO

A produção de energia elétrica é considerada como ação estratégica para o desenvolvimento econômico do país e está inserida na política econômica através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC I e II). Dentre as fontes de geração de energia, a hidroelétrica está como a principal componente da matriz energética brasileira, correspondendo a quase 80% do total da produção. Nesse sentido, a Amazônia se constitui como região estratégica para o planejamento de usinas hidrelétricas, como o caso do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, o qual é composto pelo projeto de cinco usinas na região da Bacia do Rio Tapajós, oeste do Pará, sendo também um dos locais mais preservados do país. O presente estudo faz uma análise do planejamento das usinas São Luiz do Tapajós e Jatobá, a partir do processo comunicacional que se estabelece pelo projeto de comunicação “Diálogo Tapajós”, criado pelo Grupo de Estudos Tapajós, composto por empresas com o intuito de fazer os estudos de impacto ambiental e viabilidade econômica. O estudo vai considerar um campo de tensão e disputa permanente entre agentes que de um lado defendem um modelo de desenvolvimento econômico e de outro defendem a preservação ambiental e fazer a análise das relações de poder nessa fase dos projetos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Complexo Hidrelétrico Tapajós; Amazônia; Desenvolvimento; Processo Comunicacional; Energia.

## **ABSTRACT**

The production of electrical energy is considered strategic for the country's economic development, and was inserted on the economic policy by the Growth Acceleration Program (PAC in Portuguese). Between the sources of electricity generation, hydroelectric plants are responsible for almost 80% of Brazil's energy production. In this sense, Amazon becomes an strategic region for the planning for new hydroelectric plants, as in the Hydroelectric Complex of Tapajós, which is composed by five plants on the region of the Tapajós river basin, west of Pará, also one of the most preserved places in the country. This study analyzes the planning of the plants of São Luiz do Tapajós e Jantobá, starting from the comunicacional process that is established by the project "Tapajós Dialogue", created by the Tapajós Study Group, composed by companies that intent to study the environmental impact and economic viability. This study will consider a permanent source of tension and dispute between agents that in one hand defend a model of economic growth, and in the other hand defend the environmental preservation, and will analyze the relations of power in this phase of the projects.

**KEY WORDS:** Hydroelectric Complex Tapajós; Amazon; Development; Communicational process; Energy.

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** – Categorização dos materiais de comunicação do projeto “Diálogo Tapajós”

**Tabela 2** – Relação de documentos pesquisados relacionados à energia

**Tabela 3** – Relação de entrevistados, critérios para a seleção, local, data e tempo de entrevista.

**Tabela 4** – “Por que construir hidrelétricas?”: representação dos argumentos

**Tabela 5** – Vídeo “Estudo analisa impactos da construção de hidrelétricas no Rio Tapajós”

**Tabela 6** – Vídeo “o Brasil e as hidrelétricas”

**Tabela 7** – “Usina-plataforma: a geração de energia aliada à preservação ambiental”: representação dos argumentos

**Tabela 8** – Vídeo “Por que construir usinas hidrelétricas no rio Tapajós”

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Gráfico 1** – Modelo metodológico da pesquisa em comunicação

**Figura 1** – Mapa das hidrelétricas na Amazônia

**Figura 2** – Distribuição da capacidade instalada por tipo de fonte

**Figura 3** – Potencial hidrelétrico teórico no mundo e Potencial Hidrelétrico Tecnicamente aproveitável no mundo em TWh/ano

**Figura 4** – Aproveitamento do Potencial Hidrelétrico Brasileiro, por região %

**Figura 5** – Bacias hidrográficas

**Figura 6** – Comparação entre os cenários de cobertura do solo na bacia do Tapajós para o ano de 2030.

**Figura 7** – Etapas de implantação de aproveitamentos hidrelétricos

**Figura 8** – Matéria do portal da UFPA: “As relações entre a água e a energia elétrica”

**Figura 9** – Índices de emissões de gás carbônico e metano

**Figura 10** – Execução Global do PAC II

**Figura 11** – Mapa dos empreendimentos energéticos no Pará

**Figura 12** – Agentes do Campo do Planejamento do Projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós

**Figura 13** – Cartilha 2 – São Luiz do Tapajós – A Barragem e os Impactos

**Figura 14** – Box Copel: “Estudos de viabilidade são um bom negócio”

**Figura 15** – Cartilha do Movimento Tapajós Vivo

**Figura 16** – Folder frente e costa “Caravana em defesa do rio Tapajós”

**Figura 17** – Esquema do Campo Dinâmico da Produção de Energia Hidrelétrica no Tapajós  
-Principais agentes

**Figura 18** – Matéria 'Bem vindo ao Blog Usinas do Tapajós

**Figura 19** – Box “Por que construir hidrelétricas?”

**Figura 20** – Matéria do Blog 'Desenvolvimento exige expansão da oferta de energia

**Figura 21** – Vídeo 'Estudo analisa impactos da construção de hidrelétricas no rio Tapajós

**Figura 22** – Matéria de destaque do Blog: “Energia limpa hoje e amanhã

**Figura 23** – Vídeo do Blog: “O Brasil e suas usinas hidrelétricas”

**Figura 25** – Matéria do Site: “Usina-plataforma: a geração de energia aliada à preservação ambiental

**Figura 26** – Matéria do Blog: “Usina-plataforma, uma ideia brasileira

**Figura 27** – Matéria do Blog: “Presidente da Itaipu diz que usina-plataforma é o futuro d gestão hidrelétrica

**Figura 28** – Cartilha do movimento “Aliança Tapajós Vivo”: “O que promete uma usina plataforma”

**Figura 29** – Cartilha “A Barragem e os Impactos” - São Luiz do Tapajós

**Figura 30** – Cartilha “A Barragem e os Impactos”: atividades de trabalho

**Figura 31** – Cartilha “A Barragem e os Impactos” - Jatobá

**Figura 32** – Vídeo “Por que construir usinas hidrelétricas no rio Tapajós?: evolução dos impactos1

**Figura 33** – Vídeo “Por que construir usinas hidrelétricas no rio Tapajós?: evolução dos impactos2

**Figura 34** – Cartilha 1 São Luiz do Tapajós: “Nós vamos perder nossas terras e nossas casa?”

**Figura 35** – Cartilha 1 São Luiz do Tapajós: perguntas 3 e 4

**Figura 36** – Cartilha 'Aliança Tapajós': Por que o Zeca é contra essas hidrelétricas no Rio Tapajós

**Figura 37** – Cartilha São Luiz do Tapajós: casa com antena parabólica

**Figura 38** – Manchete do Site: “Grupo de Estudos Tapajós promove encontros para esclarecer informações sobre o Rima da AHE São Luiz do Tapajós”

**Figura 39** – Manchete do Site: “Governo federal reafirma o diálogo com lideranças Munduruku sobre a consulta prévia”

**Figura 40** – Manchete do Site: “ Governo Federal reúne-se com indígenas Munduruku”

**Figura 41** – Manchete do Site: “Secretaria-Geral reitera proposta de negociação com indígenas, mas exige a desocupação de Belo Monte

**Figura 42** – Cartilha São Luiz do Tapajós EIA-RIMA: Audiências Públicas

**Figura 43** – Artigo “Povos Indígenas e Expansão Hidrelétrica na Amazônia”

**Figura 44** – Relação dos agentes e conceitos

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AAI – Avaliação Ambiental Integrada  
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica  
ANP – Agência Nacional do Petróleo  
BEN – Balanço Energético Nacional  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento  
CEPEL – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica  
CHT – Complexo Hidrelétrico do Tapajós  
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética  
CPLI – Consulta Prévia, Livre e Informada  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
EIA - Estudo de Impacto Ambiental  
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras  
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil  
EPE - Empresa de Pesquisa Energética  
EVTE – Estudo de viabilidade técnica e econômica  
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
GDA – Grupo de Defesa da Amazônia  
GET - Grupo de Estudos Tapajós  
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IIRSA - Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana  
INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia  
IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima  
LP – Licença Prévia  
LO – Licença de Operação  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem  
MME - Ministério de Minas e Energia  
MPF - Ministério Público Federal  
MTLM - Movimento dos trabalhadores de luta por moradia  
MTV – Movimento Tapajós Vivo

NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento  
PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas  
PPA – Plano Plurianual  
PROINFA - Fontes Alternativas de Energia Elétrica  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
SIN – Sistema Interligado Nacional  
STF – Supremo Tribunal Federal  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
UHE – Usina Hidrelétrica

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	18
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	18
1.2 HIPÓTESES DE PESQUISA.....	18
1.3 OBJETIVO GERAL.....	19
<b>1.3.1 Objetivos específicos</b> .....	19
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
<b>1.4.1 O Estruturalismo construtivista de Bourdieu</b> .....	19
<b>2. AGENTES E O CAMPO SOCIAL</b> .....	27
2.1 PODER, CAMPO E <i>HABITUS</i> .....	27
2.2 MÍDIA, POLÍTICA E ESFERA PÚBLICA.....	34
2.3 O PROCESSO COMUNICACIONAL.....	38
<b>3. A POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA E O CONTEXTO AMAZÔNICO</b> .....	46
3.1 O PANORAMA DA PRODUÇÃO DE ENERGIA NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO.....	46
3.2 A AMAZÔNIA NO CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL E A REGIÃO DO TAPAJÓS.....	52
3.3 GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS.....	57
<b>3.3.1 A energia hidroelétrica</b> .....	57
<b>3.3.2 A retórica da energia limpa</b> .....	60
<b>3.3.3 Casos da implantação de hidrelétricas no Brasil e na Amazônia</b> .....	62
<b>3.3.4 A questão indígena</b> .....	65
<b>4. O COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO TAPAJÓS</b> .....	67
4.1 PACII E AS POLÍTICAS NA REGIÃO DE ITAITUBA E JACAREACANGA.....	67
<b>4.1.1 Os projetos hidrelétricos de Jatobá e São Luiz do Tapajós</b> .....	70
4.2 OS AGENTES E O CAMPO DO PLANEJAMENTO DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO TAPAJÓS.....	72
<b>4.2.1 O Estado</b> .....	74
<b>4.2.2 As empresas (O Grupo de Estudos Tapajós)</b> .....	77

<b>4.2.3 Os movimento sociais.....</b>	<b>80</b>
<b>4.2.4 Os indígenas.....</b>	<b>82</b>
<b>4.2.5 As comunidades locais.....</b>	<b>84</b>
<b>4.2.6 A Imprensa (Corporativa e Alternativa).....</b>	<b>86</b>
<b>4.3 A DINÂMICA DO CAMPO COM OS AGENTES.....</b>	<b>88</b>
<b>5. ANÁLISE DO PROCESSO COMUNICACIONAL DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DAS HIDRELÉTRICAS NO TAPAJÓS.....</b>	<b>92</b>
<b>5.1 A DISPUTA PELO SENTIDO: SITE DO GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS, BLOG “USINAS DO TAPAJÓS” E A COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....</b>	<b>92</b>
<b>5.1.1 Desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável.....</b>	<b>93</b>
<b>5.1.2 Energia limpa.....</b>	<b>97</b>
<b>5.1.3 Produção de energia através de hidrelétricas.....</b>	<b>104</b>
<b>5.1.4 Usinas plataforma: vetor de preservação ambiental.....</b>	<b>109</b>
<b>5.1.5 Amazônia e a região do Tapajós.....</b>	<b>115</b>
<b>5.1.6 Melhoria de vida da população.....</b>	<b>121</b>
<b>5.1.7 Diálogo, participação social e comunicação.....</b>	<b>126</b>
<b>5.1.8 Conflito com os indígenas.....</b>	<b>133</b>
<b>5.2 DISPUTAS DE PODER PELO “BEM DA NAÇÃO”: A POSITIVAÇÃO DOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E MELHORIA DE VIDA PARA A LEGITIMAÇÃO DOS PROJETOS HIDRELÉTRICOS NO TAPAJÓS.....</b>	<b>136</b>
<b>6. CONCLUSÕES.....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>146</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>151</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>159</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O objeto comunicativo que surge pelo processo ao longo do tempo da ação da construção de hidrelétricas que se define pela chegada de um modelo desenvolvimentista de um lado e de outro o direito das populações em defesa do desenvolvimento local e na manutenção do padrão ambiental nestes locais que serão devastados. Como recorte do nosso objeto de estudo, definimos o planejamento do projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, que está previsto em uma porção do oeste do Pará, banhada pelo rio Tapajós, e que representa uma das regiões mais preservadas do Brasil. Os estudos de inventário do Complexo Hidrelétrico do Tapajós identificaram sete aproveitamentos hidrelétricos. São eles: a UHE Cachoeira do Caí (802 MW), UHE Jamanxim (881 MW), UHE Cachoeira dos Patos (528 MW), UHE Chacorão (3.336 MW), UHE Jardim de Ouro (227 MW), UHE Jatobá (2.338 MW) e UHE São Luiz do Tapajós (6.133 MW).

Assim, constituímos um objeto de pesquisa, através da problemática das relações que se estabelecem durante esse processo de planejamento das usinas hidrelétricas previstas para a Bacia do Rio Tapajós, enfocando o processo comunicacional e percebendo o discurso retórico que se constrói com os temas de energia e hidrelétricas. Dessa forma, o problema de pesquisa pode ser resumido na seguinte pergunta: Como se estabelecem as relações de poder entre o Estado e a sociedade através do processo comunicacional do planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós?

## 1.2 HIPÓTESES DE PESQUISA

Para que conseguíssemos desenvolver de forma mais clara e objetiva a questão central do trabalho, elaboramos algumas hipóteses de pesquisa, a saber:

- Por mais tenso e midiático que seja o processo de comunicação em relação a sociedade haverá sempre o predomínio do Governo pelo fato da sua natureza hegemônica.
- O direito à informação e a transparência pública podem não representar a democratização do espaço midiático e o diálogo efetivo entre Estado e sociedade.

- A comunicação é campo estratégico na participação dos processos decisórios sobre políticas de desenvolvimento para a região. E a natureza dessa comunicação é informacional.

### 1.3 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da referida pesquisa é analisar a constituição das relações de poder entre Estado e a sociedade no processo comunicacional do planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, considerando a comunicação como elemento estratégico de embate político no plano da definição de políticas públicas de desenvolvimento na Amazônia e no país.

#### 1.3.1 Objetivos específicos

Como objetivos específicos do trabalho, podemos elencar os seguintes pontos:

- Descrever e interpretar o processo de comunicação entre os agentes envolvidos (mídia, governo/empresas, movimentos sociais, indígenas e comunidades locais).
- Descrever e analisar o material de comunicação produzido pelo grupo de estudos Tapajós, através do projeto “Diálogo Tapajós”.
- Analisar o contexto político e econômico das políticas energéticas, em específico, do Complexo Hidrelétrico do Tapajós.

### 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 1.4.1 O Estruturalismo construtivista de Bourdieu

Para o desenvolvimento do presente trabalho, fizemos uma pesquisa dos processos comunicacionais estabelecidos pela aplicação da política energética na Amazônia, neste caso, o planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós (UHE Tapajós e UHE Jatobá), considerando as lógicas de embate político entre os diversos agentes que atuam nesses processos, como governo/mercado, mídia e as populações locais, diretamente afetadas pela construção das barragens.

O desenvolvimento do texto foi embasado pelo estudo empírico e organização do conhecimento. As etapas da pesquisa serão descritas a seguir apenas a título de organização do pensamento e estruturação do trabalho, mas acreditamos que essas fases não são nem completamente autônomas e nem fixas, e sim construídas de forma dinâmica com as interações exigidas pelo processo de pesquisa (LOPES, 2005).

Considerando as organização teórica, metodológica e epistemológica proposta por Lopes (2005), as fases metodológicas da pesquisa são: definição do objeto (teorização da problemática); observação (técnicas de investigação); descrição (técnicas e métodos de descrição); e por fim interpretação (métodos de interpretação). Já as operações metodológicas terão como base o seguinte percurso: definição do problema de pesquisa; delimitação do quadro teórico de referência; hipóteses; amostragem; técnicas de coleta; análise descritiva; análise interpretativa; conclusões e bibliografia. Ressaltando que o quadro de referência é o delimitador do problema de pesquisa e suporte para os focos da investigação. No quadro abaixo elaborado por Lopes (2005) podemos verificar como as fases se imbricam com as operações metodológicas no decorrer da pesquisa.

**Gráfico 1** – Modelo metodológico da pesquisa em comunicação.

**Modelo metodológico da pesquisa em comunicação - Componentes sintagmáticos**



**Fonte:** Lopes (2005).

Dessa forma, realizamos uma pesquisa bibliográfica a cerca dos temas do poder, campo, *habitus*, esfera pública, processo comunicacional, contrato de leitura, estratégia e

tática para nos embasarmos à análise dos temas e enquadramentos dos processos sociais que foram vislumbrados pelo objeto da nossa pesquisa.

O referencial teórico que se apresenta, objetivou nos dar embasamento para a posterior análise dos temas e enquadramentos dos processos comunicacionais que foram vislumbrados pelo objeto da nossa pesquisa, que utilizará a abordagem qualitativa (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Analisamos os processos comunicacionais presentes na etapa de planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, junto aos agentes do campo comunicacional, verificando especialmente as estratégias comunicacionais adotadas pelas empresas que estão diretamente envolvidas com os estudos ambientais e de viabilidade econômica, considerando as mediações do processo e as condições de produção.

Tivemos em mente a busca pela objetividade científica ao longo da pesquisa, através de progressiva descentração, como ressalta Maria Immacolata Lopes:

A objetividade é entendida como limite ao qual se tende e a que nunca se chega terminantemente. Essa posição descentrada é indispensável à *autonomia relativa da pesquisa*, isto é, à sua exigência interna de desenvolvimento e de autocontrole, impedindo que ela se converta em mera caixa de ressonância de normas externas e, portanto, em discurso totalmente ideológico (LOPES, 2005, p. 95).

Assim, na busca de procedimentos metodológicos que melhor nos ajudassem a atingir os nossos objetivos da pesquisa e com melhores condições para uma análise com qualidade do nosso problema, utilizamos o método construtivista estruturalista proposto por Pierre Bourdieu que colaborou com o nosso percurso aplicado à análise da comunicação. O teórico buscou a união entre a dicotomia objetivismo/estruturalismo na questão da relação entre *habitus* e campo, dessa forma, ele foge da inflexibilidade universalista do estruturalismo, considerando a dinâmica das relações sociais. As estruturas ao mesmo tempo em que são estruturantes, também podem sofrer influências e serem alteradas:

A estrutura do campo é um estado de relações de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores. Essa estrutura, que está no princípio das estratégias destinadas a transformá-la, está ela própria sempre em jogo: as lutas cujo lugar é o campo têm por parada em jogo o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, quer dizer, em última análise, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico. (BOURDIEU, 2003, p.120-121)

Posteriormente à pesquisa da bibliografia realizamos as entrevistas aos públicos que vimos como prioritários para o desenvolvimento do trabalho: os participantes das atividades do projeto “Diálogo Tapajós”, os coordenadores do projeto, membros do governo federal e municipal, indígenas e integrantes de movimentos sociais da região do Tapajós. Considerando que a "Entrevista é uma das mais comuns e poderosas maneiras que utilizamos para tentar compreender nossa condição humana". (DUARTE *apud* FONTANA & FREY, 2010, p. 62). O material coletado nos ajudou no entendimento do posicionamento de cada agente ou grupo de agente a cerca do processo de planejamento das hidrelétricas no Tapajós, em especial quanto ao projeto de comunicação “Diálogo Tapajós”, nos possibilitando verificar uma postura convergente, divergente ou indiferente ao discurso construído pela enunciação dos materiais publicizados.

As entrevistas foram do tipo abertas com a população, para a obtenção de pesquisa qualitativa, tendo como ponto de partida as atividades de aulas, seminários, cursos e palestras promovidas pelo Grupo de Estudos Tapajós (GET), com o objetivo inicialmente de analisar a percepção destes ao processo de formação e consumo das informações midiáticas, avaliando o seus usos individuais e o posicionamento de cada um.

Foram realizadas pesquisas de campo nas cidades de Santarém, Itaituba e nas comunidades locais, no oeste do Pará, para uma coleta de material de pesquisa junto aos agentes significativos dentro do campo em disputa, além de entrevista com o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, senhor Altino Ventura Filho e representantes do poder local, com o intuito de compor um material com o discurso governamental a cerca da política energética e dos projetos hidrelétricos que estão sendo construídos e planejados dentro da Amazônia.

A primeira entrevista e coleta de material de análise foi realizada em Santarém com membros do 'Movimento Tapajós Vivo' composto por membros da igreja católica e ativistas ambientalistas que defendem a preservação da Bacia do Rio Tapajós, ou seja, são firmemente contra a construção de barragens. O segundo momento, já no município de Itaituba, também foi composto por entrevista gravada e coleta de materiais impressos de comunicação, os quais são utilizados no projeto 'Diálogo Tapajós' juntamente com as comunidades alvo do projeto.

No enfoque do consumo das informações midiáticas digitais, levamos em consideração a concepção de Barbero (2006):

(...) nem toda a forma de consumo é interiorização dos valores das outras classes. O

consumo pode falar e fala nos setores populares de suas justas aspirações a uma vida mais digna (...). Daí a grande necessidade de uma concepção não reprodutivista nem culturalista do consumo, capaz de oferecer um marco para investigação da comunicação/cultura a partir do popular, isto é, que nos permita uma compreensão dos diferentes modos de apropriação cultural, dos diferentes usos sociais da comunicação. (BARBERO, 1997, p. 290).

Já as entrevistas com o segundo público, os coordenadores do projeto, foram do tipo semi-abertas, guiadas por um roteiro base, com questionamentos sobre os objetivos, diretrizes e pressupostos do projeto “Diálogo Tapajós”. Sabemos no entanto que pode ter havido distorções na coleta das informações feitas no ato das entrevistas, sejam produzidas pelos entrevistados, seja pelo contexto, mas coube ao nosso papel de pesquisador, minimizar os riscos desse processo. Também foram realizadas entrevistas nesse formato com diversos integrantes de movimentos sociais da região, com algumas lideranças indígenas e com membros da academia da área de hidrelétricas.

E por fim, realizamos a análise (descrição e interpretação) dos materiais de comunicação produzidos pelo GET, como cartilhas, cartazes, vídeos, fotos, áudios, blog e site. A análise desse *corpus* foi subsidiada pelos conceitos de processo comunicacional, contrato de leitura, estratégia, tática, *habitus*, poder simbólico, dentre outros.

A seguir, as tabelas dos materiais de comunicação do projeto “Diálogo Tapajós” por categorias, os dados e as fontes de documentos pesquisados e as entrevistas realizadas.

**Tabela 1** – Categorização dos materiais de comunicação do projeto “Diálogo Tapajós”.

<b>Categoria</b>	<b>Nome</b>	<b>Ano de veiculação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Meio de veiculação</b>
Vídeos	Ver títulos em “apêndices”.	2013/2014	22	Internet/Site, Blog e Canal no Youtube
Áudios	Ver títulos em “apêndices”.	2013/2014	11	Internet/Site
Cartilhas	Ver títulos em “apêndices”.	2013/2014	17	Impresso/Internet
Texto jornalístico	Ver títulos em “apêndices”.	2013	57	Internet/Blog
Texto jornalístico	Ver títulos em “apêndices”.	2014	57	Internet/Blog
Texto jornalístico	Ver títulos em “apêndices”.	2013	23	Internet/Site
Texto jornalístico	Ver títulos em “apêndices”.	2014	11	Internet/Site
Release	“Esclarecimentos sobre a	2013	1	Internet/Site

	consulta aos Munduruku e a invasão de Belo Monte”			
Release	“Governo Federal realiza reunião com lideranças Munduruku”; “Grupo de Estudos publica Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Tapajós”	2014	2	Internet/Site
Artigos	Ver títulos em “apêndices”.	2013	12	Internet/Blog/Site
Artigos	Ver títulos em “apêndices”.	2014	1	Internet/Blog
Fotografia	“Algumas fotos da região do Tapajós”	2013/2014	10	Internet/Site
	“Fim das dúvidas sobre hidrelétricas”	2013/2014	16	Internet/Site
	“Estudos de geologia”	2013/2014	11	Internet/Site
	“Hidrelétricas desmistificadas”	2013/2014	16	Internet/Site
	“Macrófitas aquáticas – São Luiz do Tapajós”	2013/2014	22	Internet/Site
	“Geomorfologia – São Luiz do Tapajós”	2013/2014	16	Internet/Site
	“Entomofauna vetora - insetos”	2013/2014	9	Internet/Site

**Fonte:** Elaboração própria (2014).

**Tabela 2** – Relação de documentos pesquisados relacionados à energia.

<b>Título</b>	<b>Descrição</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Instituição responsável</b>	<b>Público-alvo</b>
Plano Nacional de Energia 2030	Documento com orientações sobre as políticas de desenvolvimento energético para subsidiar o investimento do setor para as próximas	2007	Ministério de Minas e Energia e Empresa de Pesquisa Energética	Governantes, técnicos e instituições da área de energia

	décadas.			
Matriz Energética Nacional 2030	Apresenta a matriz energética para os anos de 2005, 2010, 2020 e 2030. Faz projeções de oferta e demanda de energia e mostro os indicadores dos resultados. Complementa o Plano Nacional de Energia 2030, mas é independente.	2007	Ministério de Minas e Energia e Empresa de Pesquisa Energética	Governantes, técnicos e instituições da área de energia
Balanco Energético Nacional - BEN	Documento que contém a oferta e consumo de energia do país, informações sobre reversar, capacidade instalada e dados estaduais	2013	Empresa de Pesquisa Energética	Instituições da área de energia; População em geral
Balanco Energético Nacional - BEN	Documento que contém a oferta e consumo de energia do país, informações sobre reversar, capacidade instalada e dados estaduais	2014	Empresa de Pesquisa Energética	Instituições da área de energia; População em geral
Balanco Energético Nacional - BEN	Documento que contém a oferta e consumo de energia do país, informações sobre reversar, capacidade instalada e dados estaduais	2014	Empresa de Pesquisa Energética	Instituições da área de energia; População em geral
Resenha Energética Brasileira	Apresenta os indicadores de desempenho do setor energético brasileiro de 2013	2014	Ministério de Minas e Energia	Instituições da área de energia; População em geral
Plano Nacional de Eficiência Energética		-	Ministério de Minas e Energia	
Relatório	Documento de prestação	2013	Agência	População em

ANEEL	de contas para divulgar as ações da ANEEL		Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	geral
Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas	Revisão e atualização do manual publicado em 1997, destacando as mudanças ocorridas no cenário hidrelétrico das bacias hidrográficas.	2007	Ministério de Minas e Energia	Governantes, técnicos e instituições da área de energia

Fonte: Elaboração própria (2014).

**Tabela 3** – Relação de entrevistados, critérios para a seleção, local, data e tempo de entrevista.

Entrevistado (Nome original ou fictício) <sup>1</sup>	Crítérios para a seleção	Local e data	Duração
Altino Ventura Filho	Gestor público responsável pela área do planejamento energético no país	Brasília Abril/2014	- 30min
Gil Rodrigues	Coordenador local do 'Diálogo Tapajós' e estratégico nas ações	Itaituba Abril/2014	- 40min
Edilberto Sena	Coordenador do Movimento Tapajós Vivo. Liderança importante na luta “anti-barragem”	Santarém Abril/2014	- 35min
Entrevistada SLT1	Integrante de aldeia indígena da região do Tapajós. Representa o posicionamento aldeia indígena.	São Luiz do Tapajós Novembro/2014	3min
Entrevistado SLT2	Integrante de entidade indígena da região do Tapajós. Representa o posicionamento de uma entidade indígena.	São Luiz do Tapajós Novembro/2014	13min

Fonte: Elaboração própria (2014).

<sup>1</sup>Os nomes dos integrantes de movimentos sociais, indígenas e moradores das comunidades locais foram preservados.

## 2. AGENTES E O CAMPO SOCIAL

### 2.1 PODER, CAMPO E *HABITUS*

Para o desenvolvimento da pesquisa com base nos procedimentos metodológicos escolhidos, fez-se necessário a identificação de alguns agentes que se relacionam em torno do planejamento das usinas e cujos interesses são diversos. Para isso, buscamos o conceito de campo para nos ajudar com os objetivos do trabalho, considerando o “campo de produção como espaço social de relações objetivas” (BOURDIEU, 1989, p. 64), com o intuito de “compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram” (Ibid, p. 69). Dessa forma, entende-se que o campo é relativamente autônomo e estruturado através dos valores que lhe sustentam, que são determinantes e ao mesmo tempo determinados pelas disposições dos indivíduos e grupos que integram esse campo de forças, que também é um espaço de conflitos e disputas que visam a manutenção ou a transformação desse campo (Bourdieu, 2004).

É necessário considerar então, que o espaço social é composto pelos diversos campos cujas características e dinâmicas são específicas de cada um e possuem relativa autonomia. Esses campos, apesar de possuírem suas próprias regras de funcionamento, relacionam-se entre si. Dessa forma, a relação entre os agentes que compõem cada campo e as relações entre os campos, delimitam o espaço de cada um, ou seja, tais limites são estabelecidos tanto pelas disposições dos agentes, quanto pela sua própria dinâmica. Com a noção de campo e o entendimento da forma como se constituem as regras gerais que determinam o funcionamento de cada um, bem como a dinâmica de relação entre os diversos campos, temos a possibilidade de vislumbrar a natureza das relações entre o campo midiático, político, econômico, ou um campo social constituído a partir de um objetivo ou disputas comuns entre os agentes que o compõe para o acúmulo de determinado capital simbólico, conforme podemos observar na discussão do teórico:

Penso, em primeiro lugar, na noção de “campo”, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e campo de lutas que visam transformar esse campo de forças. As análises as quais submeti campos tão diferentes como o campo artístico ou o campo religioso, o campo científico ou o campo dos partidos políticos, o campo das classes sociais ou o campo do poder, inspiravam-se na intenção de estabelecer as leis gerais dos universos sociais funcionando como campos. E também, claro, as condições econômicas e sociais que devem ser preenchidas para que um universo social possa funcionar como campo, por oposição, de um lado, aos simples agregados amorfos de

elementos (indivíduos, instituições, etc) simplesmente coexistentes e, de outro, aos aparelhos (ou instituições totais), mecanicamente submetidos a uma intenção central (BOURDIEU, 1983, p. 44-45).

Visualizando o campo social, objetivamos analisar a forma relacional de pensar junto ao espaço dos produtores, o que Bourdieu chama de “microcosmo social”, o qual é “um espaço de relações objetivas entre posições [...] e não podemos compreender o que ocorre a não ser que situemos cada agente ou cada instituição em suas relações objetivas com todos os outros” (BOURDIEU, 1996, p. 60).

Nesse sentido, podemos observar que as relações estruturantes e/ou comuns entre os agentes e grupos de agentes que serão destacados, referem-se a disputa pelo planejamento das usinas no rio Tapajós. Constitui-se portanto, um campo relacional sobre a produção de energia hidrelétrica na região amazônica, composto por agentes como empresas, o governo, as comunidades locais, a imprensa, os pescadores, o judiciário, o legislativo, as universidades, entre outros, que estão em relação de tensão e disputa pela discussão sobre a política energética.

Além das relações entre os agentes pertencentes ao campo da produção de energia na Amazônia, que no nosso caso, está diretamente ligado ao planejamento das UHE São Luiz do Tapajós e UHE Jatobá, também há outros campos sociais que se relacionam diretamente com este, na disputa das questões ligadas à política energética. Dentre eles, destacamos o campo político (BOURDIEU, 1989) e o campo econômico (Ibid, 1997), ressaltando que partiremos a nossa análise pelo “campo comunicacional” (MARTINO, 2006). Todos esses campos se interpenetram e se interrelacionam com o campo da produção de energia hidrelétrica.

Quanto ao âmbito da comunicação, Rodrigues (1990) a coloca como formadora de um campo autônomo “constituído pelo conjunto das funções expressivas destinadas a impor ao conjunto do tecido social moderno a pluralidade dos valores expressivos e pragmáticos dos diferentes campos autônomos” (Ibid, p. 159), que faz a mediação com outros campos sociais através dos seus dispositivos comunicacionais que funcionam como legitimadores das instituições que se mobilizam dentro do espaço público, o que ele chama de *campo dos media*<sup>2</sup>, cuja legitimidade é resultante do processo de autonomização dessa função de mediação dos demais campos sociais:

---

<sup>2</sup> “Uma instituição fluida e disseminada pelo conjunto do tecido social moderno. É um noção abstrata com a qual se pretende dar conta de todo um conjunto de funções indispensáveis ao funcionamento de uma sociedade dividida e confrontada com a necessidade de assegurar, apesar de tudo, uma relativa homogeneidade da sua estrutura e de um entendimento acerca dos seus princípios, objectivos, prioridades e modalidades de ação” (RODRIGUES, 1990, p. 153)

A legitimidade do *campo dos media* é de natureza predominantemente vicária ou delegada. [...] A legitimidade específica do *campo dos media* assenta assim na elaboração, na gestão, na inculcação e na sanção dos valores de representação, de transparência e de legibilidade do mundo da experiência no seio de uma sociedade caracterizada pela natureza fragmentada da experiência do mundo (RODRIGUES, 1990, p. 155).

Todos os campos, seja o *campo dos media*, o econômico, o político, o religioso ou o campo constituído pelas relações em torno da produção de energia hidrelétrica são estruturados assim, pelas relações de força entre os agentes que podem ser indivíduos ou grupos, e as instituições que estão em permanente disputa pela hegemonia e por melhores posições dentro do campo, obtidas através da acumulação de determinado capital simbólico, o qual possui valor para aquele campo específico. Dessa forma, os agentes dominantes dentro de determinado campo, possuem uma maior quantidade de capital simbólico, ou do capital específico daquele campo, portanto, estão em uma melhor posição dentro do campo do que aqueles que são dominados, e que assim, possuem uma quantidade menor desse capital.

A determinação dos capitais é de suma importância para a constituição do campo, pois é a distribuição da quantidade dos diversos capitais entre os agentes que integram o campo, que vai determinar e ordenar as disputas internas por acúmulo do capital e melhor posicionamento interno, constituindo a própria estrutura do campo. Bourdieu (2004) fala sobre a disputa por capital dentro do campo científico, a exemplo do que ocorre com os demais campos sociais:

A estrutura de distribuição do capital determina a estrutura do campo, ou seja, as relações de força entre os agentes científicos: a posse de uma determinada quantidade (logo, de uma parte) importante de capital confere poder sobre o campo, portanto, sobre os agentes comparativamente menos dotados de capital (e sobre o requisito de admissão no campo) e comanda a admissão das hipóteses de lucro. (BOURDIEU, 2004, p. 53)

Nesse sentido, tratando-se das disputas dentro do campo da comunicação, o que vai permitir que o agente se desloque dentro do campo para melhores posições na disputa pelo poder é o capital comunicacional, sendo a comunicação entendida como mecanismo estruturante das dinâmicas sociais. Para Martino (2005), o campo comunicacional surgiu com a criação dos meios de comunicação modernos do século XVIII. E considerando o capital comunicacional como sendo um capital social relevante para a estruturação do campo da comunicação, podemos o definir conforme Matos e Nobre (2013):

Uma conjunção de ativos/estruturas/sistemas que, ao contribuírem para a instituição e a promoção da identidade/imagem/cultura, criam um ambiente de

compartilhamento e apoio mútuo, onde informações/relacionamentos/conversas são gerados de maneira a desenvolver competências e conhecimentos de caráter coletivo/comunitário/social, com o objetivo final de criar valor para todos os membros da sociedade. Em suma: o capital comunicacional é a base material e simbólica da comunicação, mobilizada, por meio de processos sociais interativos e participatórios, para gerar valor (MATOS; NOBRE, 2013, p. 20).

Para entendermos como se dá a busca pelo acúmulo de capital simbólico, comunicacional, cultural, entre outros, é necessário entender qual a motivação dos agentes nesse processo. Segundo Bourdieu (1989) os agentes não agem de forma aleatória dentro do campo, e sim, através de um sistema de disposições, de modos de pensar, sentir e fazer, que ele chama de *habitus*, o qual faz com que determinado agente aja de determinado jeito em certa circunstância. Esse *habitus* é estruturado e estruturante, ou seja, são adquiridos pela interiorização das estruturas sociais, mas ao mesmo tempo, também contribui para estruturá-las, que “completa o movimento de interiorização das estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes, exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas.” (MICELLI, 1997), como podemos observar na citação de Bourdieu:

O agente social, na medida em que é dotado de um *habitus*, é um individual coletivo ou um coletivo individualizado, pelo fato da incorporação. O individual, o subjetivo, é social, coletivo. O *habitus* é subjetividade socializada, transcendental histórico, cujas categorias de percepção e de apreciação (os sistemas de preferência) são o produto da história coletiva e individual. A razão (ou a racionalidade) é *bounded*, limitada, não somente, como o crê Herbert Simon, porque o espírito humano é genericamente limitado (o que não é uma descoberta), mas porque é socialmente estruturado, e, por consequência, confinado. [...] Se existe uma propriedade universal, é a de que os agentes não são universais, porque suas propriedades e, particularmente, suas preferências e seus gostos são o produto de sua localização e seus deslocamentos no espaço social, portanto, da história coletiva e individual (MICELLI *apud* BOURDIEU, 1997, p. 47-48).

Com o conceito de *habitus*, o teórico refletiu sobre as estruturas sociais imbricadas com as práticas sociais e não como algo externo e independente à elas, sendo um conjunto de disposições apreendidas ao mesmo tempo em que são estruturadoras da ação, ou seja, a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade (BOURDIEU, 1983). Em suma, para o autor *habitus* significa:

Um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que pode ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produtor de obediência a regras, objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1983, p. 61).

Os modos de fazer, de ser, de pensar e agir dentro do campo compõe esse sistema de disposições duráveis que ao mesmo tempo vão estruturando esse mesmo campo, ou seja, para Bourdieu (1983) o *habitus* opera como uma matriz de ações e percepções constituída através de experiências passadas, sendo uma mediação universalizante que possibilita com que as práticas sem razão explícita e sem a intenção de um agente singular, sejam razoáveis e orquestradas. “É sua posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos, entendidos como pessoas físicas, transportam com eles, em todo o tempo e lugar, sob a forma de *habitus*” (BOURDIEU, 1983, p. 75).

Utilizando os conceitos elaborados por Bourdieu, como campo e *habitus*, temos a objetivo de conseguir vislumbrar a essência dos fatos sociais, nos locais onde eles são constituídos pelos agentes sociais em determinadas circunstâncias. Compreender a constituição do campo da produção de energia hidrelétrica na Amazônica, com enfoque no processo de planejamento de duas das cinco hidrelétricas planejadas no projeto do Complexo do Tapajós, a saber, a UHE São Luiz do Tapajós e UHE Jatobá, bem como os agentes sociais que se localizam dentro e também aqueles que se localizam fora do campo, nos ajudará a entender como se dão as relações de poder entre eles, a partir de determinada lógica, ou regras que regem o referido campo, bem como a sua dinâmica.

O histórico da implantação dos projetos hidrelétricos na Amazônia, em geral, são marcados por conflitos de interesses entre os empreendedores, representados por empresas públicas e privadas, governos, as comunidades locais e indígenas, que vivem e trabalham nas beiras dos rios ou próximos. Estes últimos passaram a reivindicar direitos à terra, à indenizações e outras contrapartidas compensatórias aos danos causados pelos projetos e grande parte ainda é totalmente contra o represamento dos rios. Configura-se uma disputa de poder entre os referidos agentes e tantos outros, que resulta em muitos casos no uso da violência “legítima”, por parte do Estado juntos aos demais agentes.

Para nos ajudar com a discussão e compreensão do conceito de poder como elemento central do trabalho, tomemos as reflexões de Foucault (2007), considerando que o que ocorre na sociedade são relações de poder e não o poder em si, de forma abstrata. Essas relações de poder não ocorrem apenas de uma classe dominante à outra classe dominada, ou do Estado com a sociedade, ou seja, o poder está em cada indivíduo que pode exercê-lo ou sofrer pelo exercício de outro em cima de si.

Essa concepção se difere da teoria jurídica clássica do poder que o considera como

“um direito de que se seria possuidor como de um bem e que se poderia, por conseguinte, transferir ou alienar, por um ato jurídico ou um ato fundador do direito, que seria da ordem da cessão ou do contrato” (FOUCAULT, 2007 p. 98), conceituação que considera o poder subordinado à economia, como algo semelhante a uma mercadoria que se poderia trocar, alienar ou recuperar, considerando assim que “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força. (Ibid, 2007). Para Foucault, o poder é um conjunto de relações, que produz assimetria e é reproduzido de forma constante, que funciona e se exerce em rede. E dentre o que o autor chama de precaução metodológica para analisarmos o poder, devemos atentar para:

Não analisar o poder no plano da intenção ou da decisão, não tentar abordá-lo pelo lado interno, não formular a pergunta sem resposta: "quem tem o poder e o que pretende, ou o que procura aquele que tem o poder?"; mas estudar o poder onde sua intenção se é que há uma intenção – está completamente investida em práticas reais e efetivas; estudar o poder em sua face externa, onde ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação, quer dizer, onde ele se implanta e produz efeitos reais (FOUCAULT, 2007, p. 103).

Foucault (2007) busca enfatizar que é mais importante a busca pelo entendimento de como os processos de sujeição se estabelecem, ou seja, como os processos que determinam os gestos, os comportamentos e como as práticas se constituem possibilitando o exercício do poder de determinado sujeito, ao invés de nos focarmos na motivação que o levar à dominar. “Em outras palavras, ao invés de perguntar como o soberano aparece no topo, tentar saber como foram constituídos, pouco a pouco, progressivamente, realmente e materialmente os súditos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias” (FOUCAULT, 2007, p. 102).

Ainda sobre as precauções metodológicas que o teórico ressalta como importantes para a análise das relações de poder, está a inadequação de tratar o poder como homogêneo e divisível entre aqueles que o detêm e aqueles que o “sofrem” ou são submetidos. Na realidade, a análise do poder deve considerá-lo como fenômeno que só se exerce em cadeia, em rede, estando sempre os indivíduos suscetíveis à exercerem e à sofrerem a ação do poder, ou seja, o poder passa pelos indivíduos ao invés de ser aplicado neles. (Ibid, 2007). Vale ressaltar ainda que para Foucault, a análise do poder deve considerar as “técnicas e táticas da

dominação” (Ibid, 2007, p. 103), referente a aparelhos de saber que são postos em circulação para garantir o exercício do poder.

Pierre Bourdieu também trata do conceito de poder em suas obras, considerando que a busca por melhores posições é também uma busca por poder, o que o teórico chama de poder simbólico (1989), sendo um poder invisível que “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8). Para Bourdieu:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem as transmutações das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*), que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer\* a violência que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1989, p. 15).

O poder simbólico está situado entre aqueles que exercem o poder e aqueles que sofrem a ação dos primeiros, ou estão sujeitos a esse exercício dentro da estrutura do campo, que é o local onde se cria e se reproduz a *crença*<sup>3</sup>, ou seja, segundo Bourdieu (1989), o que dá poder simbólico às palavras, no sentido de possibilitar a manutenção da ordem ou a subversão, é na verdade tanto a crença na legitimidade das palavras, quanto na crença da legitimidade daqueles que as pronunciam. O teórico considera então, que as relações de comunicação devem ser consideradas como relações de poder constituídas de capital material e/ou simbólico que são acumulados pelos agentes ou grupos de agentes dentro de determinado campo. Portanto, é fundamental a compreensão dessa perspectiva de crença na legitimidade na comunicação entre os indivíduos, para que possamos compreender como se estabelecem as relações entre os agentes que exercem e que estão sujeitos ao poder. Esse reconhecimento é fundamental para que o poder seja exercido e é materializado através dos instrumentos simbólicos de dominação existentes nas relações sociais dentro das estruturas.

Destacamos alguns conceitos fundamentais para a análise do nosso objeto, entendendo ser de suma importância a utilização dos conceitos de campo, *habitus*, poder, poder simbólico para o desvelamento das aparências nas relações entre Estado, empresas e as comunidades

---

<sup>3</sup> Os símbolos do poder (traço, ceptro, etc.) são apenas capital simbólico *objectivado* e a sua eficácia está sujeita às mesmas condições. (BOURDIEU, 1989, p. 15)

locais, as quais são o público-alvo do projeto de comunicação criado pelas empresas públicas e privadas que conduzem o processo de estudos de viabilidade ambiental e econômica do projeto das hidrelétricas do Tapajós.

## 2.2 MÍDIA, POLÍTICA E ESFERA PÚBLICA

Para contribuir de forma significativa com a reflexão das categorias de análise do nosso trabalho, vamos buscar alguns elementos da obra do teórico Jurgen Habermas, que em 1962 publicou o livro “Mudança Estrutural da Esfera Pública” em alemão, sendo publicado em português no Brasil anos depois. Nessa obra multifacetada, a esfera pública pode ser considerada como conceito principal, que contribui de forma fundamental para as discussões das relações entre Estado e sociedade civil, bem como a democracia e os meios de comunicação de massa na constituição da vontade dos indivíduos da sociedade. O conceito foi discutido e revisado nas últimas décadas, e é considerado fundamental para a reflexão desse estudo.

Sobre a sociedade civil, o teórico debate que a sociedade é composta fundamentalmente pelo Estado e pelo mercado, sendo dois sistemas que derivam outros subsistemas mais específicos como o subsistema da mídia, da cultura, da economia e da política. A sociedade civil surge através das relações cotidianas dos indivíduos no que o autor chama de mundo da vida. Para Habermas (1997):

A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral, no quadro de esferas públicas (HABERMAS, 1997, p. 99).

Segundo o autor, a origem da esfera pública estaria relacionada com o desenvolvimento do capitalismo mercantil do século XVII nos países da Europa, constituindo-se em um novo espaço que não estaria nem na esfera do Estado e nem na esfera privada, sendo um espaço público, ou seja, acessível a qualquer indivíduo, onde as pessoas poderiam discutir de forma racional e livre e chegar à um consenso através da argumentação, sendo a “esfera das pessoas privadas reunidas em um público” (HABERMAS, 1984, p. 42), que resultaria na opinião pública.

Esse modelo de esfera pública burguesa, pretendia tornar pública as reivindicações dos indivíduos junto ao poder estatal. Para isso, algumas características são fundamentais para a efetivar o processo de discussão racional, como a comunicação, que permite aos indivíduos manifestarem as suas demandas e pedidos individuais e coletivos, para que através da argumentação cheguem à um consenso sobre determinado assunto, tornando possível assim a legitimidade da opinião pública. É importante ressaltar que a burguesia, apesar de exercer o domínio da economia na Europa desde o século XVI, não possuía o poder político que até então era exercido apenas pelo Estado e pela igreja.

A esfera pública seria um espaço para a livre discussão dos interesses comuns e ampla participação de todos os indivíduos da sociedade. No entanto, com a pressão das forças econômicas em detrimento das forças argumentativas, a efetiva participação dos indivíduos começou a se restringir para aqueles que possuíam um maior poder econômico. Com a influência das forças do mercado, há uma desconfiguração do espaço público como âmbito de discussão argumentativa, reconfigurando-se como espaço de disputa para a legitimação de demandas dos grupos mais fortes. Assim, Habermas discute sobre a mudança estrutural na esfera pública para se seja garantida a livre participação dos indivíduos sem que o domínio econômico se estabeleça em cima do social.

Com essas mudanças na estrutura da esfera pública, o teórico considera que a mesma se caracteriza por realidades sociais diversas. Essas mudanças também resultam da inserção dos meios de comunicação de massa na esfera pública, o que também a desconfigura como um lugar de legitimação da vontade coletiva, para ser um espaço de disputa de poder pela legitimação de determinadas discussões vindas de opiniões do público.

Essa visão da esfera pública constituída pelos meios de comunicação, denota um negativismo pela possibilidade de manipulação da conquista da legitimidade pelos indivíduos e grupos nesse âmbito, desconfigurando a prática política. Ao revisar o conceito de esfera pública, Habermas (1997), amplia as considerações sobre os públicos da sociedade para além do Estado e da sociedade civil, e passa a considerar outras arenas discursivas que se fazem presentes. O autor ressalta que a esfera pública não deve ser considerada como uma instituição formal ou uma organização, pois não há estrutura normativa e nem regulamentação sobre o pertencimento ou não, segundo o autor:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são

filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos. (...) A esfera pública constitui principalmente uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o *espaço social* gerado no agir comunicativo, não com as *funções* nem com os *conteúdos* da comunicação cotidiana (HABERMAS, 1997, p. 92).

Dentro da esfera pública, estabelece-se a comunicação racional através da argumentação com o objetivo de influenciar o sistema político através das opiniões diversas de diversos atores que são deflagradas nesse espaço, constituindo a opinião pública. Habermas citando Parsons, considera a influência “como uma forma simbolicamente generalizada da comunicação que regula interações através da convicção ou da persuasão”. (Habermas *apud* Parsons, 1997, p. 95). A influência se forma dentro da esfera pública e torna-se o objetivo dos grupos que lutam dentro desse espaço para legitimarem os seus discursos e opiniões (Ibdi, 1997). A esfera pública política tem o objetivo de colocar em pauta os problemas da sociedade como um todo, a partir dos contextos comunicacionais daquelas pessoas que serão virtualmente atingidas. “A esfera pública retira seus impulsos da assimilação privada de problemas sociais que repercutem nas biografias particulares” (Ibid, 1997, p. 98).

A mídia e seus meios de comunicação de massa deixou de ser vista apenas como transmissora de opiniões que buscavam a legitimidade dos discursos de grupos mais fortes, e agora é vista como mediadora do processo de comunicação na esfera pública possibilitando que os indivíduos, ou a audiência, possam pensar criticamente sobre os conteúdos comunicacionais que estão em pauta. Vale ressaltar ainda que o teórico distinguiu três tipos de esferas públicas categorizadas pela forma como são constituídas a participação dos públicos sendo a “esfera pública episódica” que reúne pessoas e indivíduos de maneira mais informal em bares ou encontros na rua, assim como a “esfera pública da presença organizada”, como reuniões de partidos, de pais, ou de pessoas em determinado espaço público ou privado, como teatros ou igrejas, e ainda “a esfera pública abstrata” que está diretamente relacionada à mídia, envolvendo os consumidores dos conteúdos dos meios de comunicação, como leitores e ouvintes, que podem estar distribuídos em espaços diversos (HABERMAS, 1997).

Para Rodrigues (1990), a comunicação ou os processos comunicacionais estão intimamente relacionados com a esfera pública, a qual é “responsável pela criação e pela manutenção de regularidades que ditam as normas da conformidade e da conveniência da linguagem e das ações assim como definem o estatuto e os papéis dos agentes e dos actores

sociais” (RODRIGUES, 1990, p. 141). A esfera pública é o espaço onde as interações sociais ganham visibilidade e a comunicação exerce um papel muito além de tornar conhecido as pautas individuais ou coletivas, mas sobretudo institui o espaço público como local de desenrolar das ações e discursos de indivíduos e instituições (Ibid, 1990). Ainda buscando os subsídios teóricos de Habermas (1999), vimos que através da sua teoria da ação comunicativa, há uma um enfoque nos processos de comunicação que formam as opiniões da audiência. Habermas fala sobre a forma como está estabelecida a razão na sociedade de forma instrumentalizada a partir da definição de normas e regras que regem as decisões racionais no intuito de estabelecer meios para atingir determinados fins. Já nas discussões sobre a teoria da ação comunicativa do teórico, a racionalidade torna-se comunicativa pois é estabelecido o uso do diálogo e da argumentação como organizadores das discussões nas esferas públicas que definem a forma como a sociedade organiza as suas relações sociais entre os indivíduos, como podemos observar no trecho a seguir:

Este concepto de racionalidad comunicativa posee connotaciones que en última instancia se remontan a la experiencia central de la capacidad de aunar sin coacciones y de generar consenso que tiene un habla argumentativa em que diversos participantes superan la subjetividad inicial de sus respectivos puntos de vista y merced a una comunidad de convicciones racionalmente motivada se aseguran a la vez de la unidad del mundo objetivo y la intersubjetividad del contexto em que desarrollan sus vidas (HABERMAS, 1999 , p. 27).

Nessa ação comunicativa, indivíduos estão em condições de discutir e argumentar as suas opiniões e justificativas sobre determinado assunto que foi posto dentro do espaço público para discussão racional através da comunicação que segue para a produção de consensos. Dessa forma, a constituição da opinião pública, seria advinda do processo de debate de opiniões individualizadas que argumentaram racionalmente sobre assuntos politicamente importantes chegando à consenso coletivo, ou seja, deve haver um esclarecimento quanto aos planos de ação para que haja a coordenação das ações através do acordo mútuo entre os indivíduos (Habermas, 1987).

Essa racionalidade é considerada como uma disposição dos sujeitos que são capazes de linguagem e ação (Ibid, 1987). Com a argumentação racional os sujeitos são capazes de aprender com os erros que são identificados, além disso, com a argumentação é possível ampliar e renovar a linguagem avaliativa e superar dificuldades de compreensão, que considera três aspectos fundamentais da fala argumentativa sendo:

Considerada como proceso, se trata de una forma de comunicación infrecuente y rara, por tratarse precisamente de una forma de comunicación que ha de aproximarse suficientemente a condiciones ideales. (...) Cuando se considera a argumentación como procedimiento se trata de una forma de interacción sometida a una regulación especial. (...) Finalmente, la argumentación puede ser considerada desde tercer punto de vista: tiene por objeto producir argumentos pertinentes, que convengan en virtud de sus propiedades intrínsecas, con que desempeñar o rechazar las pretensiones de validez (HABERMAS, 1987, p. 46-47).

Com o discurso argumentativo, busca-se transformar algo que é coletivamente questionado em algo coletivamente válido, sendo os próprios participantes da argumentação os decisores da validade, “los participantes em la argumentación tratan de decidir con razones las pretensiones de validez problematizadas” (Ibid, 1987, p. 50). A ação comunicativa possibilita a constituição de um espaço público que coloca em pauta para a discussão, temas que foram debatidos de forma dialógica e coletiva chegando à um consenso, que só se torna possível quando os indivíduos que estão na discussão argumentativa concordam sobre determinada questão.

Dessa forma, acreditamos ser fundamental os subsídios teóricos dos conceitos de esfera pública proposto por Jurgen Habermas considerando a atuação dos movimentos sociais, da sociedade civil e dos meios de comunicação na discussão e embate político do planejamento das hidrelétricas no rio Tapajós.

### 2.3 PROCESSO COMUNICACIONAL

Nessa etapa do planejamento em que se encontra o projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, na qual estão sendo realizados os estudos de impacto ambiental e viabilidade econômica junto às comunidades locais e na área inventariada para a implementação das usinas, foi implementado em concomitância o projeto de comunicação “Diálogo Tapajós”, pelo Grupo de Estudos Tapajós<sup>4</sup> com o objetivo de estabelecer um “diálogo” com a sociedade. A análise das estratégias utilizadas pelo referido grupo para a realização desse projeto, serão vistas no decorrer do trabalho. Para tanto, será necessário buscarmos subsídios conceituais que nos permitam entender as discussões contemporâneas na esfera da comunicação, considerando a presença dos meios de comunicação nas relações sociais, para entendermos a

---

<sup>4</sup> Formado por nove empresas públicas e privadas, dentre elas a ELETRONORTE e a ELETROBRAS. In: <http://www.grupodeestudostapajos.com.br>

significação de processo comunicacional.

É importante ressaltar as transformações ocorridas mediante a inserção dos meios de comunicação nas sociedades industriais passou da “sociedade dos meios” à “sociedade midiaticizada”, sendo a primeira aquela em que os meios de comunicação de massa foram progressivamente instalados, a exemplo do rádio e da televisão, e a segunda em que a presença das mídias transformou em profundidade as práticas sociais e institucionais (VERÓN, 2004). Essa passagem das sociedades midiáticas para as midiaticizadas expressa “a adaptação das instituições das democracias industriais às mídias, tornando-se estas últimas as intermediárias incontornáveis da gestão social” (VERÓN, 2004, p. 278). Essas mudanças vão nos ajudar a compreender a relação do campo midiático no processo comunicacional e na enunciação de discursos na esfera pública contemporânea.

Então para entender a análise das relações de poder presente nesse planejamento partindo do âmbito da comunicação é necessário destacarmos o que entendemos como processo comunicacional, haja visto que faremos uma análise das relações de poder através do processo de comunicação, considerando segundo Rodrigues (1990) que:

Os processos de comunicação são, deste ponto de vista, processos ritualizados que atravessam a experiência social, quer individual quer colectiva, em que está em jogo este reconhecimento recíproco. São, por conseguinte, sempre processos de visibilidade que têm a ver com a teatralidade da vida colectiva. [...] Nos processos comunicacionais não existe, porém, separação entre actores e espectadores, ao contrário daquilo que se passa numa sala de teatro. Cada um dos actores é assim, ao mesmo tempo, também espectador, na medida em que a visibilidade do desempenho dos papéis é inseparável do espetáculo que os actores dão inevitavelmente de si (RODRIGUES, 1990, p. 26).

Esses processos ritualizados destacados pelo autor, são impostos na sociedade de forma indiscutível e até mesmo arbitrária com relação a escolha racional de cada indivíduo. Desse modo, cada “ator da peça” possui o seu papel que compõe um todo que foi estabelecido por uma instância transcendente e exógena à história coletiva (Ibid, 1999).

Devemos então considerar os diversos agentes que participam diretamente do processo comunicacional pretendido pelo Grupo de Estudos Tapajós levando em conta as mediações que ocorrem no decorrer da comunicação que pode ser entendida tanto pelos “processos de transacção entre os indivíduos como a interacção dos indivíduos com a natureza, dos indivíduos com as instituições sociais e ainda o relacionamento que cada indivíduo estabelece consigo próprio” (RODRIGUES, 1990, p. 67), mesmo que o enfoque da análise seja em determinado agente ou grupo de agentes, que no nosso caso são as empresas. Quando

analisarmos os conteúdos e discursos produzidos pelos referidos agentes do campo em estudo, iremos considerar os processos cognitivos pretendidos com fala, ou seja, “trabalho mental que todos fazemos quando falamos ou quando ouvimos alguém falar, trabalho mental de inferência daquilo que queremos dizer a partir daquilo que dizemos” (RODRIGUES, 2007, p. 192), considerando duas categorias de inferência, sendo a primeira aquela ligada aos processos por implicitação e a segunda referente aos processos de inferência por pressuposição, sendo que:

Os processos de inferência por implicitação são os que fazem com que os falantes dêem a entender coisas diferentes daquilo que dizem e entendam coisas diferentes daquilo que ouvem os outros dizer. Os falantes são levados a escolher uma hipótese interpretativa entre um conjunto de hipóteses plausíveis. [...] A pressuposição consiste num conjunto de saberes que temos que aceitar como indiscutíveis para que aquilo que dizemos ou ouvimos dizer possa ser aceite ou recusado (RODRIGUES, 2007, p. 193).

O autor fala sobre os mecanismos utilizados para a constituição dos sentidos da fala de acordo com determinada razão convencional, na medida em que as palavras ganham um significado diferente daquilo que foi proferido (Ibid, 1997). Segundo Rodrigues (1997), nessas circunstâncias os significados se realizam pelo sentido implícito dado aos discursos. Essas implicitações podem ainda ser categorizadas em “generalizadas” ou “particularizadas”, as quais se referem no primeiro caso em situações de fala que podem ganhar sentido de forma geral, ou seja, no momento da fala e sem a referência de um contexto, de modo que se o significado aponta que é “isso” então não pode ser “aquilo”, diferente da segunda forma, mais particular que necessita de uma referência para ser comprovada. Por exemplo, se a frase afirma que está fazendo um bom tempo, cabe o observador avaliar se a afirmação é condizente ou não com a realidade, e caso contrário, pode-se ganhar um sentido irônico.

Em ambos casos, os indivíduos da conversação, seja como falantes ou ouvintes, lançam mão de hipóteses interpretativas como fala Rodrigues (1997) oriundas “ora da significação convencional de determinadas expressões linguísticas, ora do fato de não poder deixar de ter em conta que o falante produz uma actividade racional e para ser considerado como tal as suas palavras devem ser cooperantes” (Ibid, p. 196).

É fundamental destacar o funcionamento da produção de comunicação que considera o implícito na fala, porque que o não dito e o não feito, ou seja, a ação de não dizer ou não falar

também representam processos interacionais que fazem parte do processo de comunicação. (RODRIGUES, 1999). Assim deixamos de considerar apenas as perspectivas teóricas de comunicação que valorizam atos de fala e escrita materialmente explícitos, para visualizarmos uma perspectiva em que os processos comunicacionais ocorrem “mesmo na ausência de signos materiais exteriores” (Ibid, p. 68), o que nos possibilita termos subsídios mais complexos para a análise de processos da comunicação sempre heterogêneos e disformes. Vale ainda destacarmos a diferença que o autor faz entre o *implícito*, o *não-dito* e o *interdito*, como podemos observar na descrição de Rodrigues (1999):

Damos o nome de implícito ao conjunto das significações que, sem serem expressas formalmente, resultam por dedução e por consequência daquilo que é formalmente exposto. [...] O não-dito abarca todo o conjunto das significações pressupostas ou implicadas na relação comunicacional que não resultam daquilo que é formalmente exposto mas da natureza da própria relação. O interdito, por seu lado, remete para aquilo que, sendo formal ou informalmente excluído da expressão, é, no entanto, significado no espaço intersticial do discurso enunciado, no espaço deixado vazio entre as expressões do enunciado (RODRIGUES, 1999, p. 68).

O teórico também ressalta as condições de inferência por pressuposição, que apesar de não necessitarem de uma significação convencional ou estarem sob o princípio de cooperação, necessita que os indivíduos da conversa possuam um conjunto de saberes considerado como verídico ou indiscutíveis que balizam o diálogo e o conduzem para a discordância e/ou concordância. “A pressuposição é, por isso, um processo inferencial constitutivo do próprio quadro enunciativo, isto é, produz a delimitação do mundo acerca do qual os falantes podem falar, quer para concordarem, quer para discordarem acerca dos juízos que formulam.” (Ibid, p. 197).

Rodrigues citando Oswald Ducrot (1997) fala ainda sobre outras duas subcategorias para a inferência por pressuposição considerando a enunciação e o enunciado, sendo a primeira referente a legitimidade da fala através da autoridade do falante pela sua posição de fala. Já os pressupostos do enunciado “têm a ver com a aceitação indiscutível da existência daquilo de que fala o enunciado discurso” (Ibid, p. 198). Esse tipo de enunciado é resultante de marcas linguísticas que fazem a função de dispositivos pressuposicionais dos enunciados como por exemplo os verbos que indicam um fato, uma implicação, ou expressões que

representam a mudança de estado, bem como marcas temporais entre outros (RODRIGUES, 1997).

Os processos comunicacionais, são assim compostos por diversos atores que interagem discursivamente através da fala, dos gestos, das implicações e pressuposições, e até mesmo das omissões, e pode-se averiguar a existência ou não de um processo comunicacional a partir de alguns critérios que põem a prova a natureza da sua efetivação. Segundo Rodrigues (1997), para a verificação da “realização de um processo comunicacional, ainda que implícito, é a sanção, positiva ou negativa, que recai sobre os interlocutores.” (Ibid, p. 68). Além da sanção, Rodrigues também destaca a expectativa como um indicador para a efetivação, como vemos a seguir:

Não dizer e não fazer algo esperado pode merecer a aprovação ou a reprovação, de acordo com o sentido gerado pela expectativa. Mas tanto no caso da sanção ser positiva como no caso de ser negativa, o facto de haver sanção é a prova indiscutível de que houve processo comunicacional. A expectativa e a sanção são, portanto, dois indicadores fundamentais da natureza social de qualquer processo comunicacional, da sua inscrição numa teia de relações reguladas por regras ou normas de natureza prescritiva, judicativa, sancionadora (RODRIGUES, 1997, p. 68).

Consideramos assim a sanção e a expectativa como indicadores da natureza social dos atos de interação que podem ser considerados como processo comunicacional. Devemos ainda ressaltar que na realização desse processo há uma terceira instância, que é institucional, que estabelece uma relação com os protagonistas da interação “que lhes dita as regras e o sentido daquilo que dizem ou fazem”, não sendo “uma relação de significação mas simbólica, na medida que é prévia à constituição das significações realizadas e ao seu reconhecimento pelos protagonistas” (RODRIGUES, 1997, p. 69). Assim, podemos compreender os processos de comunicação como interações que os indivíduos estabelecem uns com os outros de acordo com os modos de vida, ritos coletivos e as vivências específicas de cada um, que permitem o entendimento e a troca entre si.

Dentro do campo midiático é necessário buscarmos o entendimento de como se constitui a enunciação do discurso que resulta na produção de sentidos considerando a dimensão ideológica (VERÓN, 1980). Ao falar de enunciação, Verón (2004) busca não separar o par enunciado/enunciação, mas os distingue conceitualmente, sendo o primeiro referente ao conteúdo, ou seja, está na ordem do que é dito, já a enunciação se refere as

modalidades de dizer, sendo essas conceituações aplicadas tanto para o discurso falado quanto para o discurso escrito, a exemplo da imprensa escrita.

Essas modalidades do dizer que constroem e dão forma ao discurso são chamadas de dispositivo de enunciação (VERÓN, 2004). Esse dispositivo abrange três componentes: a imagem de quem fala, ou enunciador, referente ao lugar ou lugares que o falante atribui a si mesmo; a imagem daquele a quem o discurso é endereçado, ou destinatário, definido pelo próprio produtor do discurso; e também a relação entre o enunciador e o destinatário (Ibid, 2004). Nessa formulação, o “enunciador e o destinatário são entidades discursivas [...] um mesmo emissor poderá em discursos diferentes, construir enunciadores diferentes” (VERÓN, 2004, p. 218). Dessa forma, o teórico relaciona a questão discursiva com o dispositivo de enunciação que é denominado como contrato de leitura, referindo-se à imprensa escrita.

O enfoque do contrato de leitura se volta ao dispositivo da enunciação, no entanto o enunciado ainda ocupa uma dimensão importante dentro desse processo, porém a forma como ele é visto difere da análise clássica de conteúdo, que abarca apenas uma das categorias do contrato de leitura referente “as variações temáticas no conteúdo do veículo” (VERÓN, 2004, p. 220). No contrato de leitura se estabelecem vinculações entre os enunciadores dos discursos midiáticos com os receptores através das práticas de conteúdo e modos de fazer. Para Verón (2004), pode-se esclarecer da seguinte forma:

O conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um suporte de imprensa seja um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor; uma paisagem de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com maior ou menor liberdade, onde há zonas nas quais ele corre o risco de se perder ou, ao contrário, que são perfeitamente sinalizadas. (...) Um discurso é um espaço habitado, cheio de atores, de cenários e de objetos, e ler “é movimentar” esse universo, aceitando ou rejeitando, indo de preferência para a direita ou para a esquerda, investindo maior ou menor esforço, escutando com um ouvido ou com os dois (VERÓN, 2004, p. 236).

O teórico caracteriza dessa forma o dispositivo de enunciação, ou seja, o contrato de leitura como o vínculo operacional que o suporte buscar estabelecer com o seu leitor, assim “apresenta-se um enunciador que propõe um lugar ao destinatário” (VERÓN, 2004, p. 233). Nesse sentido, corroborando com as concepções de Verón, Fausto Neto (2007) estudioso brasileiro da área de comunicação, explicita o conceito de contrato de leitura como “operações construídas que visam estabelecer o 'modo de dizer' e que se explicita nas mensagens endereçadas ao leitor [...] trata-se da organização dos procedimentos pelos quais o

jornal, enquanto sujeito, explicita seus vínculos com os seus enunciados” (FAUSTO NETO, 2007, p. 4).

Fausto Neto (2007) analisa as transformações do conceito de contrato de leitura a partir da mudança da sociedade de midiática para a midiaticizada<sup>5</sup>, com ênfase na enunciação jornalística. Considera que a natureza da interação entre o jornal e seu leitor possui o pressuposto de que o jornal/emissor é o dispositivo que tem a competência para disponibilizar as informações requeridas pelo seu leitor/audiência, o qual não conseguiria obtê-la de outra forma, criando assim uma relação assimétrica. O que muda segundo o autor, na relação entre produtores e receptores nessa fase da midiaticização, é a mudança no *status* do receptor por conta da convergência tecnológica:

Não se trata mais de buscar o vínculo com o leitorado, mas identificar novas formas, na medida em que tanto os representantes do mundo da instituição como aqueles dos atores sociais são convertidos em personagens ativos do processo de informação da atualidade. (...) Cada usuário de informação se torna um produtor, algo que repercute sobre a natureza dos serviços informativos, para não dizer sobre as próprias mídias e de modo pontual, sobre a noção de acontecimento (ALLI; BOZZETTO; ISAIA; VALLEJOS; FAUSTO NETO; ROCHA; 2009, p. 24).

Nesse novo contexto de transformações na forma de sociabilidade por conta da apropriação de tecnologias da informação e comunicação que se transformam em meio de produção e enunciação de discursos, mesmo que de forma amadora, Fausto Neto (2009) fala de um possível enfraquecimento da enunciação jornalística profissional “enquanto atividade mediadora central no processo de veiculação do conhecimento, em favorecimento da emergência do amador, enquanto um novo personagem (Ibid; 2009, p. 24).

É bom ressaltarmos que o nosso *corpus* de análise trata de mídias de comunicação desenvolvidas pelo grupo de empresas públicas e privadas, envolvidas com o processo comunicacional do planejamento dos projetos hidrelétricos, materializado através do projeto “Diálogo Tapajós”, que ora utiliza conteúdos de viés jornalístico, ora de viés publicitário, mas não se constitui em um meio de comunicação de massa como um jornal ou uma emissora de televisão, e sim um meio institucional que utiliza estratégias do campo da comunicação. Por isso, os conceitos revisitados nos deram embasamentos para a nossa análise.

---

<sup>5</sup> Segundo o autor, trata-se das transformações da sociedade em um ambiente midiaticizado, que engendra novos tipos de relações entre os campos sociais e o campo midiático, o qual “parece se constituir num dispositivo organizador das atuais estratégias de organização social” (FAUSTO NETO, 2007, p. 02).

Consideramos ainda que é imprescindível a utilização do conceito de estratégia e em especial, o conceito aplicado à comunicação, para o entendimento do que se quer dizer e do que se entende durante o processo comunicacional, recorremos então à conceituação de estratégia e tática de Michel de Certeau (1990), que considera a linguagem ordinária como lugar comum para ambos movimentos. O autor fala do primeiro conceito como:

O cálculo (ou a manipulação) das relações de força que torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, um cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes, os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetos e objetivos da pesquisa, etc.) (CERTEAU, 1990, p. 99).

Devemos considerar os lugares e os espaços como integrantes de uma mesma dinâmica social, bem como as táticas, como movimentos estruturados e estruturantes, “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio” (Ibid., p. 100). Para Certeau:

A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meio para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é o movimento dentro do 'campo de visão do inimigo', como dizia von Bullow, e no espaço por ele controlado. [...] Aproveita as 'ocasiões' e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas (CERTEAU, 1990, p. 100).

É necessário termos o olhar atento às estratégias e táticas utilizadas pelos agentes do campo do planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós e atentarmos para características específicas do campo da mídia, como ressalta Lima (2010), “a visibilidade, como princípio legitimador da mídia, é, assim, uma arma simbólica indireta de construção e produção de controle dos meios de comunicação sobre os demais campos sociais. Indireta, porque é uma arma dissimulada.” (LIMA, 2010, p. 89).

O conceito de estratégia é aplicado e analisado diversas vezes pelo campo da comunicação. Para Massoni (2000), as categorias conceituais da comunicação estratégica englobam os seguintes conceitos: a comunicação, momento relacionante da heterogeneidade sociocultural; a mediação, como dispositivo articulador de matrizes socioculturais; o consumo, processo de apropriação diferencial social e o *hábitus*, como predisposições. Sendo

que todas esses conceitos se assemelham no sentido de abordarem “a comunicação como fenômeno completo, contingente e situacional; estratégico, assim como um lugar de transformação. (MASSONI, 2000, p. 102). A autora conceitua a comunicação estratégica como:

Un dispositivo de inteligibilidad de las racionalidades dominantes em la situación y, a la vez, puesta em jого – a partir del diagnóstico de las mediaciones presentes em cada caso – de una operación de especificación de las intencionalidades de la intervención del comunicador em esse espacio sociocultural (MASSONI, 2000, p. 103).

O referencial teórico destacado colaborou com os subsídios para o desenvolvimento da pesquisa, nos auxiliando para o melhor entendimento da análise do nosso objeto de estudo.

### **3. A POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA E O CONTEXTO AMAZÔNICO**

#### **3.1 O PANORAMA DA PRODUÇÃO DE ENERGIA NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO**

A produção e transmissão de energia elétrica do país (98,3%) é realizada através do Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo um sistema hidrotérmico de grande porte, com predominância de hidrelétricas e formado por empresas de todas as regiões<sup>6</sup>. A lei nº 9.478 promulgada em 6 de agosto de 1997, dispõe sobre a política energética nacional, instituindo o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). O CNPE é presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, Eduardo Braga, e é o órgão com responsabilidade de assessorar o presidente da república para formulação de políticas e diretrizes de energia.

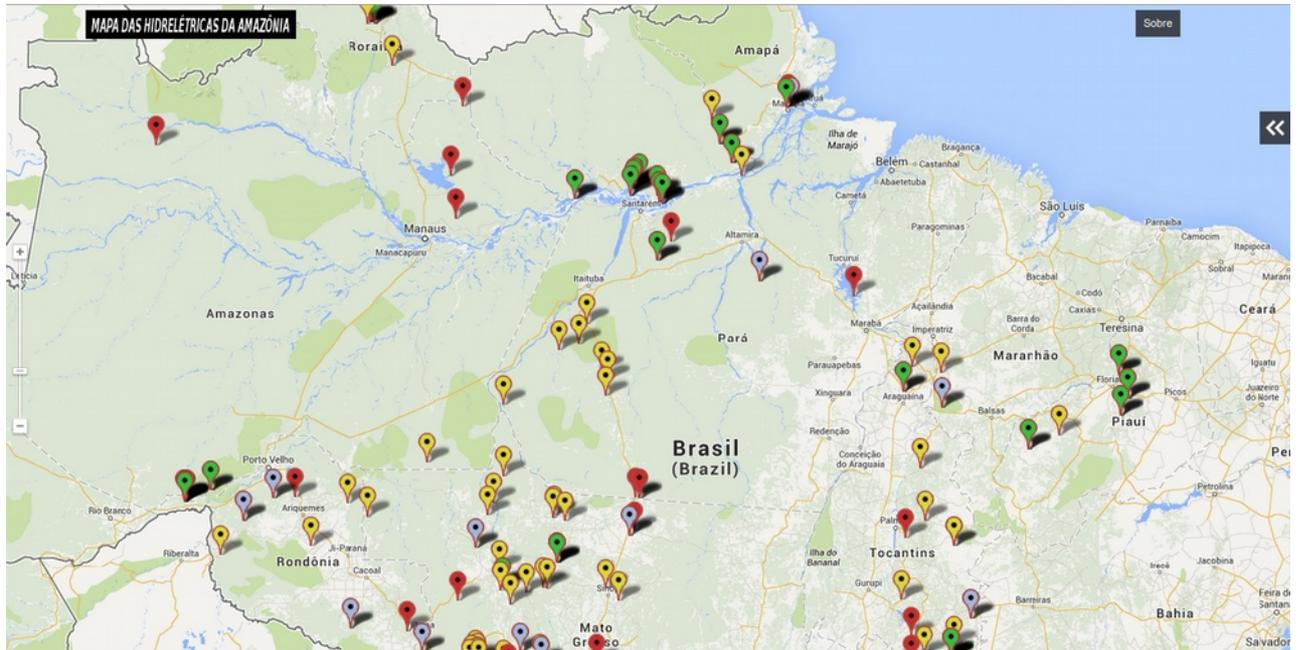
O panorama da produção de energia no Brasil está pautado principalmente na geração hidráulica, com cerca de 78,4% da capacidade instalada total (121.100 MW), com 204 empreendimentos de usinas hidrelétricas, mesmo em um contexto em que o país possui a possibilidade de exploração para quase todas as fontes de energia sejam elas renováveis (eólica, biogás, solar, biomassa) ou não renováveis (derivados de petróleo, carvão mineral, etc). Essa preferência se dá em grande parte, por conta da quantidade de rios (água doce superficial) que o território brasileiro possui, com significativa abrangência na região

---

<sup>6</sup> Informação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Disponível em <<http://www.ons.org.br>>.

Amazônica.

**Figura 1** - mapa das hidrelétricas na Amazônia.



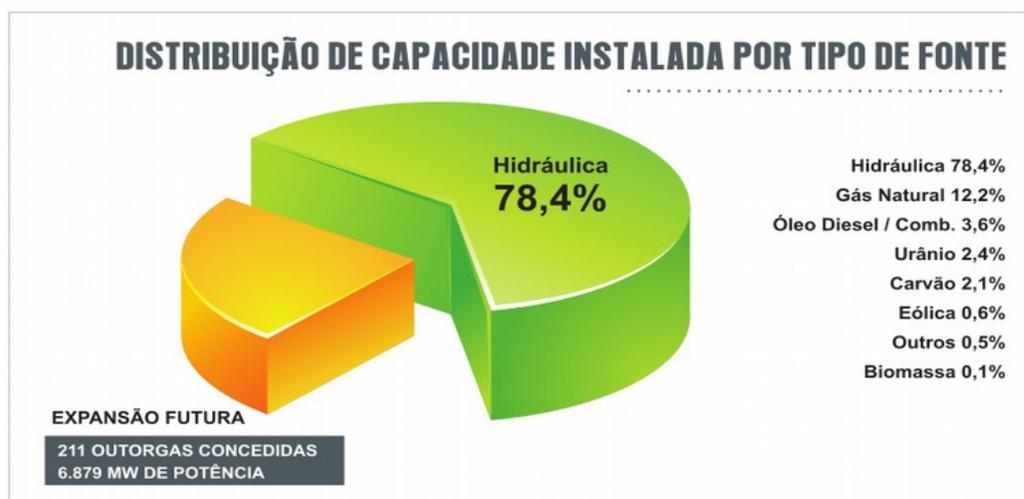
**Fonte:** Elaboração própria (2013).

Como podemos observar no mapa e através de dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL<sup>7</sup>), existem várias usinas em funcionamento (ponto vermelho) como UHE Tucuruí, outras tantas em fase de obras, como a UHE Belo Monte (ponto azul claro), e diversas inventariadas (ponto amarelo) e planejadas (ponto verde), como UHE Jatobá e UHE Tapajós, integrantes do Complexo Hidrelétrico do Tapajós. Segundo a ANEEL e como podemos ver na figura 2:

Em 2012, foram aprovados 37 estudos de inventário hidrelétrico (4.160,40 MW), três estudos de viabilidade técnica e econômica de usinas hidrelétricas (732 MW), cinco projetos básicos de usinas hidrelétricas concedidas (12.232,10 MW) e 43 projetos básicos de pequenas centrais hidrelétricas (567 MW). Adicionalmente, foram validados os parâmetros de 89 pequenas centrais hidrelétricas e de 24 usinas hidrelétricas, avaliados 283 projetos/estudos para fins de aceite e 338 pedidos de registro, além de terem sido realizadas 213 análises técnicas de estudos topográficos. (ANEEL, Relatório 2012, 2013, p. 61)

<sup>7</sup> Tem a designação de promover as licitações destinadas à contratação de concessionárias de serviço público para transmissão e distribuição de energia elétrica e licitações para a outorga de concessão e autorização para empreendimentos de geração de energia elétrica.

**Figura 2** - Distribuição da capacidade instalada por tipo de fonte.



Fonte: Prestação de Contas Anual (PCA) e Boletim de Informações Gerenciais - Março/2013

**Fonte:** ANEEL (2012).

A maior parte dessa energia produzida é consumida pelas indústrias eletrointensivas, cujo consumo chegou a 35,4% do total produzido no ano de 2012, seguindo de 19,8% do consumo residencial, 13,5% do comercial, 6,7% de demais classes<sup>8</sup>, 3,9% do rural, sendo 15,9% perdas na transmissão (BEN, 2013). É interessante destacar que a evolução do consumo residencial durante 12 meses teve o maior percentual em relação aos demais, 6,1% entre janeiro e dezembro de 2013. Em paralelo, o menor percentual de evolução foi o das indústrias que ficou em 0,6%. Mesmo com esse cenário, as indústrias eletrointensivas ainda são os maiores consumidores de energia no Brasil.

No cenário mundial, estima-se que cerca de 19% da oferta elétrica mundial seja advinda do setor de hidroeletricidade. Segundo estudo publicado pelo Ministério e Minas e Energia (2007), “enquanto a Europa e a América do Norte já desenvolveram quase todo o seu potencial (cerca de 70% já desenvolvido), restaria cerca de 70% a ser ainda explorada na América do Sul. Além da América do Sul, considerável potencial existe ainda na África, e Ásia.” (MME, 2007, p. 23). No Brasil, cerca de 30% do potencial hidrelétrico está desenvolvido, considerando as usinas em operação, em construção e com concessão outorgada, segundo os relatório do MME.

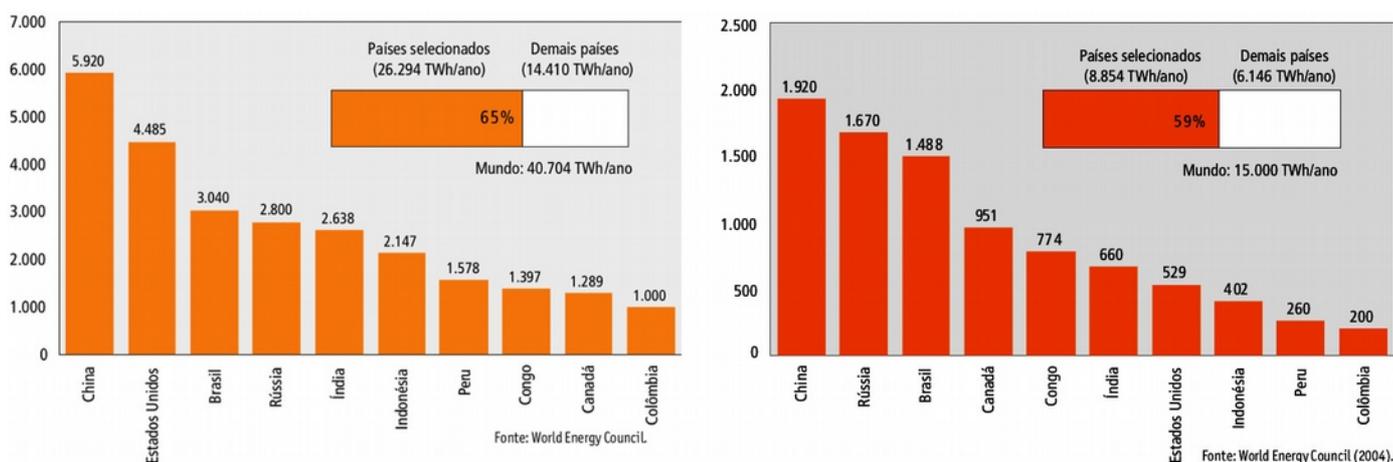
De todo o recurso disponível para o aproveitamento hidráulico no mundo, cerca de 15.899 TWh/ano (recurso total), temos 65% concentrado em 10 países com potencial igual ou

<sup>8</sup> Consideradas como o poder público, iluminação pública, serviços públicos e consumo próprio das distribuidoras.

maior do que 1.000 TWh/ano, segundo estimativas da *World Energy Council*<sup>9</sup>. Dentre esse grupo de países, o Brasil está na terceira posição, atrás apenas da China e do Estados Unidos, ficando a Rússia com a quarta posição.

Temos um resultado diferente com outra metodologia que determinada o potencial tecnicamente aproveitável, a qual considera fatores relevantes que influenciam no cálculo da quantidade de energia hidráulica efetivamente disponível, como a topografia, o regime de chuvas, a tecnologia, e a quantidade de tempo efetivo de funcionamento da instalação, após a sua integração à um sistema elétrico. (MME, 2007). Nesse caso, a China e o Brasil se mantêm na primeira e na terceira posição, respectivamente, porém, a Rússia detêm a segunda posição e o Estados Unidos vai para sétima posição.

**Figura 3** - Potencial hidrelétrico teórico no mundo e Potencial Hidrelétrico Tecnicamente aproveitável no mundo em Twh/ano.



Fonte: MME (2007).

Com esse cenário, o governo brasileiro considera que a matriz energética do país está pautada em energias limpas, com pouco impacto ambiental, como podemos observar na citação do relatório do MME sobre a matriz 2013:

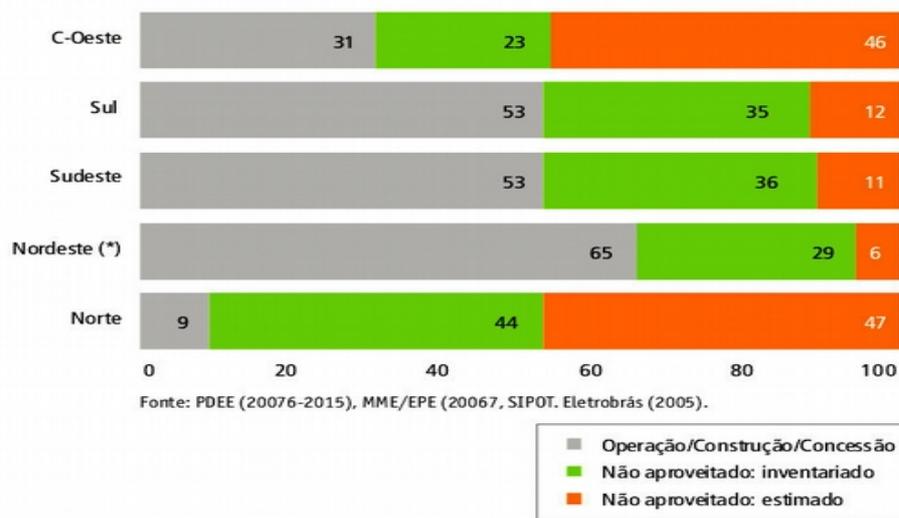
A Matriz Energética do Brasil, de fato, sempre se distinguiu internacionalmente pela alta participação de fontes renováveis de energia, inicialmente somente fruto dos empreendimentos hidroelétricos na produção de eletricidade e mais tarde pela introdução do álcool de cana de açúcar como carburante nos automóveis. Isso proporcionou ao País uma matriz mais limpa em termos de poluição ambiental para benefício de toda sociedade brasileira. (MME, 2007, p. 207)

<sup>9</sup> Informação retirada da Matriz Energética Nacional 2013 (MME, 2007).

No Brasil, a rede básica de transmissão do Sistema Interligado Nacional se caracteriza pela diversidade dos níveis de tensão por conta das longas distâncias entre as fontes geradoras e os centros de carga, e tem a finalidade de promover a transmissão da energia hidrelétrica para os grandes centros de carga, a interligação entre as bacias hidrográficas e a integração energética com os países vizinhos. O SIN se divide em quatro subsistemas (Sul, Sudeste, Norte e Nordeste), sendo que o subsistema do Norte é composto pelos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, parte do Amazonas e Amapá, e parte de Roraima em 2014.

O parque gerador de energia hidrelétrica nacional é composto por mais de 400 instalações, no entanto a maior parte da potência instalada se concentra em apenas 24 usinas com mais de 1.000 MW instalado em cada uma, totalizando cerca de 52.000 MW, incluindo a UHE Tucuruí no Pará. É importante ressaltar que o aproveitamento do potencial hidrelétrico brasileiro é maior na região nordeste, seguida das regiões sul e sudeste e menor na região norte, como podemos observar no gráfico abaixo.

**Figura 4 - Aproveitamento do Potencial Hidrelétrico Brasileiro, por região %.**



**Fonte:** ELETROBRAS (2005).

Existe uma grande quantidade de hidrelétricas na região amazônica em todas as modalidades (em funcionamento, em obras, planejadas e inventariadas), e a configuração dos projetos hidrelétricos é constituída pelo Estado (governos) e o mercado (empresas), ou seja, em sua maioria os projetos são planejados e executados por empresas com o acompanhamento ou gerenciamento do Estado, principalmente o governo federal, e em parte o governo

Estadual.

O processo desde o inventário, passando pelo planejamento, licenciamentos ambientais e sociais até a obra, são permeados por conflitos que envolvem muitos agentes em diversas questões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Hernandez e Magalhães (2011, p. 80) ressaltam sobre a região amazônica que:

Os grandes projetos de infraestrutura de geração de energia nesta região revelam conflitos e disputas políticas e econômicas que se ramificam e evidenciam risco aos processos de licenciamento ambiental, e ao próprio processo de discussão de obras que envolvem bilhões de reais e consequências ambientais e sociais de grande envergadura (HERNANDEZ; MAGALHÃES, 2011, p. 80).

Assim, a produção de energia na Amazônia e no restante do país, se constitui em um problema formado por um conjunto de ações da sociedade visando o crescimento econômico, que produziu ao longo do tempo, vários efeitos oriundos de uma tensão entre mercado/governo e movimentos sociais/comunidades locais diretamente atingidas pela construção de hidrelétricas. Neste ambiente de tensão, ordena-se um processo de comunicação intenso que mediatiza estas ações numa perspectiva local e global usando como princípio ordenador a relação desenvolvimento e meio ambiente. Um jogo que inclui empresas interessadas em construir suas imagens funcionais diante do público por uma lógica imposta pelo capitalismo, governos que se sucedem na defesa deste desenvolvimento como manutenção de lógicas econômicas dominantes, os movimentos sociais que cristalizam os ideais de defesa e justiça sociais para todos e ainda, a população regional inserida em um processo comunicativo mediatizado a serviço do capital em defesa dessas políticas energéticas.

O discurso do governo sobre a matriz energética brasileira, pauta-se na justificativa da energia limpa, como já foi dito, principalmente pelo grande investimento feito em hidroeletricidade, que é justificado pela “necessidade crescente de usinas de alto fator de capacidade para o que não se pode contar com as opções eólicas e de biomassa [...]” (MME, 2007, p.208). Dessa forma, as políticas do setor energético relativas à oferta de energia possuem as seguintes diretrizes definidas pelo Ministério de Minas e Energia:

Garantir a segurança de abastecimento, com modicidade tarifária, promovendo a livre concorrência, atraindo investimentos e garantindo a qualidade do abastecimento; Buscar manter a grande participação de energia renovável na Matriz, mantendo a posição de destaque que o Brasil sempre ocupou no cenário

internacional; Fomentar a eficiência energética na produção de energia no País; Incrementar, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional; Promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos e preservar o interesse nacional; Procurar utilizar sempre tecnologia nacional no desenvolvimento das fontes competitivas; Para isso, traçar trajetória de desenvolvimento das fontes que leve em conta sua disponibilidade e sua potencialidade até 2030, de modo a melhor aproveitá-las; Procurar sempre otimizar o transporte de energia entre a área em que ela é produzida até a chegada ao consumidor final, inclusive reduzindo ao mínimo as perdas envolvidas no processo. (MME, 2007, p. 209)

Além da hidroeletricidade, o MME considera energia renovável, a geração de energia por pequenas centrais hidrelétricas (PCH) biomassa, eólica, álcool carburante a partir da cana-de-açúcar, a bioenergia (resíduos agroflorestais) e o biocombustível (biodiesel), sendo que na expansão da oferta de energia foi destacada a “importância e a prioridade das grandes usinas hidrelétricas da Amazônia, para o atendimento do sistema após 2010, em particular, as que já dispõem de estudos de engenharia e ambientais desenvolvidos” (MME, 2007, p. 209). Para a biomassa, eólica e a PCH, existe um programa de incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA<sup>10</sup>, com algumas distorções que precisam ser corrigidas futuramente conforme informado pelo próprio MME. E quanto aos biocombustíveis, “uma importante diretriz política governamental deve ser no sentido do Brasil procurar assumir a liderança internacional na formação de um mercado internacional de bioenergia, respeitados os acordos já assinados na área ambiental” (Idem, p. 213).

Dessa forma, o governo busca a integração das políticas energéticas com outras políticas públicas e a criação do Conselho Nacional da Política Energética, que é constituído por integrantes de diversos ministérios, é uma ação nesse sentido, porém há clara evidência da predominância nos investimentos na produção de energia em grandes projetos hidrelétricos, por conta do discurso da tecnologia limpa de pouca degradação ambiental.

### 3.2 A AMAZÔNIA NO CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL E A REGIÃO DO TAPAJÓS

A intervenção na Amazônia com base na visão das elites das décadas de 50 e 60, com o imaginário de vazio demográfico e recursos inesgotáveis, convergia para a execução dos projetos de desenvolvimento da época como a construção de Brasília e a abertura da rodovia Belém-Brasília, que iniciaram a integração da região à economia regional (CASTRO, 2005).

<sup>10</sup> Criado pela lei no 10.438, promulgada em 26/04/2002.

A configuração política e econômica da Amazônia hoje, está vinculada à implementação de políticas públicas executadas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas com ações desenvolvimentistas, com intuito de realizar a integração da região ao contexto nacional e também ao internacional. No entanto, a presença do Estado na região Amazônica, para o estabelecimento de projetos e estratégias que visam o crescimento econômico do país, não se materializa em melhoria da qualidade de vida para a maioria das populações locais.

As estratégias de intervenção na Amazônia objetivavam a integração ao mercado nacional através da abertura de estradas, colonização e políticas de incentivo fiscais, a exemplo dos anos oitenta, nos quais os investimentos foram direcionados ao Programa Grande Carajás e para a construção da hidrelétrica de Tucuruí e Balbina (CASTRO, 2008). A matriz de intervenção do governo Lula, com os mesmo eixos de integração do governo anterior, incentivavam a exportação e o superavit comercial dos setores de minérios, madeira, pecuária, pescado e grão (Ibid, p. 21). Além do planos plurianuais (PPA) e do plano de aceleração do crescimento (PAC), essa estratégia de integração também esteve presente no projeto de integração das infraestruturas regionais sul-americanas (IIRSA), com enfoque nos eixos de infraestrutura, transporte e comunicação. A Amazônia passou a ser situada em uma posição central na política de integração continental, sendo considerada pelo Estado brasileiro como uma nova fronteira econômica.

O cenário mundial vem se modificando nas últimas décadas com a formação de novas regionalizações e blocos econômicos no contexto em que o mercado internacional concentra mais capital e pressionam o campo político para conquistar mais espaço na nova economia, sendo assim, mesmo que os Estados nacionais mantenham a sua função regulatória, a lógica liberalizante do capital norteia as ações, políticas, econômicas e sociais (CASTRO, 2008).

Existem doze países que compõem o IIRSA na América do Sul, com o intuito de integrar a região através de investimentos para o desenvolvimento de projetos nas áreas de energia, transporte e comunicações, com a criação de corredores de exportação subsidiados por infraestruturas interligadas, com o objetivo de dinamizar os fluxos comerciais sul-americanos e internacional. São eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. O conceito de integração produtiva para o IIRSA é considerado como:

Conceitualmente, Integração Produtiva pode ser definida como o processo de formação de um mercado regional preferencial e mais amplo, que se beneficia da

diversificação das exportações intrabloco e para o conjunto da economia internacional, do aumento das economias de escala e da maior especialização, movido pela reorientação das estratégias empresariais (nacionais ou estrangeiras) que buscam explorar estes mercados ou as novas oportunidades do comércio internacional, através da: integração de cadeias produtivas; aumento do conteúdo de valor agregado; fortalecimento dos encadeamentos produtivos (para trás e para frente); e diversificação do tecido produtivo ou criação de novos setores. (IIRSA, 2015)<sup>11</sup>

Nos investimentos estão previstas obras de pavimentação e interligação de rodovias e ferrovias, hidrelétricas, aproveitamento de recursos naturais, entre outros, com o objetivo de aumentar a competitividade da região nos mercados internacionais.

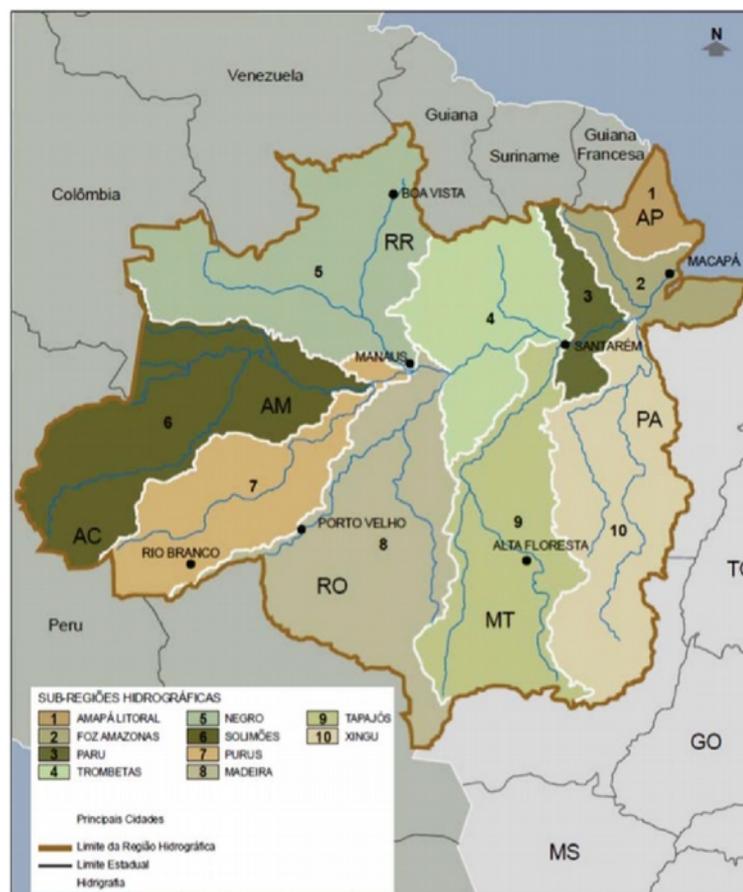
Nesse cenário, a região do Tapajós no oeste do Pará, possui um papel estratégico para o eixo energia, pois é o local onde está previsto o Complexo Hidrelétrico do Tapajós, sendo duas das cinco usinas planejadas no projeto, já com os estudos de viabilidade e impacto ambiental concluídos. Após o projeto da UHE Belo Monte, que está em fase de obras, a maior aposta do governo brasileiro na região do Tapajós para a geração de energia hidrelétrica.

Segundo o IBGE em 2010, a bacia hidrográfica do Tapajós, uma das principais sub-bacias da bacia amazônica possui 764.183 km<sup>2</sup> com cerca de 1.200.000 pessoas. O rio Tapajós possui 2.000 quilômetros de extensão, forma-se nos rios Juruena e Teles Pires e deságua na margem direita do rio Amazonas, conforme a figura 5 (MONTEIRO; DAMINELLO; JÚNIOR, 2014).

---

<sup>11</sup> Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Disponível em <<http://www.iirsa.org>>

Figura 5 - Bacias hidrográficas.



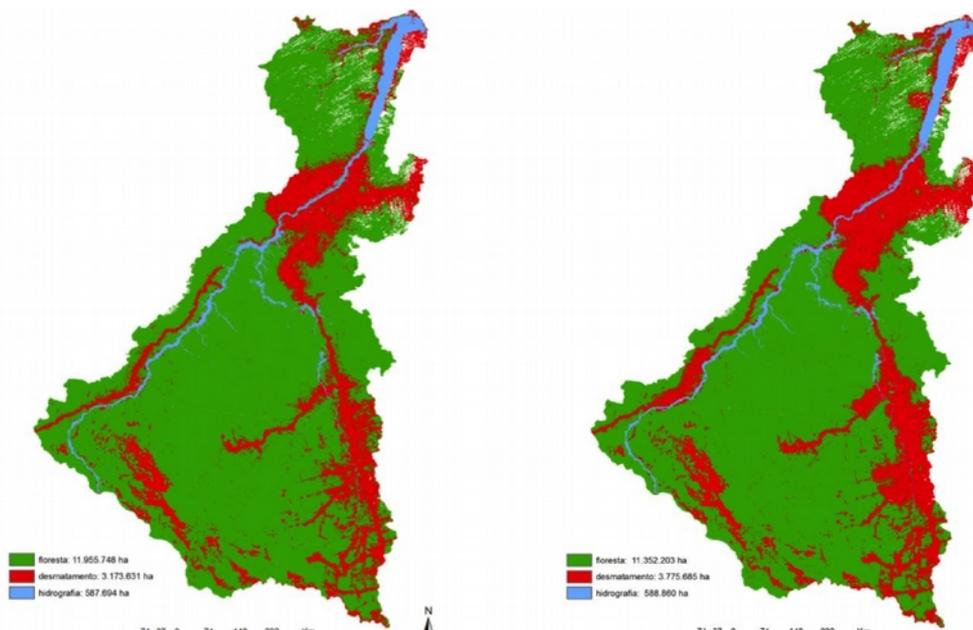
Fonte: MONTEIRO; DAMINELLO; JÚNIOR. (2014).

Além da atração pela utilização do rio para a produção de energia hidrelétrica, também existe a ocorrência de ouro e outros materiais, situados na província mineral do Tapajós, onde foi criada a reserva garimpeira do Tapajós pelo ministério de minas e energia em 1983. O início da atividade se consolidou na década de cinquenta, teve o seu auge em sessenta e o início da redução da garimpagem na década de setenta, devido a queda do preço do ouro nos mercados mundiais. Mais recentemente, nos anos de 2001, foram abertas novas frentes de exploração devido ao aumento da cotação do ouro. Além do ouro também existem outras pedras de alto valor comercial, como o diamante (YNOUYE; JÚNIOR; PAVANI, 2014).

Outra frente de investimentos na região do Tapajós é a infraestrutura de escoamento da produção, com a pavimentação da BR-163 e a nova área portuária em Miritituba, na cidade de Itaituba, que contará com nove terminais portuários para atender as demandas das grandes empresas de *commodities* agrícolas e montadoras industriais da zona franca de Manaus (Ibid, 2014).

Essas pressões antrópicas sobre o meio ambiente na região do Tapajós, pode acelerar o processo de desmatamento e destruição da floresta, como mostra um estudo feito sobre os cenários projetados para a bacia do Tapajós para o ano de 2030 com a implantação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós (Ibid 2004), na figura 6.

**Figura 6** – Comparação entre os cenários de cobertura do solo na bacia do Tapajós para o ano de 2030.



Fonte: PRODES (2000).

O primeiro cenário foi realizado com base no mapa de uso e cobertura da região para o ano de 2000 (PRODES), considerando as seguintes variáveis: distância aos centros urbanos; distância às rodovias; e unidades de conservação. A simulação foi feita para o cenário de 2011, subsidiando as projeções de cenários futuros. Para a construção desse cenário, a projeção foi feita com base nos anos de 2000 à 2011, com a inclusão das estruturas previstas para o Complexo Hidrelétrico do Tapajós, como os reservatório, as estruturas de barramento e as estradas de acesso. Já o cenário 2 foi feito com base na dinâmica que ocorreu no entorno das obras de Belo Monte, com 225,7 km de raio<sup>2</sup>.

Os grandes projetos de desenvolvimento do governo brasileiro, especificamente a geração hidrelétrica estão envolvidas com em uma tensa disputa e conflito entre os conceitos de desenvolvimento e a preservação ambiental da região, e não há consenso entre os agentes sobre os impactos que serão causados pelas obras e pela execução.

### 3.3 GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS

#### 3.3.1 A Energia Hidroelétrica

O investimento na construção de grandes empreendimentos hidroelétricos no país está associado à expansão da oferta de energia para atender principalmente o setor industrial e os grandes centros urbanos que estão em expansão. Essa oferta de energia está inserida na política nacional de desenvolvimento econômico, cuja principal ação é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 2007 pelo então presidente Lula no seu segundo mandato (2007-2010), cuja estrutura se compõe nos três seguintes eixos: logística, energética, e social e urbana. Segundo o 9º balanço (PAC2, 2013), houve um aumento da capacidade geração de energia elétrica com o PAC 2, em 10.200 MW (3.434 MW em 2013), e dentre as usinas que entraram em operação estão UHE Jirau (3.750 MW) e Santo Antônio (3.150 MW), ambas em Rondônia.

Conforme já foi citado, a energia gerada pela hidroeletricidade representa cerca de 20% do total de energia elétrica produzida no mundo, sendo a principal fonte de geradora para mais de 30 países (ANEEL, 2002), mesmo com diversos problemas socioeconômicos e ambientais que sempre envolveram os projetos dessa natureza. Isso se dá principalmente pela quantidade de recursos disponíveis em certos países e pelo seu caráter renovável.

Com a reestruturação do setor elétrico brasileiro e o incentivo à geração de energia elétrica de forma descentralizada, as pequenas centrais hidrelétricas tiveram alguns incentivos para investimentos. No ano de 2012, foram aprovados 43 projetos básicos de pequenas centrais hidrelétricas (567 MW), com um total de 859 MW de potência instalada (ANEEL, 2002). Hoje ainda representa cerca de 5% da capacidade instalada em usinas hidrelétricas no Brasil (BEN, 2013). Mesmo assim a maior quantidade de fontes geradoras de energia continua sendo as grandes centrais hidrelétricas. Quanto aos projetos de usinas hidroelétricas de médio porte, “em função da quase interrupção dos estudos de inventário e de viabilidade, a partir da década de 90” (MME, 2007), o país não possui investimentos dessa natureza, por conta de não possuir estudos de viabilidade concluídos e com licenças ambientais prévias aprovadas.

A produção de energia hidroelétrica através das grandes centrais hidrelétricas é prioridade para o atual governo federal, com o intuito de consolidar o país como o terceiro maior potencial hidrelétrico do mundo. Para isso, uma das metas é o aumento na produção de

mais de 100.000 MW de energia até 2030 e um maior aproveitamento do potencial hidrelétrico da Amazônia, conforme destaca no Plano Nacional de Energia 2030.

Apesar da retórica de energia renovável e limpa em referência às grandes centrais hidrelétricas, esses empreendimentos provocam grande modificação no meio social, econômico e ambiental onde está situado, transformando o que antes era o curso natural do rio em um grande lago, provocando inundações de áreas, resultando na maioria das vezes no deslocamento compulsório de diversas famílias e de animais, além da submersão da flora. É importante destacar aqui a conceituação que consideramos quando falamos sobre esse deslocamento compulsório, que não significa simplesmente êxodo ou migração (ALMEIDA, 1996), e sim, como demonstra o autor na seguinte referência:

Uma definição preliminar da questão abarcaria o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação, imemorial (povos indígenas) ou datada (camponeses), mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos. (ALMEIDA, 1996, p. 467)

Desde 1986 o Estudo de Impacto Ambiental se tornou obrigatório no planejamento de projetos hidrelétricos, no entanto muitos autores criticam a forma como ele é concebido, desconsiderando muitos aspectos ambientais e até mesmo utilizando metodologias que não englobam a totalidade de impactos causados pelas obras, desde a sua construção até o momento em que a água passa pelas turbinas das hidrelétricas, como destaca Fearnside (2011):

Hidrelétricas emitem metano, um gás de efeito estufa com 25 vezes mais impacto sobre o aquecimento global por tonelada de gás do que o gás carbônico, de acordo com o último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC). Estudos mais recentes, que incluem efeitos indiretos não incluídos no valor do IPCC, indicam um impacto 34 vezes o de CO<sub>2</sub>, considerando a mesma escala de tempo de 100 ano. (FEARNSIDE, 2011, p. 8 apud FORSTER, 2007 e SHINDELL, 2009).

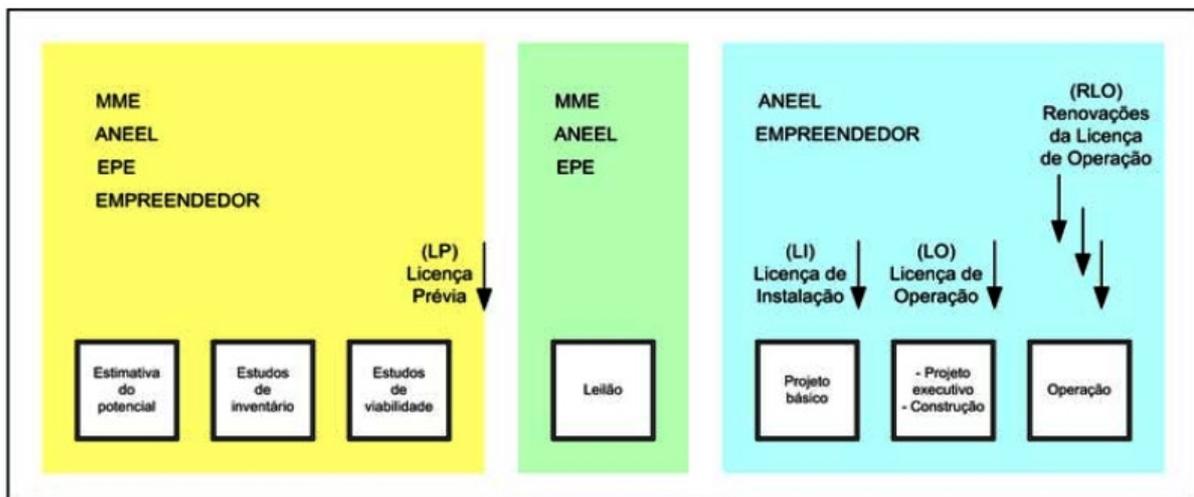
Por isso, o processo de produção do EIA-RIMA também é permeado de conflitos entre o grupo que o elabora com o movimento ambiental e pesquisadores que discordam da metodologia empregada. Além desse estudo, o processo de implantação de um aproveitamento hidrelétrico corresponde à cinco etapas, a começar pela estimativa do potencial hidrelétrico, na qual são realizados os estudos da bacia hidrográfica, com o intuito de verificar as características topográficas, hidrológicas, geológicas e ambientais, objetivando uma avaliação inicial do potencial e do custo do possível empreendimento. A fase seguinte,

refere-se ao inventário hidrelétrico, momento em que se realiza a análise das alternativas de divisão de queda para a bacia hidrográfica, objetivando selecionar as melhores opções considerando “custos de implantação, benefícios energéticos e impactos socioambientais” (CEPEL, 2007, p. 24).

Nessa fase, é necessário também realizar uma avaliação ambiental integrada para subsidiar os processos de licenciamento. A etapa seguinte é a de viabilidade, na qual são aprofundadas as análises de viabilidade técnica, energética, econômica e socioambiental para a definição do aproveitamento ótimo que deverá ir ao leilão de energia. Esses estudos se tornam a base para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), para que o empreendimento possa obter a Licença Prévia (LP) através dos órgãos ambientais competentes, como o instituto brasileiro do meio ambiente e recursos naturais renováveis (IBAMA), (CEPEL, 2007).

Após essas três primeiras etapas, o projeto executivo é elaborado e deve conter os desenhos das obras civis e dos equipamentos eletromecânicos indispensáveis para a realização da obra. Nessa quarta etapa, é necessária a Licença de Operação (LO), bem como a implantação de projetos e programas socioambientais compensatórios aos danos causados pela obra às populações locais e ao meio ambiente. Após a construção da obra ter sido concluída, o reservatório passa pelo processo de enchimento para o início da operação.

**Figura 7** - Etapas de implantação de aproveitamentos hidrelétricos.



Fonte: Pac2 (2013).

Encontram-se em fase de obras no país, nove usinas hidrelétricas correspondendo a

20.359 MW e mais cinco pequenas centrais hidrelétricas, com um total de 100 MW. (PAC2, 2013). Dentre essas, está a UHE Belo Monte, no município de Altamira, que encontra-se com 43% das obras concluídas. Além das usinas, estão sendo ampliadas as linhas de transmissão para o transporte da energia para outros centros. Nesse sentido foram finalizadas 31 linhas de transmissão, correspondendo a 9.828 km de extensão, e outras 37 linhas estão em obras com um total de 9.920 km e mais de 30 subestações de energia.

### 3.3.2 A Retórica da Energia Limpa

O governo brasileiro, bem como o setor empresarial e boa parte da mídia corporativa, busca consolidar a associação dos projetos hidrelétricos ao conceito de energia limpa pelo fato da utilização da água dos rios como matéria-prima na produção de energia. Essa retórica pode ser percebida pelos documentos oficiais e institucionais das instituições da área, através das entrevistas com os dirigentes desse setor e também pelas publicações e produções de comunicação veiculadas em grande parte da imprensa. Até no meio científico há grande controvérsia sobre o assunto, com pesquisadores que são defensores da hidrelétrica como vetor de preservação pelo baixo nível de degradação ambiental, e outros que ao contrário, produzem pesquisas que apontam um alto grau de poluição associado aos projetos das usinas.

Podemos ver como há dissenso dentro da própria instituição acadêmica. Na figura abaixo retirada do portal da Universidade Federal do Pará (UFPA), é ressaltado que há opiniões divididas sobre as hidrelétricas, mas afirma que não há poluição com as usinas, e sim, apenas entraves relativos às questões socioeconômicas e culturais.

**Figura 8** - Matéria do portal da UFPA: “As relações entre a água e a energia elétrica”.



**Opiniões divididas** – Uma vez que as hidrelétricas produzem energia a partir da água, um recurso natural, não há poluição do ambiente, além de que se trata de uma fonte de energia renovável. Em contrapartida, as usinas exigem a construção de barragens, que demandam a inundação de uma grande área ao redor. Sendo assim, fauna, flora e mesmo os rios da região (que sofrem alterações no seu potencial hidráulico e perdas de

espécies de peixes, por exemplo) são afetados por esses empreendimentos, que trazem, também, impactos sociais. Comunidades ribeirinhas e indígenas são exemplos de populações que, frequentemente, são obrigadas a migrar de seu local de origem quando uma usina é construída.

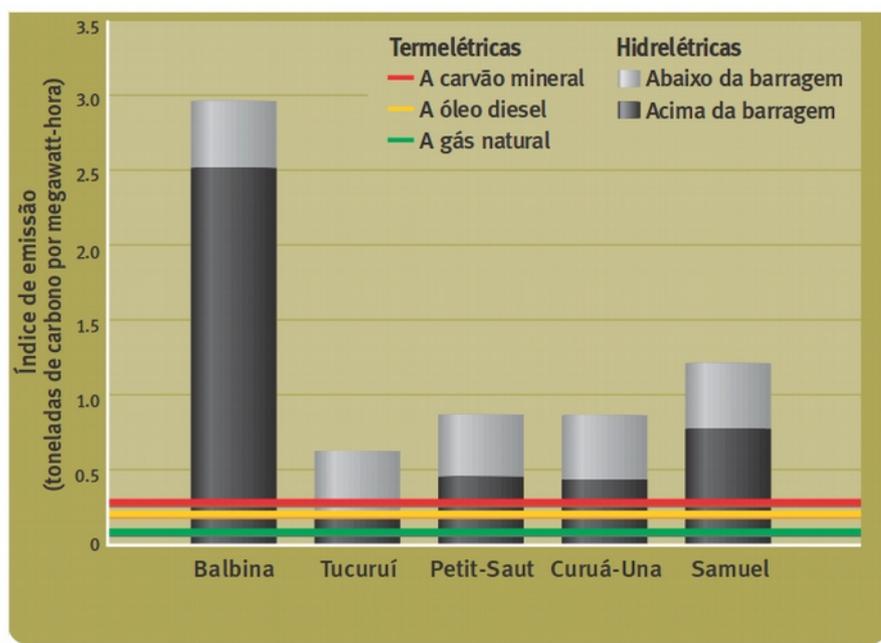
**Fonte:** UFPA (2014).

A matéria exibida na figura 8 deixa espaço para discussão sobre os conflitos sociais e ambientais relativos à fauna, flora e À mudanças no rio, mas caracteriza especificamente a questão da poluição ambiental como um consenso, ao afirmar que “*não há poluição do ambiente*”, convergindo para o posicionamento do governo e das empresas.

Ainda sobre campo científico, o pesquisador Alexandre Kemenes do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) divulgou uma pesquisa que revelou que pelo menos quatro hidrelétricas da Amazônia (Balbina, Tucuruí, Samuel e Curuá-Una) emitem mais equivalentes de carbono (tC)<sup>12</sup> sobre a potência gerada por hora (MW/h) do que as termelétricas, que são consideradas hoje um dos tipos de usinas que mais poluem o meio ambiente. O destaque foi para a usina de Balbina que resultou em emissões de gases do efeito estufa em uma quantidade dez vezes maior do que uma termelétrica nas mesmas condições. Em artigo, os pesquisadores do INPA alegam que os estudos de inventário brasileiro que determinaram a produção hidrelétrica como mais limpa, foi feito de forma equivocada.

Segundo a pesquisa, a emissão dos gases-estufa se dá pela decomposição da matéria orgânica das plantas e dos solos terrestres alagados pelo reservatório, contribuindo diretamente para o aumento do aquecimento global no planeta, como vemos na figura abaixo.

**Figura 9** - Índices de emissões de gás carbônico e metano.



**Fonte:** INPA (2007).

<sup>12</sup> Unidade que considera o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e o gás metano (CH<sub>4</sub>).

Apesar do trabalho ter sido realizado por um respeitado instituto de pesquisa do país, houve grande repercussão e contra-argumentação por parte pelas instituições do setor. Com isso, a ELETROBRAS divulgou um novo estudo realizado pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL), no qual as hidrelétricas analisadas tiveram uma taxa de emissão de gás carbônico abaixo da médias das emissões das usinas a carvão e a gás. Essas divergências foram noticiadas em vários veículos de comunicação corporativos e institucionais, como na manchete “*Eletrobras desmente que hidrelétricas tropicais sejam mais poluentes*”<sup>13</sup>, demonstrando o conflito forte sobre o conceito.

### **3.3.3 Casos da implantação de hidrelétricas no Brasil e na Amazônia**

Devido as lutas e reivindicações da população pela participação social nos projetos de desenvolvimento na Amazônica, neste caso, nos projetos hidrelétricos, algumas normatizações e diretrizes foram estabelecidas para tal objetivo, como as audiências e consultas públicas. No entanto, essa participação se inicia apenas após o processo decisório da implantação das usinas, quando se discute com a população local apenas os termos compensatórios e não a decisão em si sobre a execução ou não do projeto. Assim, a decisão sobre a implantação dos projetos, fica a cargo do governo.

O planejamento e as obras de grandes projetos hidrelétricos no país se remetem à década de 60, pelo governo de João Goulart que iniciou o projeto da usina de Itaipu Binacional junto com o governo do Paraguai. Antes disso, os estudos de aproveitamento do rio Paraná já haviam sido liberados pelo governo do então presidente Juscelino Kubitschek, passando as negociações pelos governos posteriores como no de Goulart, que sofreu um golpe de Estado pelo militares em 1964, sendo concluída em 1982 (GERMANI, 2003, p. 30), considerada a maior do mundo.

Outro caso emblemático de aproveitamos dos rio brasileiros para a geração de energia hidroelétrica é o da bacia do rio Uruguai, onde foi instalada a usina Foz do Chapecó (855 MW), inaugurada em 2010, permeando os municípios Águas de Chapecó, em Santa Catarina e o município Alpestre, no Rio Grande do Sul, correspondendo a 25% do consumo de energia de todo o Estado catarinense e 18% do Rio Grande do Sul (FURNAS, 2014).

Segundo estudos, a implantação da usina atingiu 2.503 família, porém cerca de 300

---

<sup>13</sup> Matéria publicada no site “Alerta em rede”. Disponível em <<http://www.alerta.inf.br/eletrobras-desmente-que-hidreletricas-tropicais-sejam-mais-poluentes/>>.

não foram contabilizadas por não se enquadrarem na categoria “atingidos por barragem”, conforme ressaltou o próprio Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). E antes de todo o conflito acarretado pelo deslocamento compulsório de toda a quantidade de famílias já citadas, a questão que inicia as discussões é o fato do processo decisório da implantação da hidrelétrica já ter sido tomado pelo governo, pelo fato desse empreendimento fazer parte da política energética nacional, integrante do programa de aceleração do crescimento (PAC I) “fato que impede qualquer possibilidade da comunidade local e regional alterar esta decisão, pois o que está em primeiro plano é a necessidade nacional e internacional da produção de energia” (VARGAS; HASS; AMPOLINI, 2013, p. 151).

Durante os anos de 1975 e 1985, houve um grande aumento na implementação de empreendimentos hidrelétricos no Brasil, que resultou no aumento da capacidade de geração de 18.500 MW para 54.000 MW. (SIEBEN, 2012). E a execução desses projetos em geral é permeada não somente por conflitos sociais, mas também de natureza ambiental, como ressalta Colares (1996):

A construção de barragens, com a finalidade de produzir energia elétrica ou suprir projetos de irrigação, pode causar vários problemas para as populações de mamíferos aquáticos da Amazônia. Das cinco espécies de mamíferos aquáticos existentes na região amazônica, três delas estão em perigo de extinção, a ariranha *Pteronura brasiliensis*, a lontra *Lutra longicaudis* e o peixe-boi *Trichechus inunguis* (COLARES, 1996, p. 247).

A instalação da barragem provoca a mortalidade de várias espécies de peixes por conta da diminuição de oxigênio no rio e o aumento do gás sulfídrico, “como ocorreu em Tucuruí 1984 e Balbina 1987” (COLARES, 1996, *apud* FEARNSSIDE, 1990). No caso da UHE Tucuruí inaugurada em 1984 no Pará, houve diversos impactos ambientais nos diferentes trechos da obra. Quando o rio foi totalmente bloqueado por conta do fechamento das comportas, áreas enormes ficaram expostas durante oito meses até o reservatório encher (SANTOS, G. M.; MÉRONA, B., 1996).

Além dos diversos impactos ambientais que se pode visualizar na implantação desses projetos, estão as questões sociais ligadas ao deslocamento compulsório, ou reassentamento das famílias que vivem nos locais onde serão alagados pelo represamento do rio. Podemos destacar, entre outros, o caso da execução da UHE Luiz Eduardo Magalhães, nos municípios de Miracema e Lajeado no Estado do Tocantins. Além desses municípios, outros também foram afetados com o alagamento, como Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras (SANTANA; PARENTE; 2013). Nesse processo, o número de famílias afetadas

chegou a 997, sendo 4.407 pessoas no total, dentre as quais 363 foram remanejadas para 12 projetos de reassentamento construídos pela empresa responsável pela obra. Para os autores, “Tal deslocamento desestruturou o padrão de organização social da população envolvida, desarticulando suas redes comunitárias, de parentesco e amizades, comprometendo assim a identidade coletiva e territorial dessas famílias atingidas.” (SANTANA; PARENTE; 2013, p.122).

Outro caso recente de implantação de hidrelétrica na Amazônia com grande repercussão nacional e internacional, é o da usina de Belo Monte no rio Xingu, que obteve licenciamento no ano de 2012, estando hoje em fase de obras. Durante o processo de estudos de impacto ambientais e viabilidade, para a obtenção do licenciamento prévio, houve diversas denúncias de irregularidades, e mesmo de demandas das comunidades locais que deveriam ser atendidas ou pelo menos pautadas nos relatórios, que no entanto, foram desconsideradas. E até mesmo no momento de liberação da referida licença, autores destacam que houve pressão por parte dos órgãos responsáveis pela emissão, para que o processo fosse acelerado, como ressaltam Magalhães e Hernández (2011):

Analistas ambientais do IBAMA, responsáveis pela análise do processo de licenciamento manifestaram desconforto em conceder a licença prévia, e caracterizar a viabilidade ambiental do projeto, considerando que dois dias antes da liberação não havia elementos suficientes para atestar a viabilidade ambiental do empreendimento (MAGALHÃES; HERNANDEZ; 2011, p. 92).

Além disso, também houve críticas no sentido da metodologia utilizada para a construção do EIA da usina de Belo Monte, pois pesquisadores e estudiosos alegam que a delimitação das áreas de influência da hidrelétrica, após a sua construção, não foi abarcada em sua totalidade, conforme ressalta Nascimento (2011):

Entendemos que a divisão das áreas em graus de influência, os erros que nela ocorrem e subdimensionamentos notados no EIA são problemas calcados em uma abordagem que possibilita as mais diversas omissões quanto às responsabilidades dos empreendedores acerca do que está previsto como mitigação e compensação. Ou seja, o primeiro determina diretamente sobre os rumos do segundo (NASCIMENTO, 2011, p. 208-209).

Podemos assim, evidenciar que os processos de implantação de hidrelétricas no Brasil, e particularmente na Amazônia são permeados por conflitos de toda a natureza envolvendo instituições públicas, privadas, a sociedade local e organizada, a cerca das questões

ambientais, sociais, culturais e econômicas, e quanto a essa última questão observamos que apesar da retórica do desenvolvimento sustentável através da hidreletricidade, o resultado obtido em termos de desenvolvimento econômico e social da população local não foi aquele previsto nos relatórios de projeções dos governos, visto que a maior parte da energia produzida por esses grandes empreendimentos (cerca de 60%), é consumida pelas principais indústrias de mineração, e esse aumento do consumo pela indústria e também pelo comércio não corresponde ao aumento da oferta de emprego e abertura de novos estabelecimentos comerciais. “Assim, o aumento do PIB também não reflete de maneira alguma um crescimento do nível de empregos e muito menos um aumento da qualidade de vida da população da região” (FENZL; CANTO; VINÍCIUS, 2000, p. 264).

### 3.3.4 A questão indígena

Segundo o presidente da empresa de pesquisa energética (EPE), Maurício Tolmasquim, a questão indígena é a mais difícil para o setor elétrico. Em entrevista o executivo declarou que: “*Tem se feito esforço de diálogo com essas comunidades. Mas não vou esconder que esse diálogo tem sido muito difícil*”<sup>14</sup>. E não apenas a EPE, mas também o Ministério de Minas e Energia, e outros órgãos do setor, bem como as empresas do GET declaram que existe uma ação grande em dialogar com os indígenas.

Por outro lado, os indígenas e especificamente o povo Munduruku na região do Tapajós, reivindica que sejam cumpridas as leis estabelecidas na constituição federal de 1988, no artigos 231 e 232, que garantem o respeito às culturas dos povos indígenas, seus costumes, línguas, crenças e tradições “*e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens*”<sup>15</sup>, a titulação das terras tradicionalmente ocupadas, “*cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes*”<sup>16</sup>, considerando legítimas as ações movidas por indígenas e suas comunidades em defesa dos seus direitos, tendo o Ministério Público como interveniente em todos os atos do processo. O parágrafo terceiro do artigo 231 regulamenta questões específicas sobre a utilização dos recursos hídricos,

---

<sup>14</sup> Trecho extraído da matéria “Maurício Tolmasquim, da EPE: Questão indígena é a mais difícil para o setor”, publicada no Blog Usinas do Tapajós em novembro de 2013. Disponível em <<http://www.usinasdotapajos.com.br/mauricio-tolmasquim-da-epe-questao-indigena-e-a-mais-dificil-para-o-setor/>>

<sup>15</sup> Artigo 231 da constituição federal de 1988.

<sup>16</sup> Ibid.

O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei (Art 231, Parágrafo 3 da CF/88).

Além da constituição federal brasileira de 1988, que rege as leis do país, existem outros instrumentos de regulamentação sobre a questão indígena como a “Declaração das Nações Unidas sobre o direito dos povos indígenas” deliberada em 2007 como compromisso dos governos em garantir os direitos que nela foram estabelecidos, sem no entanto ser obrigatório o seu cumprimento. Na declaração estão artigos que destacam questões como “*Os povos indígenas, no exercício de seu direito à autodeterminação, têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas à seus assuntos internos e locais [...]*”<sup>17</sup> E dentre outros itens que falam sobre o direito à permanecer com suas culturas e não sofrer nenhum tipo de assimilação forçada, podemos destacar o artigo 10 que especifica sobre assuntos relativos ao remanejamento dos povos indígenas de suas terras:

Os povos indígenas não serão removidos à força de suas terras ou territórios. Nenhum traslado se realizará sem o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas interessados e sem um acordo prévio sobre uma indenização justa e equitativa e, sempre que possível, com a opção do regresso (Art. 10, Declaração das Nações Unidas sobre o direito dos povos indígenas, 2008).

A maior luta dos indígenas, e que também engloba boa parte dos ribeirinhos das vilas que deverão ser atingidas, é para o cumprimento da convenção 169 da organização internacional do trabalho (OIT) de 1989 que se refere aos direitos à terra, aos recursos naturais e à consulta prévia aos povos indígenas, que trata sobre o direito de não serem removidos de suas terras sem haver um consentimento do povo.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), o governo federal busca restringir a consulta prévia à da usina São Luiz do Tapajós, desobedecendo uma ordem judicial do ministro Félix Fischer que apesar de ter liberado os estudos, exigiu a realização da consulta, conforme vemos no trecho da decisão do então presidente do Supremo Tribunal Federal:

O que não se mostra possível, no meu entender, é dar início à execução do empreendimento sem que as comunidades envolvidas se manifestem e componham o processo participativo com suas considerações a respeito de empreendimento que poderá afetá-las diretamente. Em outras palavras, não poderá o Poder Público

---

<sup>17</sup> Artigo 4 da Declaração das Nações Unidas sobre o direito dos povos indígenas, publicada em março de 2008.

finalizar o processo de licenciamento ambiental sem cumprir os requisitos previstos na Convenção nº 169 da OIT, em especial a realização de consultas prévias às comunidades indígenas e tribais eventualmente afetadas pelo empreendimento (Site do MPF, 2014).

Mesmo não tendo sido realizada a ordem judicial do STF, em outubro de 2014 o governo federal marcou o leilão da UHE São Luiz do Tapajós para dezembro do mesmo ano, mas em seguida desmarcou alegando a necessidade de mais estudos para o componente indígena. No entanto o referido estudo já demonstrou que haverá impactos irreversíveis aos povos indígenas com a construção da usina.

Nesse contexto de disputa, os ribeirinhos da comunidade de Montanha-Mangabal (alto Tapajós) elaboraram um protocolo de consulta próprio, com o auxílio da MPF, no qual é explicitada a vontade de serem consultados sobre a construção da barragem, de acordo com a regulamentação da convenção 169:

Nós não somos invisíveis e não abrimos mão do nosso lugar. No passado, os grileiros diziam que ninguém vivia em Montanha e Mangabal, mas lutamos e conseguimos que nosso direito à terra fosse reconhecido. Agora, é o governo quem diz que não existimos e planeja construir barragens no rio Tapajós sem nem nos consultar. Mas sabemos que a lei garante nosso direito à consulta prévia e exigimos que ele seja cumprido. [...] E lembramos também dos beiradeiros de comunidades como Mamãe-Anã, Penedo, Curuçá, Pimental, São Luiz e Vila Rayol, e de aldeias como a do Chico Índio e a de Terra Preta (Apiaká), que, assim como nós e os Munduruku, devem ser consultados sempre que o governo tiver planos que afetem nossas terras (Proposta de Protocolo de consulta Montanha-Mangabal, 2014).<sup>18</sup>

Dessa forma o impasse e o dissenso continuam, com descumprimentos de leis, regulamentações e acordos, e com comunidades de indígenas e ribeirinhos tomando posições de enfrentamento e luta para que sejam garantidos os seus direitos sobre a terra em que vivem.

## **4. O COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO TAPAJÓS**

### **4.1 PACII E AS POLÍTICAS NA REGIÃO DE ITAITUBA E JACAREACANGA**

O plano de aceleração do crescimento (PAC) em sua segunda fase, segue a mesma linha de atuação do seu antecessor e dá continuidade aos investimentos iniciados no PAC I pelo então presidente Lula (2007-2010), pela implantação de projetos nas áreas de infraestrutura social, urbana, logística e energética com um discurso de desenvolvimento

---

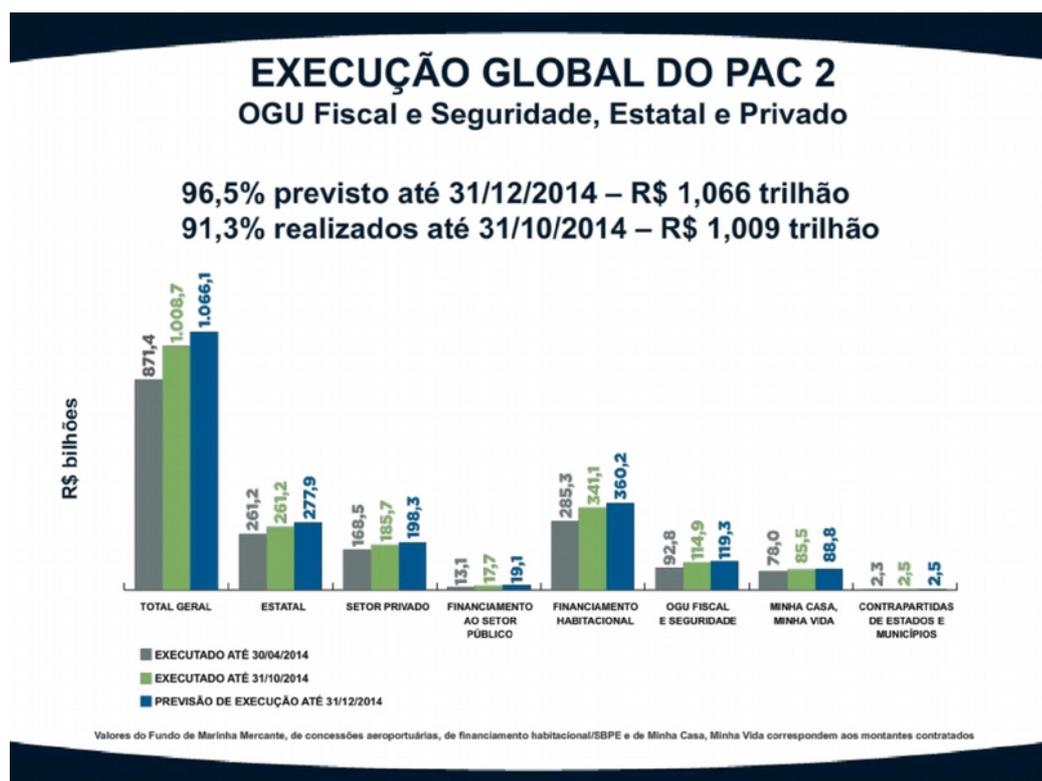
<sup>18</sup> Ver na íntegra no anexo B

sustentável (Ministério do Planejamento, 2015). O plano é realizado em parceria com o setor privado para a execução de grandes projetos e tem como outras premissas, o aumento da geração de empregos e de renda.

Segundo as informações destacadas no 11º Balanço do PAC (2011-2014) sobre o planejamento do setor de infraestrutura, com o plano o país “*redefiniu o papel do Estado como indutor do investimento e do setor privado como parceiro fundamental e está, ano a ano, construindo a infraestrutura necessária para sustentar o desenvolvimento do Brasil*”. O que evidencia a forte parceria e atuação do setor privado tanto no planejamento, quanto na execução das obras de infraestrutura do governo federal.

No PAC II houve um aumento de investimentos em torno de 72% com relação ao PAC I, com cerca de R\$ 1,066 trilhão de reais até dezembro de 2014, como vemos na figura 6.

Figura 10 - Execução Global do PAC II.



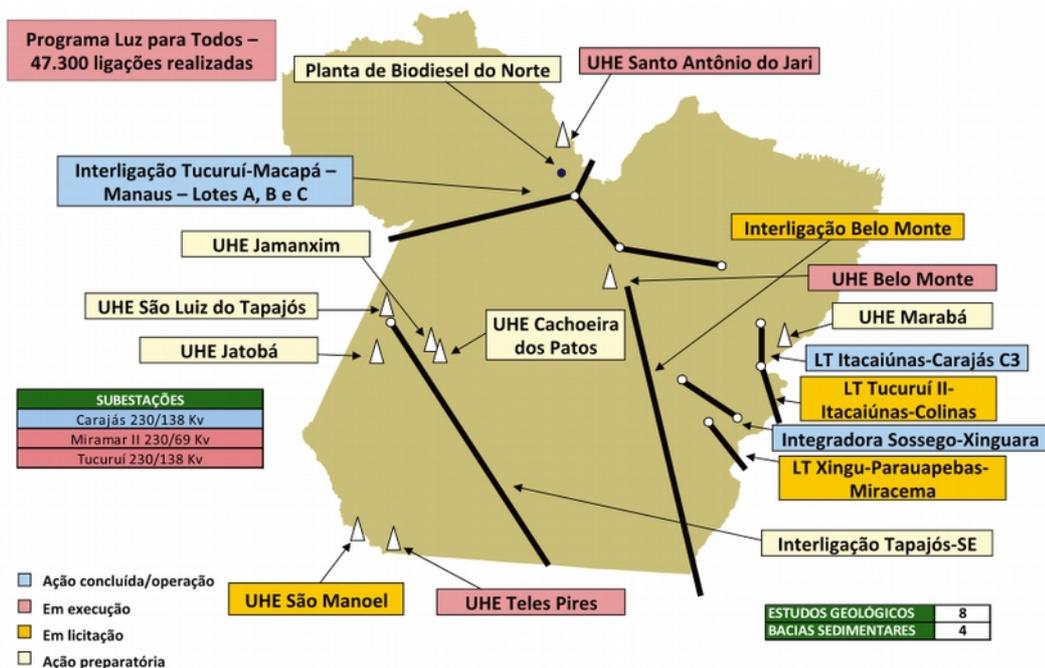
Fonte: PAC2 (2014).

Desse montante, cerca de R\$ 253,3 bilhões foram destinados para ações do eixo energia incluindo a construção das hidrelétricas de Santo Antônio (3.150 MW) e Jirau (3.750 MW), em Rondônia. Segundo o 11º Balanço (2014) estão em fase de construção oito

hidrelétricas (18.839 MW), incluindo Belo Monte (11.233 MW), três termelétricas (1.992 MW), oitenta e nove usinas eólicas (2.324 MW) e quatro pequenas centrais hidrelétricas (84 MW).

No Estado do Pará, segundo o último balanço referente ao período de março a junho de 2014, o investimento total do PAC II estava previsto para 104,16 bilhões, sendo 45,04 bilhões de 2011 a 2014 e 59,12 bilhões para depois de 2014. Do total de recurso para o referido período, cerca de 58% foi destinado apenas para o eixo energia (2011-2014), correspondente a R\$ 20.912,58 milhões (sendo R\$ 19.740,10 somente para geração de energia elétrica), para investimentos exclusivamente do Pará e mais R\$ 8.668,33 milhões (sendo R\$ 5.204,63 para geração de energia elétrica) para empreendimentos que abrangem mais de um Estado. O recurso destinado para ações energéticas exclusivas do Estado e comuns com outros Estados (pós 2014) chega a R\$ 53.223,71 milhões. Na figura abaixo podemos visualizar a localização dos empreendimentos do eixo energia com a legenda sobre fase em que se encontram.

**Figura 11** - Mapa dos empreendimentos energéticos no Pará.



Fonte: PAC2 (2014).

Além dos projetos da UHE São Luiz do Tapajós e UHE Jatobá, foram incluídas no mapa a UHE Cachoeira dos Patos e UHE Jamanxim, integrantes do Complexo Hidrelétrico do

Tapajós, na categoria de ação preparatória. Na tabela com a subdivisão dos empreendimentos por tipo e subtipo, as quatro hidrelétricas são categorizadas como tipo “Geração de Energia Elétrica”, mas como subtipo as duas primeiras são “Usina Hidrelétrica” e as duas últimas como “EVTE – EIA/RIMA – Aproveitamentos hidrelétricos”. Nenhuma dessas está com os valores de investimentos exibidos, já que estão em ação preparatória e os custos com os estudos ambientais e de viabilidade econômica estão sendo custeados pelas empresas públicas e privadas integrantes do Grupo de Estudos Tapajós.

#### **4.1.1 Os projetos hidrelétricos de Jatobá e São Luiz do Tapajós**

Nos últimos três anos, foram realizados estudos sobre os projetos das usinas São Luiz do Tapajós (próximo à cidade de Itaituba) e Jatobá (entre as cidades de Jacareacanga e Itaituba) através do “Grupo de Estudos Tapajós”, composto pelas seguintes empresas: ELETROBRAS, ELETRONORTE, EDF, Camargo Corrêa, Cemig, Copel, GDF SUEZ, Endesa Brasil e Neoenergia, sob coordenação da primeira. O grupo possui o objetivo de realizar os estudos de viabilidade técnica e econômica (EVTE) e impacto ambiental (EIA/Rima) das referidas usinas para posterior entrega dos estudos à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e ao IBAMA (Instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis), respectivamente.

O projetos das hidrelétricas São Luiz do Tapajós e Jabotá, integrantes do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, passaram recentemente pela fase de estudos de viabilidade (técnica e econômica, e ambiental). O planejamento das usinas definiu a localização dos empreendimentos próximos aos municípios de Itaituba, Jacareacanga e Trairão. A soma da potência dos dois projetos somam mais de 8.000 MW: UHE São Luiz do Tapajós (6.133 MW) e UHE Jatobá (2.338 MW)<sup>19</sup>.

Ambas usinas estão planejadas pelo conceito de usina-plataforma, que é inspirado no funcionamento das plataformas de petróleo em alto-mar, com o intuito de minimizar os impactos ambientais causados pela obra, conforme o conceito da ELETROBRAS:

A ideia é que essas usinas sejam cercadas de floresta por todos os lados. Durante a construção, as equipes de funcionários se revezarão em turnos, como acontece nas plataformas de petróleo, e não haverá grandes canteiros de obras associados a vilas de trabalhadores. Quando as obras chegarem ao fim, o canteiro será totalmente desmontado e será promovido um reflorestamento radical do local. Durante a fase de

---

<sup>19</sup> Ver mapas das localizações dos projetos nos anexos.

funcionamento da hidrelétrica, o trabalho por turnos continuará, com os trabalhadores sendo transportados para o local por helicóptero ou por terra. Boa parte da operação será automatizada e a estrada de acesso à usina será controlada para evitar o surgimento de vilas e cidades no seu entorno (ELETROBRAS, 2015).<sup>20</sup>

Esse conceito foi lançado pela primeira vez no projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós. A UHE São Luiz do Tapajós, prevê a formação de um lago de 722,25 km<sup>2</sup>, com uma queda de 35,9 m e geração de 25.548.795 MW/ano. Já nos dados do projeto da UHE Jatobá o alagamento de uma área de 646,3 km<sup>2</sup>, com queda de 16m e geração de 11.264.484 MW/ano<sup>21</sup>.

Durante a fase de estudos, o grupo criou um projeto de comunicação intitulado 'Diálogo Tapajós' com o objetivo de disseminar as informações sobre os projetos hidrelétricos e promover o “diálogo em um processo inclusivo”<sup>22</sup> (Grupo de Estudos Tapajós, 2013) entre as populações locais (Jacareacanga, Itaituba, Vila Pimental, entre outras) e as empresas, conforme podemos observar na afirmação extraída do site do projeto: “*Esse projeto promove, ao longo dos estudos, um processo dialógico e inclusivo de comunicação com as populações e instituições interessadas*”.<sup>23</sup>

O projeto de comunicação em execução, realiza atividades nos municípios de Jacareacanga, Itaituba, Trairão e nas comunidades da região, através de ações como reuniões, entrega de materiais de divulgação dos projetos e encontros entre representantes das empresas (equipes de campo) com as populações locais, as quais estão pescadores, garimpeiros, donas de casa e pequenos agricultores. São distribuídos materiais de comunicação impressos como folders, cartilhas, relatórios, cartazes, postais, além da execução de programas de rádio, e dos produtos digitais como o blog e o site da web.

O Diálogo Tapajós possui dois escritórios na região do Oeste do Pará, um fica localizado na cidade de Itaituba e o outro na cidade de Jacareacanga, e as ações da equipe estão sendo realizadas nesses dois municípios, além de Trairão (PA), principalmente nas vilas de pescadores e nas comunidades ribeirinhas, localizadas nas margens dos rios. As comunidades indígenas não estão dentro do escopo do projeto de comunicação, sendo que

---

<sup>20</sup> Informação retirada do site da ELETROBRAS. Disponível em <<http://www.eletronbras.com/ELB/natrilhadaenergia/main.asp?View={C93EAB45-F64F-42C5-8E52-C30EF9341BBE}>>>

<sup>21</sup> Informação retirada da cartilha “Um novo conceito em hidrelétricas” da ELETROBRAS. Disponível em <[https://docs.google.com/file/d/0B8wNLFC5yN3lNzdiZTM4NWYtYzUyMS00YzAwLWI4OTktYmVkNWQxNjdkNGRh/edit?hl=pt\\_BR&pli=1](https://docs.google.com/file/d/0B8wNLFC5yN3lNzdiZTM4NWYtYzUyMS00YzAwLWI4OTktYmVkNWQxNjdkNGRh/edit?hl=pt_BR&pli=1)>

<sup>22</sup> Trecho retirado da descrição do projeto.

<sup>23</sup> Grupo de Estudos Tapajós. Acessado em 30 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.grupodeestudostapajos.com.br/pt/>

estão sendo realizados estudos de impacto ambiental em algumas áreas como: Terra indígena Praia do Mangue, Terra indígena Praia do Índio, Área 43, Pimental, São Luiz do Tapajós e comunidade Boa Fé (Aldeia Nova), entre outras.

É interessante notar que o grupo, composto por empresas públicas e privadas diretamente interessadas economicamente com os projetos das usinas, produz uma diversidade de meios de comunicação impressos e eletrônicos buscando repassar informações pertinentes à população local de acordo com os interesses e pelo enfoque das suas integrantes. O público-alvo dessas mídias institucionais são as comunidades locais dos municípios da região do Tapajós, porém, mais especificamente aqueles que terão que mudar de residência ou de atividade de trabalho por conta da execução da obra.

Além do esforço de comunicação direcionado às comunidades locais, o GET também utiliza os meios de comunicação massivos da região como rádio e tv para a propagação das suas informações, incluindo ondas AM que possuem um alcance em localidades bem distantes dos municípios polo.

#### 4.2 OS AGENTES E O CAMPO DO PLANEJAMENTO DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO TAPAJÓS

Antes de evidenciarmos o campo em disputa referente ao objeto dessa pesquisa, elencamos os agentes que o compõem, e que neste caso possuem relações entre si, mas com distintos interesses em torno do planejamento do Completo Hidrelétrico do Tapajós.

Para tal, buscamos destacar graficamente alguns dos principais agentes e grupos de agentes ou “categorias” (Figura 12) que se relacionam através da disputa pelo diálogo, decisão, negação ou legitimidade da construção das UHE São Luiz do Tapajós e UHE Jatobá.

Figura 12 - Agentes do Campo do Planejamento do Projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós.



Fonte: Elaboração própria (2014).

Resguardadas as devidas limitações que essa representação gráfica estática nos impõe, identificamos algumas relações, sejam elas de parceria, conflito ou indiferença, entre os agentes que estão expressas através das linhas que ligam um ao outro.

Dessa forma, podemos verificar que o grupo de agentes que representam o “Grupo de

Estudos do Tapajós”, identificados na figura por empresas públicas e privadas, possuem relações com diversos outros agentes do campo como o Governo, os bancos, a imprensa, o judiciário, a polícia, os pescadores e as comunidades locais, sendo este grupo de agentes responsável pela execução do projeto de comunicação “Diálogo Tapajós” junto à população local de Itaituba, Jacareacanga e Trairão, já destacado anteriormente.

#### **4.2.1 O Estado**

Após análise da entrevista realizada em abril de 2014, com o Secretário Altino Ventura Filho, conseguimos observar como está construído o discurso do Estado, neste caso, o governo federal que é responsável pelo planejamento e execução das obras do Plano de aceleração do Crescimento (PAC I e II). A fala do entrevistado afirma a necessidade de expansão do sistema energético brasileiro para atender os seguintes objetivos: “segurança energética (garantir suprimento para toda a sociedade brasileira); garantir a tarifa mais baixa possível; e a universalização do atendimento (programa luz pra todos)”<sup>24</sup>. Ainda durante a entrevista, o secretário ressaltou a taxa de crescimento da economia (4 a 5 % ao ano), afirmando a necessidade de dobrar a oferta de energia em 15 anos para atender esse mercado. Por conta do aumento da demanda da economia, afirma o entrevistado, o país necessita aumentar a oferta de energia para atingir o crescimento dentro de um projeto de desenvolvimento.

Aqui percebemos a retórica central do discurso do Estado, composta pela necessidade nacional de aumento da geração de energia para subsidiar o desenvolvimento econômico do país. Para o atingimento dessa meta, são lançados vários conceitos e justificativas que se organizam para apoiar o argumento central do crescimento econômico para o desenvolvimento do Brasil.

O entrevistado destaca que pelo fato do Brasil possuir todas as fontes primárias para atender a produção de energia, o governo procura fazer a diversificação da matriz energética brasileira, aproveitando os potenciais de cada região, a exemplo da energia eólica no nordeste e da hidroelétrica no norte, afirmando ainda que cada fonte se complementa do ponto de vista energético.

Nesse ponto é interessante notar a afirmação quanto o direcionamento do governo para a diversificação da matriz energética brasileira, já que esse debate é alvo de críticas por várias

<sup>24</sup>Entrevista concedida por FILHO, Altino Ventura. Entrevista I. [abr. 2014]. Entrevistadora: Larissa Carreira da Cunha. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

partes inclusive de teóricos que afirmam que a diversificação é a melhor opção para o país (ASSAD, 2011). Apesar da afirmação, a maior parte dessa matriz é composta por hidrelétricas cuja expansão cresce a cada Plano Decenal de Energia, então mesmo que o dados mostrem que a geração está muito mais concentrada em produção hidrelétrica, o Estado se posiciona em um discurso da diversificação, como forma de diminuir os conflitos e críticas sobre essa postura.

A categorização da região por “vocação”, citada na entrevista, também vista como uma estratégia (CERTEAU, 1990) para a persuasão e aceita o da implementa o de projetos nas regiões, segundo aquela determinada característica natural de cada uma. Outras “voca es” ou características econômicas das regiões como o turismo, ficam ausentes da fala, demonstrando a intencionalidade da produ o de sentidos sobre cada região.

Dentre os aspectos destacados pelo entrevistado, que compõem as prioridades para a escolha dos empreendimentos estão: 1. O país tem que ter um montante de fonte, de recursos suficientes para um programa de 20 anos; 2. O governo prioriza as fontes renováveis; 3. Fontes competitivas; 4. Tecnologia nacional; 5. Meio ambiente (viabilidade ambiental - baixa emissão para o efeito estufa). Afirma ainda que a produ o de energia elétrica da matriz brasileira   priorizada pelas fontes: hidrelétrica, biomassa e eólica (compõem 80% da expansão nos próximos 10 anos). As demais fontes tem um papel complementar.<sup>25</sup>

Notamos assim, um discurso composto pela tentativa de aliar o desenvolvimento econômico com a preserva o ambiental (“*baixa emissão para o efeito estufa*”), que justifica o investimento em hidrelétrica pelo seu caráter renovável, aliando os dois eixos. Podemos perceber claramente, que há uma desconsidera o de várias produ es científicas que comprovam o alto grau de emissão de gases do efeito estufa como o metano, com a forma o dos reservatórios, como já foi mencionado anteriormente. Existe uma espécie de 'consenso' tanto no discurso governamental, quanto nas publica es oficiais (veremos a seguir) quanto ao conceito de renovável e 'limpo' na produ o desse tipo de energia, ignorando qualquer informa o que v  contra a essa retórica.

Vale salientar que dentro do campo científico (BOURDIEU, 1989), existem agentes que são totalmente contra e outros a favor dos projetos hidrelétricos, bem como aqueles que possuem um pouco de cada um dos posicionamentos, no entanto, a busca por vozes de outros campos pelo Estado, utiliza aquelas publica es que são convergentes ao seu discurso

---

<sup>25</sup> Ibid.

positivo sobre as hidrelétricas.

Quando o entrevistado foi indagado diretamente sobre como a questão ambiental (no sentido da preservação ambiental) e a questão social são tratadas nos projetos hidroelétricos a resposta foi a de que os projetos de barragens estão sendo enquadrados em duas categorias. A primeira é “aquela onde o homem já está presente”, quando o projeto é instalado na proximidade de alguma cidade, a exemplo de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. A segunda possibilidade é quando a usina é instalada em um local onde não há a presença humana. Nesse caso, a usina seria feita através do conceito de usina plataforma<sup>26</sup>, na qual não seria montada uma infraestrutura (vila operária) para os trabalhadores da obra, que se deslocariam para a cidade todos os dias através de helicópteros, semelhante as plataforma de petróleo. Ao final do projeto, o local da obra seria totalmente reflorestado, sendo uma “*promotora de preservação ambiental*”, segundo palavras do entrevistado. O projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós está enquadrado nessa segunda categoria.

Segundo o secretário as críticas à essa associação de preservação ambiental com hidrelétricas, deve-se à falta de entendimento dos projetos principalmente pela população da região como vimos no trecho da coluna do Luis Nassif<sup>27</sup>, “*as exigências de respeito ao meio ambiente vieram para ficar. Nenhuma obra pública ou privada poderá desconhecer essa realidade. Mas há muita incompreensão sobre a influência das hidrelétricas no meio ambiente, especialmente em regiões pouco desenvolvidas, como no norte do país*”.

Nesse ponto, a principal questão a ser questionada é esse 'novo' conceito de preservação ambiental, pois segundo o relato do entrevistado e análise dos documentos oficiais, apenas o local da construção da obra seria reflorestado, mas todos os outros impactos que são consequências da execução de uma hidrelétrica iriam permanecer, como a emissão dos gases metano e outros (FEARNSIDE, 2009), o alagamento de grande parte da fauna e da flora da região, e o encerramento do fluxo natural do rio, que causa a morte de peixes (por falta de oxigênio) ou a impossibilidade de reprodução das espécies.

Outro ponto fundamental é o argumento de que essa segunda categoria está situada em locais onde não há ou há pouca presença humana e sem perspectiva de desenvolvimento de novas cidades. Sendo assim, tanto as cidades de Itaituba, Trairão e Jacareacanga, bem como as vilas e comunidades que elas englobam, como Pimental, São Luiz do Tapajós, Km 43,

---

<sup>26</sup> Nome dado para remeter a uma plataforma de petróleo.

<sup>27</sup> Trecho extraído da matéria “As usinas-plataforma do rio Tapajós” da coluna do Luis Nassif do jornal GGN. Disponível em: <<http://www.jornalggn.com.br/noticia/as-usinas-plataforma-do-rio-tapajos>>

Aldeia Boa Fé, Praia do Índio, Praia do Mangue, entre outras, que serão ser afetadas caso as barragens sejam construídas, são desconsideradas como locais com 'a presença humana', já que estão postuladas nessa segunda categoria. No entanto, o Grupo de Estudos Tapajós, implementou um grande projeto de comunicação para informar as populações que vivem nas referidas comunidades sobre a obra. Então, tem-se uma contradição em destinar um volume considerável de recursos em um projeto de comunicação que conta com dois escritório locais (Itaituba e Jacareacanga) mais uma equipe de dez pessoas, além de diversos materiais de divulgação produzidos por empresas paulistas, para serem distribuídos em uma área que não tem pessoas, ou que tem um número insignificante de pessoas.

#### **4.2.2 As empresas (O Grupo de Estudos Tapajós)**

A forma como as empresas se posicionam no campo da produção de energia hidrelétrica através do seu discurso, é muito semelhante ao Estado, haja vista a forte relação de parceria e fortalecimento que existe entre esses dois grupos de agentes. Isso pode ser visto tanto pelas falas em entrevistas de agentes do campo, quanto nos materiais institucionais de cada um.

Em entrevista com o coordenador de campo do projeto “Diálogo Tapajós”<sup>28</sup>, senhor Gil Rodrigues, no município de Itaituba, obtivemos algumas informações relevantes para a nossa análise. Dentre elas podemos destacar a fala sobre os objetivos do projeto, que foi elaborado por quatro empresas<sup>29</sup> de São Paulo, contratadas pelo Grupo de Estudos Tapajós, coordenado pela ELETROBRAS. O projeto está com uma equipe local em Itaituba e Jacareacanga que percorre as vilas e comunidades que deverão ser afetadas pelas usinas, realizando conversas, palestras, entregando material de divulgação, além do cadastro socioeconômico.

Conforme declaração do entrevistado, o projeto “*leva as informações e espera ouvir as comunidades, tirar dúvidas, ver o que as comunidades esperam*”. Diversos materiais impressos foram produzidos e distribuídos nas localidades, com base em informações repassadas pelo Grupo de Estudos Tapajós.

Podemos destacar que todos os materiais possuem uma conotação positiva a cerca dos projetos hidrelétricos. Mesmo na área destinada às informações sobre os impactos negativos,

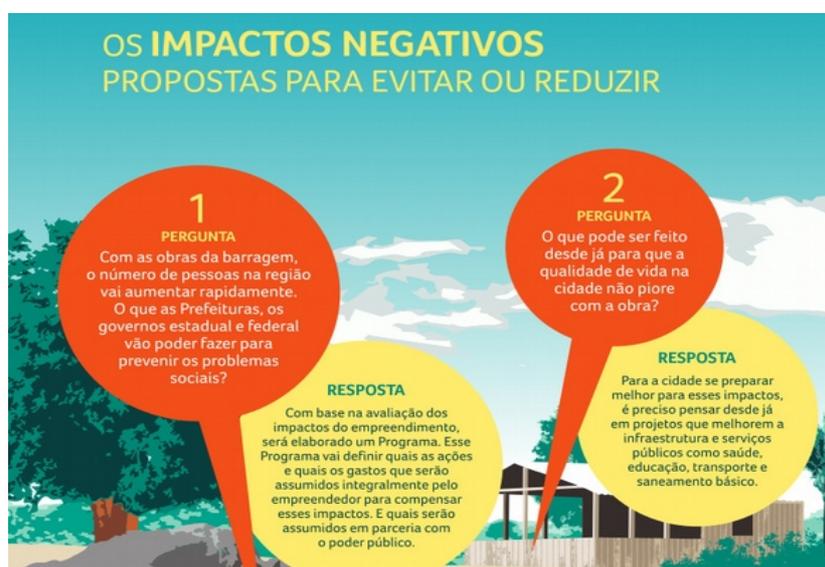
---

<sup>28</sup>Entrevista concedida pelo RODRIGUES, Gil. Entrevista II. [abr. 2014]. Entrevistadora: Larissa Carreira da Cunha.

<sup>29</sup> Abaporu Comunicações, Comjunto, Encontro Comunicação e Sustentabilidade e Guarda-Sol Produções.

as respostas são sempre genéricas e pouco contundentes, como podemos ver na figura abaixo extraída da 'Cartilha de perguntas e respostas', elaborada após visita à comunidade de São Luiz do Tapajós, com as dúvidas frequentes que os técnicos do 'Diálogo do Tapajós' ouviram dos moradores e suas respectivas respostas. A palavra “Programa” e “Projetos” no primeiro e segundo balão, respectivamente não exprimem nenhuma resposta mais explicativa e não indica quem, quando, onde e como os possíveis programas e/ou projetos serão desenvolvidos e para quem.

**Figura 13** - Cartilha 2 – São Luiz do Tapajós – A Barragem e os Impactos.



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2014).

Outra questão que nos chamou a atenção, foi quantidade pequena de possibilidades de comunicação das comunidades com a equipe do projeto, sendo disponibilizado apenas números de telefones celulares, endereço eletrônico e a sede local nos dois municípios já citados. Segundo o coordenador local do projeto, a forma que é mais utilizada são os telefones, haja vista que a maioria das comunidades nem possui energia elétrica, muito menos internet, além de que as distâncias para o deslocamento até algum escritório são grandes.

Não existe um espaço ou meio de comunicação que as comunidades possam produzir algum tipo de conteúdo sobre suas opiniões e posicionamentos sobre os projetos. O único momento em que a população tem a possibilidade de falar é durante os encontros e visitas da equipe do projeto junto às comunidades. No entanto, não há nenhuma reverberação para o governo quaisquer reivindicações ou reclamações dos moradores das vilas, já que a função da

equipe do projeto de comunicação é repassar as informações sobre as usinas, em um sentido de transmissão de informações. Nota-se que o diálogo feito com as comunidades é no sentido estrito de sanar dúvidas sobre os projetos hidrelétricos e seus impactos nas comunidades.

Conforme informado em entrevista, quando algum integrante da equipe do “Diálogo Tapajós” recebe alguma reclamação ou questionamento, o seu posicionamento é de informar que ainda haverão locais em que eles (a comunidade) poderão se manifestar contra ou a favor dos projetos e poderão opinar sobre descontentamentos e/ou negociações, que serão possíveis durante as audiências públicas, após a fase de estudos e próximo ao leilão das usinas.

Fica evidenciado assim a desequilibrada relação de força entre as empresas e as comunidades, já que as primeiras possuem um capital comunicacional (MARTINO, 2005) muito mais elevado do que as segundas, revelando um conflito de poder muito mais favorável aos objetivos do GET.

É importante destacar ainda que o discurso das empresas dentro do campo da produção de energia no Tapajós é pautado pelas publicações desenvolvidas no âmbito do projeto 'Diálogo Tapajós', colocando-as de forma positiva pela inovação de realizar um projeto de comunicação durante a fase dos estudos ambientais e viabilidade econômica, com o objetivo maior de beneficiar as comunidades locais, que estarão mais bem 'informadas' sobre as usinas. No entanto, em outras publicações de âmbito institucional das empresas, notamos como os estudos de viabilidade são considerados como um estratégia econômica e de mercado, como vemos no box a seguir retirado do site da Copel, empresa integrante do GET.

**Figura 14** - Box Copel: “Estudos de viabilidade são um bom negócio”<sup>30</sup>

#### ESTUDOS DE VIABILIDADE SÃO UM BOM NEGÓCIO

Outra frente de atuação da Copel visando à ampliação de seu parque gerador é a elaboração de estudos de viabilidade de aproveitamentos hidrelétricos. Para realizar esse tipo de estudo, a Copel precisa estar com registro ativo junto à Aneel. Os custos para realização do trabalho são reembolsados posteriormente e a Companhia ainda tem acesso a muitas informações que a colocam em posição favorável num eventual leilão das usinas estudadas.

**Fonte:** COPEL (2014)

<sup>30</sup> Figura retirada do site da Copel. Disponível em <[http://www.copel.com/ci/\\_edicoes/300/grupos-de-trabalham-planejam-expansao-parque-gerador.jsp](http://www.copel.com/ci/_edicoes/300/grupos-de-trabalham-planejam-expansao-parque-gerador.jsp)>.

Evidencia-se o acúmulo de capital simbólico (BOURDIEU, 2004) pelas empresas dentro do campo em disputa, com o acesso à informações privilegiadas sobre o processo de planejamento das usinas, bem como a vantagem econômica.

Outro ponto importante que merece destaque é o sigilo das informações sobre os gastos com o projeto 'Diálogo Tapajós'. Através do sistema de pedidos de acesso à informação, com base na Lei 12.527, que regulamenta o acesso às informações públicas, solicitamos o valor gasto pelas empresas com o projeto de comunicação para a ELETROBRAS, mas o pedido foi negado com a alegação de que as informações são de caráter estratégico para os negócios da empresa, portanto, este tipo de sigilo é amparado por lei<sup>31</sup>.

#### **4.2.3 Os movimento sociais**

Na pesquisa de campo identificamos alguns movimentos que compõem o campo em disputa. São eles: Movimento dos atingidos por barragens (MAB), Movimento Tapajós Vivo (MTV), Aliança Tapajós, ONG Terra de direitos, Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), Federação de órgãos para assistência social e educacional (FASE), Sindicato dos trabalhadores rurais de Alenquer, Justiça de paz de Alenquer, Movimento dos trabalhadores de luta por moradia (MTLM), Associação dos moradores do bairro do Maracanã, Missão central, Congregação verbo divino, Frente em defesa da Amazônia, Aliança Franciscariana, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e prelazia de Itaituba, Franciscanos São Benedito da Amazônia, Greenpeace, Pastorais sociais da Diocese de Santarém, entre outros. Realizamos entrevista com um dos membros do Movimento tapajós Vivo, senhor Edilberto Sena, que também nos forneceu materiais impressos de comunicação (cartilha) e nos informou sobre o blog na internet.

Após análise das entrevistas e do material de comunicação fornecido pelos membros dos movimentos sociais, podemos constatar algumas posições desse grupo de agentes. A primeira é que a grande maioria dos integrantes do grupo têm uma posição firme em defesa da preservação do Rio Tapajós e Jamanxim, ou seja, são totalmente contra a construção das barragens, então a luta e discussão que eles fazem é para a preservação completa do Rio e da organização de vida nas comunidades da região, cujas práticas são de grande envolvimento

---

<sup>31</sup> Ver pedido no anexo B.

com a natureza, o rio e os integrantes da comunidade, portanto, questiona-se bastante a implantação do projeto “Diálogos Tapajós”.

Os movimentos sociais acreditam que as empresas estejam omitindo certas informações importantes para as populações ribeirinhas sobre as usinas relativas aos seus impactos negativos, dentre outras questões como a crítica ao cadastro socioeconômico feito junto às comunidades, provocando a desarticulação de movimentos locais por gerar insegurança quanto a não realização do cadastro no projeto. Segundo relatado, as pessoas ficaram receosas de não realizarem o cadastro socioeconômico, solicitado pela equipe do Grupo de Estudos, e acabarem ficando de fora de possíveis compensações caso as usinas sejam construídas. Notamos assim uma forte tensão e disputa dentro do campo entre as empresas, representadas pelo Grupo de Estudos e também pela equipe do projeto de comunicação e os movimentos sociais contra a construção das barragens.

**Figura 15** - Cartilha do Movimento Tapajós Vivo.



**Fonte:** MTV (2011).

A imagem da figura 8 foi retirada da capa de uma das cartilhas elaboradas pelo Movimento Aliança Tapajós Vivo, distribuídas para a população nas cidades de Itaituba e Santarém com cerca de seis mil exemplares. Essa ação demonstra uma tática (CERTEAU, 1990) das ONG's e movimentos sociais que se unem em um movimento maior para acumular mais capital comunicacional, com produções coletivas, ao invés de produtos de comunicação individualizados por entidade, com o intuito de conquistarem melhores posições no campo em disputa (BOURDIEU, 1989) e tentarem reduzir o grande desequilíbrio de capitais simbólicos em relação às empresas e ao Estado. Essa união também se concretiza com os povos indígenas da região que compartilham os mesmos conflitos, a exemplo do povo Munduruku.

A produção dos conteúdos é distribuída por vários membros dos diversos movimentos,

demonstrando unidade e aliança, e o financiamento é realizado por várias outras entidades e figuras políticas. A comunicação é utilizada aqui de forma estratégica (MASSONI, 200) e transformadora, no sentido de buscar sensibilizar e engajar a população da região para a luta em defesa do rio Tapajós e contra as hidrelétricas.

É utilizado um contra-discurso ao conceito de desenvolvimento e progresso, como destacado em um título de outra cartilha<sup>32</sup> “*o economicismo em confronto com o equilíbrio do ecossistema da Amazônia*”, dissociando a preservação ambiental com a criação de hidrelétricas.

O posicionamento da maioria dos movimentos sociais da região do Tapajós não se refere à discussão sobre compensações e benfeitorias que as empresas e o governo possam negociar sobre a construção das usinas, e sim, como negação total à construção dos projetos, como vemos na passagem de apresentação de uma das cartilhas:

Defender o rio Tapajós, mantê-lo vivo e fluindo, é para os povos do baixo amazonas uma questão de vida e dignidade. É preciso tomar consciência de que construir cinco hidrelétricas, como pretende o governo federal, é destruir não só os rios Tapajós e Jamaxim, mas também destruir a vida da natureza e dos povos da região. [...] Energia limpa pode ser lá nas empresas receptoras, mas nas bacias do Tapajós ficará sujeira e poluição. Por isso a carta dos índios Munduruku é o sentimento de todas e todos que vivem nessa região e lutam pela vida. (Cartilha em defesa da Bacia do Rio Tapajós, 2010)

Neste trecho o conceito de energia limpa é criticado como falacioso, segundo o significado atribuído pelas empresas. Aqui a associação é feita com 'sujeira e poluição'. Assim, os movimentos sociais utilizam tática da contra argumentação dos conceitos propostos e disseminados pelos agentes dominantes, em um *habitus* de “*resistência aos crimes hidrelétricos*”. Dessa forma, assim como há um posicionamento bem delimitado pelas empresas e o governo, da mesma forma há uma posição bastante delineado pela grande maioria dos movimentos sociais da região.

#### **4.2.4 Os indígenas**

Os indígenas da região do Tapajós possuem relações de convergência ou divergência com diversos agentes do campo de produção de energia hidrelétrica. Esse grupo de agentes construiu uma forte relação de parceria com as ONG's, movimentos sociais e demais etnias indígenas possibilitando o fortalecimento do grupo, através da formação de alianças e

---

<sup>32</sup> Cartilha em defesa da Bacia do Rio Tapajós, publicada em 2010 em Itaituba e Santarém.

ações conjuntas. O contato com entidades internacionais como Greenpeace, viabiliza a reverberação da causa indígena na luta contra às barragens, em várias mídias internacionais. Essa relação pode ser explicitada recentemente pela organização conjunta da “Caravana em Defesa do rio Tapajós” pelos indígenas e diversos movimentos sociais da região do Tapajós, principalmente das cidades de Santarém e Itaituba.

Figura 16 - Folder frente e costa “Caravana em defesa do rio Tapajós”.



Fonte: MTV (2014).

O encontro foi realizado em novembro de 2014 na comunidade de São Luiz do Tapajós, que será atingida com a construção das barragem de mesmo nome da localidade. O intuito foi de ratificar a posição dos integrantes das comunidades indígenas e movimentos sociais (incluindo a igreja católica), em um diálogo com as comunidades locais.

Com essa tática de união e aliança, os indígenas buscam se fortalecer dentro do campo de disputa pela decisão sobre os grandes projetos de energia, e aumentar o seu capital comunicacional para melhor se posicionarem e se fazerem ouvir pela sociedade, com relação às suas reivindicações no conflito. O principal desses questionamentos pelas comunidades indígenas, é a realização da consulta prévia, livre e informada (CPLI), que garante o direito de

consulta à esses povos no caso de serem afetados por uma medida administrativa ou legislativa, permitindo a participação desses agentes no processo decisório.

No entanto, as etnias indígenas, assim como suas entidades representativas como conselhos e associações, estão em uma posição de grande desvantagem nesse campo, pelo baixo capital comunicacional, financeiro e político que os colocam em desigual condições de disputa com as empresas e governo pela disseminação das informações sobre os projetos hidrelétricos com a sociedade local, regional e nacional. A forma como são feitas a comunicação entre os indígenas sobre os assuntos pertinentes às aldeias é feita predominantemente através de debates presenciais, pois não há a prática de produção de materiais impressos, audiovisuais e digitais, a não ser em parceria com outros grupos de agentes como já foi mencionado, como relata o entrevistado integrante de uma entidade indígena da região do Tapajós.

“Quanto aos materiais que a gente produz, eles de certa forma não é muito relacionado com o modo, costume ocidental de fazer, panfletos, algumas coisas assim, a gente vai justamente formando e informando as lideranças sobre isso, por onde a gente passa a gente vai conversando, dialogando e explicando o que são esses projetos e justamente aquilo que as empresas e o diálogo Tapajós e tantas outras e o governo principalmente não explica, a gente justamente mostra o outro lado que eles tentam de certa forma deixar escondido. A forma de material que a gente pode produzir ele não é de certa forma, a grosso modo, concreto, no sentido de ser palpável, mas é justamente essa forma de conhecimento com o diálogo através de rádio, através das visitas às comunidades, e através de reuniões e assembleias que a gente faz para discutir essas coisas” (Entrevista com entrevistado SLT2<sup>33</sup>).

Assim, torna-se difícil a inserção na esfera pública (HABERMAS, 1997) das pautas e as reivindicações indígenas sobre os grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, pois a comunicação é feita muito mais de forma pessoal e individualizada do que midiática. Essa prática e costume de realizar uma comunicação mais oral sem meios materiais de comunicação se dá pela próprio *habitus* (BOURDIEU, 1989) das próprias comunidades indígenas, que historicamente se comunicam dessa maneira.

#### **4.2.5 As comunidades locais**

Diferente dos demais grupos de agentes de indígenas, movimentos sociais, empresas e Estado, neste grupo existe muito mais heterogeneidade e discordância entre si sobre as

<sup>33</sup> Entrevista concedida por integrante de entidade indígena realizada durante a “Caravana São Luiz do Tapajós”, em novembro de 2014.

opiniões a cerca dos projetos hidrelétricos no Tapajós. Para alguns, os projetos podem trazer mais benefícios do que malefícios, para outros é o contrário. Alguns se posicionam de forma indiferente e até mesmo aqueles que possuam alguma opinião, não estão muito seguros sobre os motivos que os levaram a se posicionar de determinada maneira.

Uma liderança da comunidade de São Luiz do Tapajós relatou que há falta de diálogo tanto por parte das empresas/governo quanto pelos movimentos sociais. Segundo o entrevistado, não há a disseminação de informações que sejam de fato esclarecedoras para a população, e sim uma disputa pelo apoio dos moradores para o ponto de vista de positivo (empresas) ou negativo (movimentos sociais) sobre os projetos, não proporcionando um debate efetivo e esclarecedor com a população sobre o que vai realmente acontecer com aquela região. Disso resulta que muitas pessoas não tomam posição clara sobre o apoio ou rejeição dos projeto, mesmo participando das ações empresariais como palestras, e manifestações de resistência aos projetos.

Após outras entrevistas com moradores da localidade, percebemos que mesmo com a falta de informação sobre os projetos, há uma grande curiosidade para saber o que vai acontecer, caso as usinas sejam construída. Existe uma grande expectativa de melhoria de vida, mas por conta de uma ansiedade sobre algo grandioso e desconhecido, e não por conta de informações sobre fatos concretos, pois todos os entrevistados relataram que possuem pouca ou nenhuma informação sobre os projetos, mesmo aqueles que já participaram de ações do projeto 'Diálogo Tapajós'.

Quanto às questões ligadas ao meio ambiente, nota-se uma certa sensibilidade sobre os impactos ambientais que são causados por obras hidrelétricas, mas no mesmo modo, existe ainda muita desinformação sobre os impactos que serão realmente causados. Porém esse argumento dos impactos no meio ambiente não influencia mais do que a perspectiva de melhoria de vida das comunidade, fazendo com que grande parte das pessoas apoiem os projetos por conta de uma expectativa de melhora.

Os impactos negativos mais ressaltados pela população são relativos ao aumento da criminalidade na região, consequências das barragens que aumentariam o número de habitantes da região, resultando no término da tranquilidade que existente hoje, no sentido de não haver violência nas vilas.

Percebemos então que o conceito mais sensibilizador das comunidades locais é a qualidade de vida, e mais precisamente, a perspectiva de qualidade de vida. Com a

visibilidade que as vilas ganharam por conta da localização dos projetos, os moradores criaram uma tática (CERTEAU, 1990) para conseguirem chamar a atenção das autoridades políticas da região, sobre os problemas locais, sugerindo possíveis melhoras. Isso foi concretizado através de uma reunião entre os moradores de São Luiz do Tapajós na própria localidade, que resultou em uma carta de reivindicações entregue ao ministério público de Santarém.

Moradores da comunidade de Pimental, outra comunidade que será totalmente alagada caso as usinas sejam implantadas, possuem um posicionamento mais contrário à construção das barragens por conta da degradação ambiental do rio e da natureza, que retiraria o sustento das famílias que se alimentam de peixe e possuem um modo de vida imbricado com a natureza, então possuem muito mais sensibilidade à questão ambiental o que os coloca em uma posição de enfrentamento aos agentes dominantes.

Percebemos que há então, muita heterogeneidade entre os moradores das diversas comunidades que serão afetadas, quanto aos diversos conceitos. Não é possível identificar um único posicionamento, mas sim diversos.

#### **4.2.6 A Imprensa (Corporativa e Alternativa)**

Semelhante ao modo como o grupo de agentes representado pelas comunidades locais se caracterizam pela heterogeneidade de posicionamentos, a imprensa corporativa e alternativa possuem diversas formas de produção de sentidos sobre as hidrelétricas no Tapajós que realizam relações de forte parcerias ou tensão e conflitos com outros agentes do campo, exercendo um papel estratégico na legitimação dos conceitos propostos na esfera pública sobre as usinas.

A função desse grupo de agentes é visibilizar e legitimar ou tornar ausente a posição dos outros grupos. Neste caso, o capital comunicacional está relacionado também com a credibilidade do veículo de comunicação e com o seu alcance na esfera pública midiática.

Podemos perceber a tensão e disparidade de significados de um mesmo conceito relacionado aos projetos, em veículos de imprensa distintos. Enquanto as empresas buscam ratificar o conceito de dialógico e inclusivo sobre o projeto de comunicação 'Diálogo Tapajós', outras mídias que são alternativas como blogs, produzem um contra-discurso para

deslegitimar a ação empresarial na região, como vemos em alguns trechos da matéria “*Diálogo Tapajós: tentativa de lavagem cerebral das comunidades, por Telma Monteiro*”<sup>34</sup>.

A reunião foi para fazer uma lavagem cerebral nas pessoas da comunidade”. Com essa frase começou minha conversa por telefone com um integrante da comunidade Montanha e Mangabal que se localiza na beira do rio Tapajós. Na segunda-feira, 05/11, cerca de 20 pessoas foram chamadas de última hora para uma reunião com um representante da empresa Diálogo Tapajós, contratada pela Eletronorte. [...] As pessoas presentes tiveram a grata surpresa de saber que suas vidas vão desaparecer para sempre, submersas nas águas de um reservatório para gerar energia elétrica que só interessa às grandes empresas. Também foram informadas que não deveriam se preocupar, pois tudo seria pensado para o bem delas. [...] As famílias teriam três opções: remoção, indenização ou carta de crédito. Distribuiu um panfletinho com o seguinte texto ” Se você vive ou trabalha na área onde poderá ser construída a usina, é seu direito ser cadastrado”. As pessoas também ficaram cientes que nos dias 16 e 17 de novembro poderão exercer seu “direito” de ser cadastradas. [...] Assim como nas demais tentativas de “diálogo” em outros projetos de hidrelétricas como as do Madeira, Belo Monte, Teles Pires, esse interlocutor das empresas ponderou que tudo vai depender das licenças do Ibama. Que o projeto prevê que a madeira toda será retirada e que o modelo de usinas tipo “plataforma” vai impedir os impactos ambientais. Os pesquisadores da CNEC devem continuar o trabalho para elaboração do EIA/RIMA (MONTEIRO, 2012).

Esse conteúdo publicado em uma mídia alternativa evidencia o mesmo fato que foi publicado em outros meios de comunicação institucionais das empresas e também em outras mídias televisivas e digitais, mas com um outro enfoque, retratado com recursos de metáfora e ironia (com a utilização das aspas), buscando negatizar a ação realizada pelo representante das empresas.

Já a mídia corporativa, que é administrada por grupos econômicos, tende mais a ratificar os conceitos e proposições propostos pelas empresas e pelo Estado, criando estratégias que corroboram para o discursos desses, mas também costumam dar destaque aos acontecimentos conflituosos do processo, principalmente envolvendo indígenas, a exemplo da matéria da revista época, “*O conflito do governo com indígenas na construção de 40 hidrelétricas na Amazônia*”<sup>35</sup>.

Essa posição é percebida pela quantidade de matérias publicada nos meios de comunicação do 'Diálogo Tapajós', que são replicadas de outras mídias corporativas. Porém vale ressaltar que ambas (corporativa e alternativa) constituem espaços heterogêneos e

<sup>34</sup> Matéria publicada no Blog da Telma Monteiro em novembro de 2012. Disponível em <<http://telmadmonteiro.blogspot.com.br/2012/11/dialogo-tapajos-tentativa-de-lavagem.html>>

<sup>35</sup> Publicada em meio digital em abril de 2014. Disponível em <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/04/o-conflito-do-governo-com-indigenas-na-construcao-de-b40-hidreletricas-na-amazoniab.html>>

diversificado de produção de conteúdos, mesmo que haja uma tendência do modo de fazer de cada tipo.

Desse modo, a imprensa ocupa papel central no campo do planejamento das hidrelétricas, construindo laços de parceria, fortalecimento e enfraquecimento do grupo, e até mesmo relações contratuais com os diversos agentes, dinamizando a disputa pela produção de sentidos sobre as usinas.

#### 4.3 AS RELAÇÕES E DINÂMICAS DOS AGENTES EM DISPUTA NO CAMPO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA NO TAPAJÓS

As relações entre os agentes do campo da produção de energia hidrelétrica no Tapajós, são complexas e de forte conflito. Na maioria dos grupos de agentes não há unicidade sobre o posicionamento referente a determinadas pautas e questões pertinentes ao campo, o que gera mais tensão e conflito. A análise dessas relações pelo viés da comunicação evidencia algumas estratégias e táticas (CERTEAU, 1990) traçadas para o exercício do poder (FOCAULT, 2007), bem como para a luta e combate aos grupos hegemônicos ou de maior força.

A inserção da discussão ambiental aliada à geração de energia hidrelétrica, em uma nova abordagem conceitual, é uma das questões que mais geram conflito na esfera pública (HABERMAS 1984), e acirra a luta no campo, proporcionando principalmente posições de convergência e divergência. A produção de sentido sobre preservação ambiental por diferentes grupos de agentes é evidenciada na imprensa geral, corporativa e alternativa, com abordagens também diversas, mas de forma permanente.

Existe uma grande cumplicidade entre as empresas e o Estado que se converge por relações de parceria, fortalecimento do grupo e contratuais, sendo que a imprensa, principalmente aquela institucional e corporativa, contribui para consolidar o posicionamento desses agentes dentro do campo de forças (BOURDIEU, 1989). Apesar disso, percebemos algumas especificidades quanto ao *habitus* (Ibid, 1989) de cada grupo de agentes, pois vemos o Estado incorporar a prática de proposição das resoluções das demandas necessárias ao desenvolvimento do país, enquanto que as empresas se dispõem ao crescimento econômico.

Quem mais sofre os efeitos do campo são os indígenas, com o menor acúmulo de capital comunicacional, que necessitam do apoio e parcerias firmadas com outros agentes para a produção de pautas na esfera pública. Dentre esses, temos principalmente as ONG's e os

movimentos sociais “anti-barragens” que estabelecem relações de parcerias e fortalecimento do grupo de forma recíproca. As diferenças de crenças e religião existentes entre alguns agentes, foram suprimidas em uma aliança em defesa do meio ambiente, a exemplo dos indígenas com a igreja católica. O *habitus* desses agentes representa a luta pela manutenção da biodiversidade, percebido pelas entrevistas, e declarações dos integrantes das aldeias.

Outro contexto que contribui para um certo fortalecimento desse grupo na disputa dentro do campo é a consolidação da pauta da discussão ambiental na esfera pública, que resultou em uma maior sensibilização da opinião pública (HABERMAS, 1984), nos últimos anos. Como visto na divulgação em várias mídias corporativas sobre o adiamento do leilão da usina São Luiz do Tapajós, previsto para dezembro de 2014 e adiado por conta prejuízos irreversíveis em terras indígenas, detectado pelos estudos ambientais, destacado no trecho da matéria do site de notícias do grupo globo:

O Ministério de Minas e Energia adiou o leilão da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, a ser construída no rio Tapajós, no Pará, e que estava marcado para 15 de dezembro. A decisão foi publicada na edição desta quarta-feira (17) do "Diário Oficial da União. De acordo com o ministério, o adiamento se deve à “necessidade de adequações aos estudos associados ao tema do componente indígena.” A construção da usina vai afetar terras indígenas, assim como ocorre com a hidrelétrica de Belo Monte, também no Pará (Portal G1, 2014)<sup>36</sup>.

Mesmo com benefícios aos agentes indígenas, a inserção da questão ambiental na arena política e empresarial, representa uma estratégia (CERTEAU, 1990) para o domínio e exercício do poder dentro do campo.

Existem ainda relações de parceria e fortalecimento dos grupos entre indígenas e comunidade locais, também com reciprocidade, bem como deste com os movimentos sociais. No entanto, a presença perversa do Estado em diversas localidades mais afastadas dos municípios polo, juntamente com o forte contato das empresas com esses moradores, propicia o enfraquecimento desse grupo de agentes representados pelas pessoas que vivem nesses locais, principalmente por conta da ação empresarial com o projeto 'Diálogo Tapajós'. Essa relação desigual pode ser vista também pelo baixo capital comunicacional que as comunidades possuem em relação ao grupo das empresas.

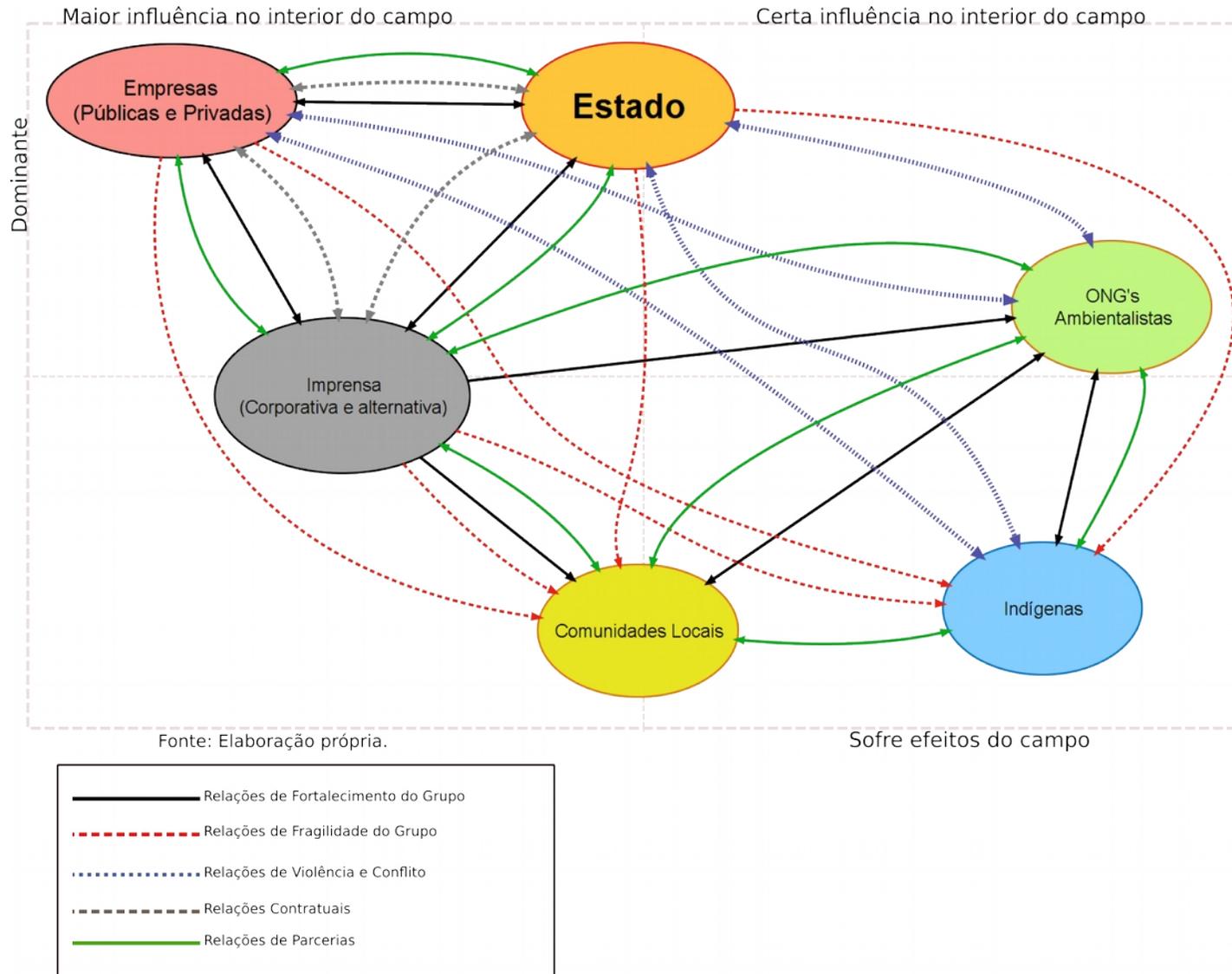
---

<sup>36</sup> Trecho da matéria intitulada “Governo adia leilão de hidrelétrica no rio Tapajós previsto para dezembro”, publicada em setembro de 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/09/governo-adia-leilao-de-hidreletrica-no-rio-tapajos-previsto-para-dezembro.html>>

A opiniões e posicionamento dos moradores dessas vilas são heterogêneos e por vezes divergentes entre si, mas o *habitus* da busca de melhoria de vida é algo convergente entre a maioria das pessoas.

Assim, a figura 9 buscou representar graficamente a dinâmica das relações existentes entre os agentes do campo para visualizarmos como se configuram as relações de força entre os membros.

**Figura 17** - Esquema do Campo Dinâmico da Produção de Energia Hidrelétrica no Tapajós -Principais agentes).



Fonte: Elaboração própria (2014).

## 5. ANÁLISE DO PROCESSO COMUNICACIONAL DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DAS HIDRELÉTRICAS NO TAPAJÓS

O Grupo de Estudos Tapajós através do projeto 'Diálogo Tapajós' produziu diversos materiais de comunicação que são distribuídos nas comunidades que serão afetadas, caso as hidrelétricas sejam construídas. Foram realizadas palestras, com apresentação de vídeos e informações sobre os conceitos e funcionamento dos projetos, e distribuídas cartilhas impressas. O público pode fazer perguntas e tirar dúvidas sobre o projetos sob a lógica empresarial, mas não há possibilidade de reivindicações ou tomada de posição, pois é informado que isso deve ser feito em momento posterior, durante as audiências públicas.

Também são realizadas palestras em escolas e universidades públicas das cidades polo da região, para o público de estudantes e professores. Foram feitas reuniões com representantes do poder local como prefeitos, secretários e vereadores. Em contraposição, os movimentos sociais reunidos com os indígenas também produzem materiais de comunicação em menor escala e realizam ações de mobilização em defesa do rio, contra as usinas.

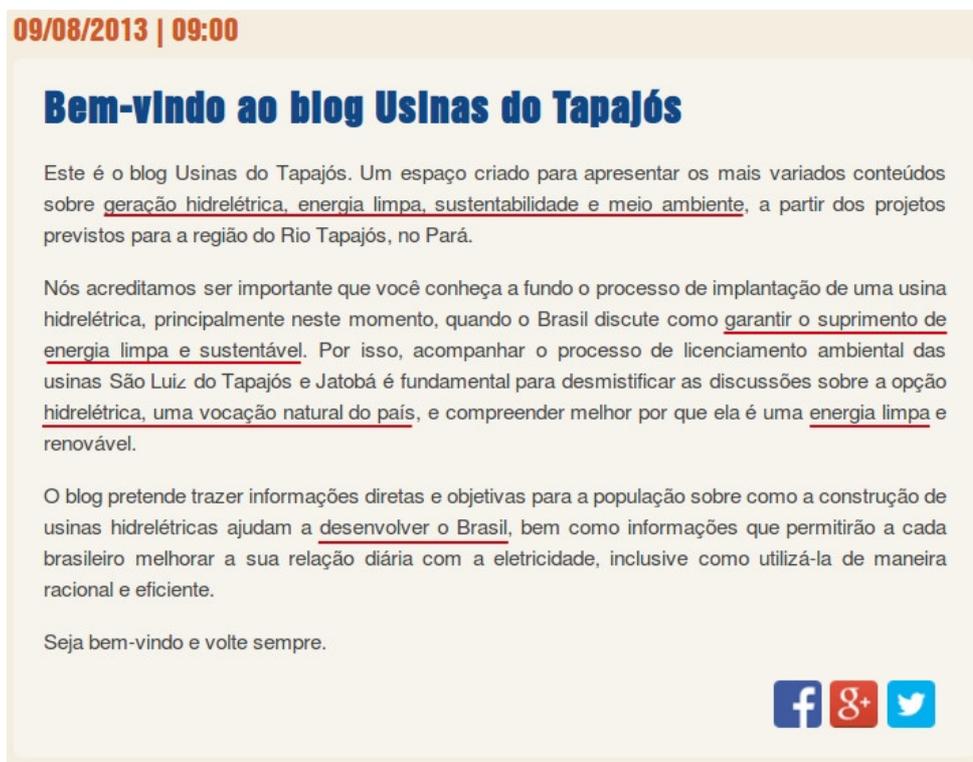
Para a presente pesquisa, foram reunidos uma gama de materiais de comunicação que permitiram a análise das hipóteses, que chamamos de *corpus* expandido (já explicitados no capítulo introdutório), no entanto, reunimos um *corpus* central que representa volume total, em termos de simbólicos de interpretação. O material selecionado e analisado na sessão seguinte, foi selecionado seguindo critérios de melhor representatividade do seu grupo de materiais que se enquadram em vídeos, matérias jornalísticas, artigos, áudios, cartilhas, cartazes e folders, bem como as entrevistas com os diversos agentes envolvidos com o campo de conflito do planejamento de hidrelétricas para o rio Tapajós.

### 5.1 A DISPUTA PELO SENTIDO: SITE DO GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS, BLOG “USINAS DO TAPAJÓS” E A COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A análise da gama de materiais de comunicação utilizados pelos projeto 'Diálogo Tapajós' em seus diferentes formatos, possibilitou visualizarmos algumas afirmações que buscam justificar conceitos que compõem a linha argumentativa dos conteúdos, tais como: *desenvolvimento do país, sustentabilidade, meio ambiente, energia limpa, geração hidrelétrica, energia sustentável, segurança energética, vocação do país*. Na matéria de boas vindas do Blog 'Usinas do Tapajós', podemos evidenciar essa estrutura que permeia os demais

conteúdos multimídia divulgados, destacando algumas categorias norteadoras das publicações, conforme podemos observar na figura abaixo.

**Figura 18** - Matéria 'Bem vindo ao Blog Usinas do Tapajós'.<sup>37</sup>



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

A seguir, iremos destacar alguns materiais produzidos pelo GET por distintos formatos (texto, áudio, vídeo, cartilha) que nos mostram as categorias destacadas na figura, além de outras que possibilitam vislumbrar a intencionalidade dos sentidos produzidos. Vale ressaltar, que a tentativa de divisão didática das categorias tem o objetivo apenas de organizar a leitura do material por conceitos que estão mais intrínsecos em cada produção, mas a maioria dos conteúdos possuem dois ou mais conceitos categorizados.

### 5.1.1 Desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável

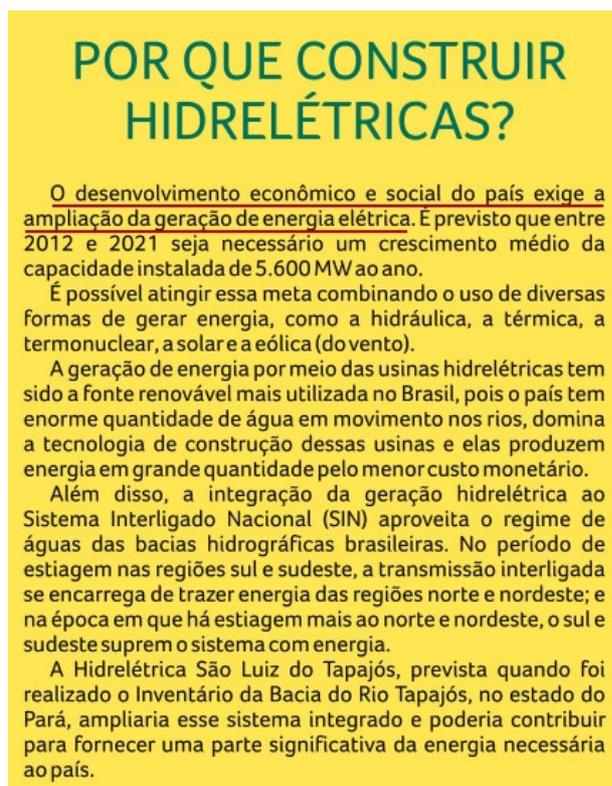
Nos diversos materiais de comunicação produzidos pelo Grupo de Estudo Tapajós, conseguimos visualizar a construção de um argumento sobre necessidade de construção de

---

<sup>37</sup>Grifo da autora.

hidrelétricas na Amazônia, e especificamente na região do Tapajós, que se baseia no objetivo de promover o desenvolvimento econômico de todo o país, garantindo assim a oferta de energia capaz de atender a demanda necessitada, industrial e residencial. Para tanto, o GET lançou mão de estratégias discursivas que positivam a construção das usinas, destacando dados que apoiam o argumento central.

**Figura 19** - Box “Por que construir hidrelétricas?”.<sup>38</sup>



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2014).

A figura mostra o um box retirado do folder “Aproveitamento Hidrelétrico do Tapajós: estudos de viabilidade”, que dentre outras coisas, identifica o mapa onde deverá ser construída a usina São Luiz do Tapajós, um esquema de como funciona o reservatório, a necessidade dos estudos, as etapas de implementação e o cadastro socioeconômico. No box sobre “Por que construir hidrelétricas?”, podemos perceber como o argumento da positividade na implementação dos projetos de barragens no Rio Tapajós é construído.

<sup>38</sup> Grifo da autora.

Analisando a construção do argumento do material, de acordo com Liakopoulos (2002), podemos destacar como proposição central a exigência da ampliação da energia elétrica para o desenvolvimento econômico e social do país. Os dados que estão relacionados com a proposição central do argumento são: a previsão da necessidade do crescimento médio da capacidade instalada até 2021; e o uso de diversas formas de gerar energia. Ambos se referem à proposição central de ampliação da oferta.

Outro dado é o destaque feito à produção de energia por meio de usinas hidrelétrica como fonte renovável mais utilizada no Brasil, colocado como uma evidência que também se relaciona à proposição central. Como garantias desse último dado, ou seja, premissas que legitimam os dados, são destacadas a enorme quantidade de águas dos rios, o domínio da tecnologia na construção de usinas e o custo benefício dos projetos. A referência à integração da geração hidrelétrica ao sistema interligado nacional (SIN) é outro dado que apoia a ampliação da energia elétrica, mas na mesma linha do último, faz referência à hidreletricidade.

A criação da usina hidrelétrica São Luiz do Tapajós como forma de contribuir para a ampliação do fornecimento da energia necessária ao país, também é estruturada como uma proposição ligada à proposição central. Podemos verificar a estrutura do argumento conforme a tabela abaixo.

**Tabela 3** – “Por que construir hidrelétricas?”: representação dos argumentos.<sup>39</sup>

<b>Dados</b>	<b>Proposições</b>
<p>É previsto a necessidade do crescimento da capacidade de geração de energia. O uso de diversas formas de energia pode contribuir para a geração de energia. Produção de energia hidrelétrica tem sido a fonte mais utilizada.</p>	<p>O desenvolvimento econômico e social exige a ampliação da geração de energia. (proposição central).</p> <p>A construção da usina de São Luiz do Tapajós poderia contribuir para fornecer parte da energia necessária ao país. (proposição)</p>
<b>Garantias</b>	
<p>O Brasil tem enorme quantidade de águas nos rios. Domínio da tecnologia de construção de usinas hidrelétricas. Produção de energia em grande quantidade</p>	

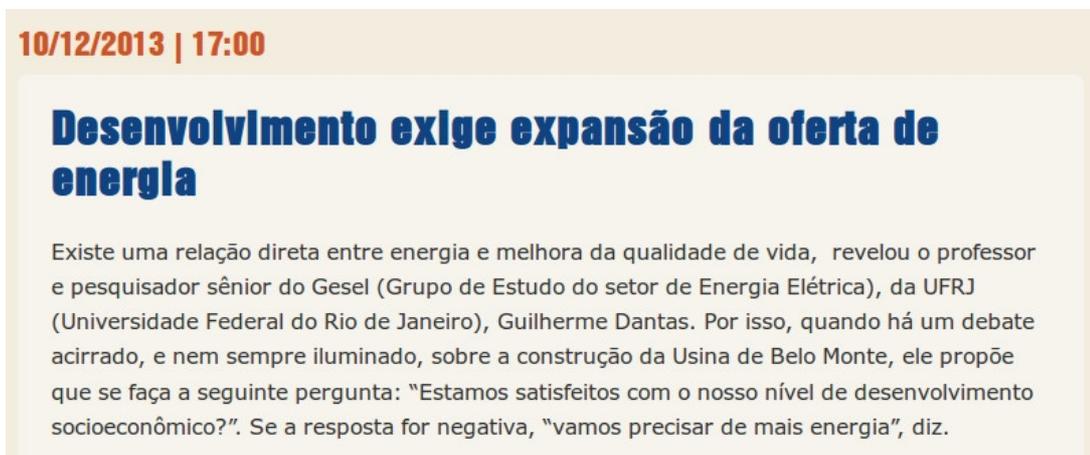
<sup>39</sup> Elaboração da autora.

pelo menor custo monetário.	
-----------------------------	--

**Fonte:** Elaboração própria (2014).

O box extraído do folder que contém informações sobre São Luiz do Tapajós, constrói o argumento com base na necessidade de geração de energia para todo o país, inserindo um projeto “local” em um contexto nacional e a base da discussão é o desenvolvimento econômico. Essa linha argumentativa está presente em outros conteúdos do Diálogo Tapajós que buscam outras características para apoiar o conceito central, como veremos a seguir.

**Figura 20** - Matéria do Blog “Desenvolvimento exige expansão da oferta de energia”.<sup>40</sup>



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

Em outra matéria publicada no blog 'Usinas do Tapajós', a linha argumentativa continua vinculando o desenvolvimento com a geração de energia, sendo o primeiro posto como consequência do segundo. A proposição central se mostra a partir do título, podendo ser entendida como a necessidade da oferta de energia para o desenvolvimento. Para apoiar o argumento é utilizada a categoria 'qualidade de vida' que é destacada em relação direta com a geração de energia. O texto se constitui de forma a positivar os projetos hidrelétricos pelo seu potencial de geração de energia, e minimizar a discussão feita a cerca dos impactos ambientais. A implicação (RODRIGUES, 2007) das questões ambientais neste caso, tem o objetivo de pontuar a discussão, mas sem dar enfoque ou importância que gere reflexão.

A discussão sobre os impactos ambientais das grandes barragens, se dá apenas pela comparação das emissões de CO<sup>2</sup> por fontes de energia (hidrelétrica, eólica, gás, óleo e

<sup>40</sup> A matéria na íntegra está publicada no apêndice C.

carvão), na qual é criada uma conotação de impacto reduzido pelos projetos de usinas, e mesmo assim essa linha de pensamento é criticada por diversas literaturas da atualidade (FEARNSIDE, 2004). Com a implicitação da discussão ambiental, o enfoque principal é voltado para o aumento do nível de desenvolvimento socioeconômico através da produção de energia hidrelétrica.

É interessante notar que o texto não se refere diretamente as usinas do Tapajós, mas na passagem: “*Se não for Belo Monte, há alternativas?*”; precedido da discussão sobre os impactos ambientais do CO<sup>2</sup>, sugere de forma implícita a importância das hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e Jatobá para o argumento central de desenvolvimento econômico do país, revelando mais uma vez a estratégia de criar os processos de inferência por implicitação (RODRIGUES, 2007).

Nos últimos parágrafos, a matéria cita a participação do entrevistado no seminário “As hidrelétricas na Amazônia e o meio ambiente”, promovido pelo jornal GGN<sup>41</sup>, destacando que a principal conclusão que os participantes do referido evento chegaram foi a deficiência na comunicação entre governo, empresas e pesquisadores com a sociedade, afirmando ainda que o caminho deve ser “*a disseminação de informações corretas e de qualidade*”. Esse destaque para a precariedade da comunicação entre os agentes no último parágrafo da matéria, é utilizado como estratégia para legitimar a ação do projeto de comunicação criado pelo Grupo de Estudos Tapajós, que busca a autorreferencialidade da sua importância em relação à sociedade e principalmente as comunidades locais que deverão ser afetadas. A estratégia então é afirmar a importância e benefícios das ações do projeto de comunicação 'Diálogo Tapajós' para a sociedade, de forma que os objetivos e benefícios do projeto para as empresas é omitido.

### **5.1.2 Energia Limpa**

Assim como o argumento da construção de hidrelétricas na Amazônia em favor do desenvolvimento econômico do país, podemos perceber também como é construída a retórica da energia limpa nos materiais veiculados pelo GET, como forma de positivar a geração de energia em usinas na região.

O vídeo publicado no site do GET cuja manchete se refere à continuidade dos estudos de impactos das hidrelétricas no Rio Tapajós, enfatiza o objetivo do governo de levar

---

<sup>41</sup> A referida matéria foi produzida pelo jornal GGN e replicada no Blog 'Usinas do Tapajós'

desenvolvimento sustentável e energia limpa com a construção da usina de São Luiz do Tapajós. O vídeo foi produzido pelo NBR Notícias<sup>42</sup> e replicado no site.

**Figura 21** - Vídeo “Estudo analisa impactos da construção de hidrelétricas no rio Tapajós”.



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

Continuando pela análise do conteúdo publicado, e contextualizando a situação retórica (LEACH, 2002), podemos perceber que a pauta principal do noticiário é o prosseguimento dos estudos na região do Tapajós, como parte do processo de licenciamento ambiental para a construção das usinas hidrelétricas. Assim, percebemos alguns temas

42

Canal de notícias no youtube do Governo Federal.

relacionados. O primeiro se refere a realização do estudos ambientais como componente do licenciamento ambiental das usinas. O segundo é a construção de hidrelétricas para o desenvolvimento sustentável e energia limpa. E o terceiro é o aumento da oferta de energia para o país. Para facilitar a visualização do discurso retórico, separamos algumas partes do vídeo na tabela abaixo, organizados por dimensão visual e verbal.

**Tabela 4** – Vídeo “Estudo analisa impactos da construção de hidrelétricas no Rio Tapajós”.

<b>Dimensão visual</b>	<b>Dimensão Verbal</b>
Imagem da apresentadora do telejornal em estúdio.	“Um trabalho cuidadoso sobre os animais e as plantas das redondezas do rio Tapajós na região Amazônica. Todo esse estudo faz parte do processo de licenciamento ambiental para a construção de novas hidrelétricas na região. Os empreendimentos querem levar desenvolvimento sustentável e também contribuir para a geração de energia limpa.” (Apresentadora)
Imagens da natureza filmadas de um barco, mostrando o rio, grandes áreas de árvores, um barraca com frutas. Pesquisadores descendo de um barco.	“As águas, a biodiversidade e o multiculturalismo da Amazônia. É para garantir a preservação de tudo isso que está sendo realizado um minucioso levantamento por pesquisadores de várias partes do país.” (Repórter)
Imagens do rio e de uma comunidade pequena com duas casas de madeira e palha. Um homem se encontra parada com um cachorro na frente de uma das casas. Vila de casas com infraestrutura simples, cercadas de árvores.	(...) “os pesquisadores observam por exemplo a dinâmica do rio e como os bichos e os povos da floresta reagem ao ciclo das águas.” (Repórter)
Imagens do rio e da floresta. Imagens do centro comercial de uma cidade, com pessoas e carros passando na rua. Imagens do rio e da floresta.	“Um dos empreendimentos a serem construídos é a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, que vai ter capacidade de gerar cerca de sete mil mega watts e atender mais de quatorze milhões de pessoas. Segundo o Ministério de Minas e Energia, a expedição faz parte da política do governo federal de dar transparência ao processo de licenciamento ambiental. Com as novas hidrelétricas o governo quer levar desenvolvimento sustentável e contribuir para a geração de

	energia limpa.” (Repórter)
Entrevistado na beira de um rio. Homem branco com expressão seria. Imagens do rio e da floresta.	“A expectativa desse trabalho é você entender o que vai acontecer na região, se o empreendimento acontecer para que se possa elaborar todos os programas de compensação ambiental, tanto no físico, quanto no biótico, quanto no socioeconômico. (Entrevistado – Coordenador de campo do projeto 'Diálogo Tapajós')

**Fonte:** Elaboração própria (2014).

O discurso do vídeo segue uma retórica deliberativa, “onde o debate se centra no melhor rumo possível de uma ação futura” (LEACH, 2002, p. 301), mesmo com a manchete se referindo aos estudos ambientais que estão acontecendo no presente, o intuito é provocar um debate sobre uma ação futura (a construção de hidrelétricas no Tapajós), buscando a legitimidade e apoio aos conceitos defendidos pelo público do conteúdo, que é a sociedade brasileira com acesso à internet e principalmente aqueles formadores de opinião.

O destaque para a importância do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores na região se enquadra em um discurso retórico epidêitico (Ibid, 2002) que se constitui na avaliação do fato que está ocorrendo no presente, por isso é explorado expressões intensificadoras como “*as águas, a biodiversidade e o multiculturalismo, é para garantir a preservação de tudo isso*”, a qual se refere aos estudos feitos por diversos pesquisadores na região. Busca-se a aprovação ou consentimento coletivo sobre a realização dos estudos, haja vista que há muito dissenso e conflito com populações indígenas e movimentos sociais, desde a fase do planejamento. O vídeo mostra um ambiente calmo e sem conflito e exacerba o trabalho dos pesquisadores como forma de garantir a preservação da região. Vale ressaltar no entanto, que os estudos fazem parte do processo de licenciamento ambiental, que é obrigatório para a construção de usinas hidrelétricas, e mesmo que esse fato seja citado no vídeo, a conotação dada quanto a motivação dos estudos é muito mais sobre a preservação ambiental do que como etapa a ser cumprida pelas empresas para conseguirem a licença prévia pelo IBAMA.

Com a produção de textos e imagens do vídeo, podemos identificar e analisar algumas partes da retórica como a invenção, disposição, estilo e memória (Ibid, 2002). No momento em que fala sobre os estudos ambientais para a construção das usinas, percebemos que há uma ênfase para a participação de pesquisadores na “Expedição Tapajós”, conforme o trecho “*está*

*sendo realizado um minucioso levantamento por pesquisadores de várias partes do país”* com o objetivo de criar um *ethos* mais confiável, ou seja, um senso de credibilidade ao trabalho que está sendo desempenhado, através do destaque de outro campo, o campo científico.

Já no destaque sobre as metas das hidrelétricas, o texto do vídeo dá ênfase em “*desenvolvimento sustentável e contribuir para a geração de energia limpa*”, com o intuito de buscar argumentos lógicos, porém vagos, para a aceitação dos projetos, ou seja, desenvolvimento deve ser um objetivo a ser perseguido pelo país e também pela Amazônia. No entanto, não há um consenso do que seja desenvolvimento sustentável e tampouco energia limpa, mas ambos são colocados de forma a dar uma conotação positiva às barragens, em um processo de inferência de pressuposição de algo que é bom para a região (RODRIGUES, 2007).

O conceito de transparência é informado relacionado ao agente 'governo' ou 'Estado', quando se publica: “*a expedição faz parte da política do governo federal de dar transparência ao processo de licenciamento*”. Essa estratégia também tem o objetivo de dar legitimar ao processo dos estudos e inseri-lo em um contexto maior de política nacional, ressaltando de forma positiva a postura do governo mediante aos projetos usinas na Amazônia.

O estilo do vídeo também é outra recurso retórico que nos permite analisar a busca pela persuasão do conteúdo. Durante as falas da apresentadora de estúdio e da repórter o estilo é mais formal, buscando transmitir seriedade, no entanto, na passagem em que o coordenador de campo do 'Diálogo do Tapajós é entrevistado, o estilo da linguagem muda para informal, com o objetivo de estabelecer uma comunicação mais pessoal, como podemos ver no trecho: “*A expectativa desse trabalho é você entender o que vai acontecer na região, se o empreendimento acontecer para que se possa elaborar todos os programas de compensação ambiental, tanto no físico, quanto no biótico, quanto no socioeconômico”*. A ênfase em destacar que haverá a compensação de “*todos*” os programas, busca mais uma vez, criar uma expectativa positiva em torno da construção das usinas, além de dar enfoque aos objetivos epidêiticos do textos relacionado aos estudos que estão sendo realizados.

Outro recurso retórico percebido através do estilo é a categorização da população local como “povos da floresta”, conforme trecho a seguir preferido pela repórter: “*os pesquisadores observam por exemplo a dinâmica do rio e como os bichos e os povos da floresta reagem ao ciclo das águas.*” O rótulo homogeniza as populações que vivem nas comunidades locais,

colocando-os em uma posição de outro, ou seja, aqueles que são de lá, de forma distante daqueles de são de “cá”, do restante do país. Essa forma de se referir e produzir a imagens das populações locais da Amazônia como “povos da floresta”, segundo Dutra (2009) é uma recuperação e criação do imaginário pela mídia. Em conformidade com a análise feita pelo pesquisador sobre programas televisivos com conteúdos de Amazônia, no nosso caso também se enquadra que:

A classificação de 'povos da floresta' refere-se a posição de grupos que ocupam espaços considerados distantes da cultura urbana, territórios radicalmente distintos em relação ao universo da cultura civilizada, por isso mesmo invisibilizados, esses 'povos' no processo de sua midiaticização (DUTRA, 2009, p. 120).

Podemos ainda destacar a disposição como o texto é veiculado, nos padrões clássicos dos textos jornalísticos de “pirâmide invertida”, nos quais as informações mais importantes são noticiadas por primeiro, por isso a analogia à pirâmide. No nosso objeto, o *lead* direto é formado pelo trecho a seguir: “ *Um trabalho cuidadoso sobre os animais e as plantas das redondezas do rio Tapajós na região Amazônica. Todo esse estudo faz parte do processo de licenciamento ambiental para a construção de novas hidrelétricas na região. Os empreendimentos querem levar desenvolvimento sustentável e também contribuir para a geração de energia limpa”*. Observamos que a informação de maior relevância é a construção de hidrelétricas no Tapajós para o desenvolvimento sustentável e a energia limpa. Vale ressaltar que essa estrutura retórica é convergente ao discurso governamental sobre os projetos de barragens para a região.

Em concomitância com o texto, as imagens veiculadas no vídeo representam a região do Tapajós, como um “vazio humano”, onde a natureza é ressaltada em detrimento das populações locais que são ausentes, sem voz e sem destaque. O objetivo é criar ou reiterar uma imagem de Amazônia com recursos naturais abundantes e intocados, que são indispensáveis para o desenvolvimento do restante do país, responsável portanto, em resolver uma demanda nacional, capaz de “*atender mais de quatorze milhões de pessoas*”.

Essa retórica da energia limpa tem a função de exaltar pontos que sejam positivos para a construção de hidrelétricas na Amazônia, sem no entanto aprofundar o conceito de 'limpa'. Essa tentativa de consolidação do referido tema, também é recorrente no blog 'Usinas do Tapajós'. A figura mostra como o conceito de energia limpa é estruturado de forma direta para se associar à hidrelétrica em um discurso retórico deliberativo, como podemos perceber ainda na passagem “*as hidrelétricas representam o desenvolvimento sustentável em sua melhor*

concepção” e também na ênfase pela “*energia limpa hoje e amanhã*”. Busca-se utilizar argumentos emocionais para a persuasão como “*capazes de beneficiar várias gerações*”, referindo-se aos empreendimentos hidrelétricos.

Ao clicar na matéria da figura, é indicado ao leitor a visualização de uma lista de 'vantagens das hidrelétricas' que se constitui de um documento elaborado pela ELETROBRAS que possui a mesma linha de discurso deliberativo de convencer sobre uma ação futura quando destaca que “*as usinas hidrelétricas são uma opção sustentável para garantir a energia de que o país precisa para crescer*”, buscando credibilidade pela assinatura da ELETROBRAS. A lista que se segue com as vantagens tem um estilo direto e objetivo, com informações resumidas mais na forma jornalística do que científica para prender a atenção do leitor com as quantidades de itens destacados.

Figura 22 - Matéria de destaque do Blog: “Energia limpa hoje e amanhã”.



Fonte: Diálogo Tapajós (2013).

Busca-se consolidar o conceito de energia limpa nas hidrelétricas através da composição de um discurso que possui uma conotação de preservação do meio ambiente, como nas passagens da listagem sobre 'as vantagens das hidrelétricas'<sup>43</sup>, que afirmam que as hidrelétricas: “*contribuem para manter mais puro o ar que respiramos – as hidrelétricas não produzem poluentes do ar nem geram subprodutos tóxicos.”; e “*ajudam a combater as**

<sup>43</sup> Ver listagem completa dos temas em apêndice B.

*mudanças climáticas – estudos recentes vêm mostrando que reservatórios de hidrelétricas podem absorver gases do efeito estufa*”. A estratégia discursiva aqui se refere a credibilidade do autor, neste caso a ELETRONORTE, que tenta legitimar o seu argumento através de outro campo, o científico, ao se referirem à produção de estudos que evidenciam o argumento pretendido.

Vale notar ainda que no canto superior direito da figura, existem três opções de idiomas para escolha do internauta, o inglês, o português e o espanhol. Se o público principal do 'Diálogo Tapajós' é composto pelas comunidades ribeirinhas que serão afetadas pela construção das usinas e instituições interessadas (da região), poderíamos dizer que faltou um senso de *phronesis* (LEACH, 2002), que significa a conveniência de um texto ou material persuasivo específico, considerando que praticamente a totalidade dos moradores das comunidades e dirigentes da região são brasileiros e falam somente o português, então a estratégia de traduzir o site e o blog para outros idiomas, evidencia a meta de legitimar o discurso positivo das construção de hidrelétricas na Amazônia para públicos de outros campos em âmbito internacional, como ONG's, governos e a mídia.

A produção de energia através de hidrelétricas na Amazônia, não é uma pauta da região Amazônica e sim nacional inserida em uma lógica internacional. O Brasil está inserido em um jogo do mercado internacional onde a energia possui um papel primordial como matéria-prima da indústria de bens de capital, sendo o mercado mundial do alumínio um requerente fundamental dessa demanda (CICCANTEL, 2005). Por isso a estratégia em publicizar o projeto de comunicação para além do local.

### **5.1.3 Produção de energia através de hidrelétricas**

A produção de energia hidrelétrica é representada por um discurso que engloba sustentabilidade, preservação ambiental, benfeitorias, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável para todos os brasileiros. A análise do vídeo “O Brasil e suas usinas hidrelétricas” permite visualizar os recursos retóricos utilizados para promover a aceitação e persuasão dos projetos de barragens no Brasil, e em específico, do Complexo Hidrelétrico do Tapajós. O material foi publicado no canal do Youtube da ELETROBRAS, coordenadora do Grupo de Estudos Tapajós, e replicado no Blog “Usinas do Tapajós” em 2013.

Figura 23 - Vídeo do Blog: “O Brasil e suas usinas hidrelétricas”.

22/08/2013 | 12:50

## A Importância das hidrelétricas para o país, na visão da Eletrobras



Você sabia que o país possui mais de 900 usinas hidrelétricas que geram cerca de 80% da energia consumida no país? Que essa energia é utilizada para a criação de empregos, permitindo a produção de máquinas, equipamentos, iluminação de salas de aula, entre outras nobres funções?

As usinas do Tapajós, Belo Monte e outros empreendimentos, vão ajudar na expansão da oferta de energia, garantindo energia barata e abundante, permitindo ao país explorar sua vocação natural de gerar eletricidade pelas águas dos rios.

Saiba mais, neste vídeo institucional da Eletrobras, como as hidrelétricas são importantes para o país.

[f](#) [g+](#) [t](#)

Fonte: Diálogo Tapajós (2013).

O público do vídeo é bem amplo, a sociedade brasileira no geral e que possui conexão com a internet, já que o conteúdo está publicado tanto no blog do 'Diálogo Tapajós', quanto no mais famoso repositório de vídeos da atualidade, o youtube. A retórica é predominantemente deliberativa, sendo o conceito de hidrelétricas posto como a melhor opção para o crescimento econômico do país (ação futura), evidenciado no início da narração durante o trecho “*O Brasil optou pela energia limpa que vem das águas para impulsionar o seu progresso*”. A seguir, destacamos algumas dimensões verbais e visuais para o melhor entendimento da análise.

**Tabela 5** – Vídeo “o Brasil e as hidrelétricas”.

<b>Dimensão Visual</b>	<b>Dimensão Verbal</b>
<p>Imagens da natureza, rios, cachoeiras e florestas na beira de rios.</p> <p>Crianças tomando banho em um rio.</p>	<p>A história do Brasil e dos brasileiros sempre passou pelos rios, deles vêm as lembranças de uma infância e certeza de um futuro.</p>
<p>Imagens de várias partes do Brasil (nordeste, sudeste) com um senhor em uma carroça, prédios e carros, jovens lutando capoeira, crianças brincando de futebol em uma rua, pessoas saindo e entrando em uma estação de metrô. Montagem de Rostos de pessoas sorrindo em meio a bandeira do Brasil. Bandeira do Brasil e o sol.</p>	
<p>Imagens de rios e hidrelétricas em funcionamento e em construção.</p>	<p>O Brasil optou pela energia limpa que vêm das águas para impulsionar o seu progresso. Hoje mais de 900 usinas hidrelétricas, de todos os portes, fornecem 80% da energia elétrica consumida no país.</p>
<p>Imagens de indústrias, avião decolando, estudantes em um laboratório, homem trabalhando em um computador. Imagens do metrô, e de uma fábrica de automóveis.</p>	<p>Energia para produzir aço e aviões, mover indústrias e iluminar salas de aulas, processar grãos e ligar computadores. Energia que dá força, segurança, sustentabilidade para o nosso crescimento.</p>
<p>Mapa do Brasil representando as linhas de transmissão. Linhões de transmissão em áreas desflorestadas. Imagem de hidrelétrica sem funcionamento.</p>	<p>A transmissão é feita por uma rede com quase 100 mil quilômetros de extensão e que atua de forma integrada. Uma região fornece para outra sempre que há necessidade, apesar das distâncias de até 5 mil quilômetros entre a produção e o consumo.</p>
<p>Imagens da cidade do Rio de Janeiro e São Paulo a noite em velocidade rápida.</p>	
<p>Imagens de hidrelétricas vistas de cima.</p> <p>Imagens da usina de ITAIPU em funcionamento.</p> <p>Imagens da usina de Tucuruí em funcionamento.</p> <p>Balsa transportando carga no rio Tocantins.</p> <p>Imagens do Complexo Paulo Afonso. Área grande de monocultura. Homem com chapéu sorrindo, segurando cocos na mão.</p> <p>Imagens da usina de Xingó. Lago de Xingó.</p>	<p>O Brasil é especialista em hidreletricidade. Suas usinas são orgulho para o país e exemplo para o mundo. Maravilhas da engenharia como ITAIPU-Binacional, que une brasileiros e paraguaios na maior geradora de energia limpa e renovável do planeta.</p> <p>Tucuruí, com as maiores eclusas do mundo em desnível e que tornam o rio Tocantins navegável numa região rica em agricultura e minérios.</p> <p>Complexo Paulo Afonso com suas quadro usinas que formam um oásis no sertão nordestino e fornecem água para a irrigação.</p>

	<p>Ou Xingó, onde o turismo gerado pelo lago em pleno cânion do rio São Francisco é alternativa de renda para as comunidades.</p>
<p>Trabalhadores de uma indústria metalúrgica. Imagens computadorizadas da UHE Belo Monte. Operários de uma hidrelétrica. Montagem da criação das UHE Jirau e Santo Antônio.</p>	<p>O Brasil constrói o seu futuro, erguendo novas usinas. Belo Monte no rio Xingu vai gerar mais de 11.000 mil megawatts e cerca de 20 mil empregos diretos e 80 mil indiretos. As usinas Jirau e Santo Antônio no rio Madeira, fornecerão juntas mais de 6 mil megawatts.</p>
<p>Imagens de nuvens. Imagem do planeta Terra com coordenadas geográficas. Mapa da localização das cinco usinas do Complexo Tapajós. Montagem da construção da usina com reconstituição/reflorestamento do local da obra. Imagens de floresta e do rio.</p>	<p>E o Complexo Tapajós na região Amazônica, já representa um novo jeito de produzir energia limpa e renovável. São cinco usinas que vão gerar muito mais do que os seus 12 mil megawatts, vão gerar sustentabilidade. Um novo conceito de construção de usinas desenvolvido pelo Brasil e que exige uma área mínima de interferência no meio ambiente, o Complexo Tapajós vai ocupar uma área inferior a 2 mil quilômetros quadrados, mas seu projeto ajudará na preservação de 200 mil quilômetros quadrados de floresta.</p>
<p>Imagens da montagem da UHE Tapajós e de uma plataforma de petróleo.</p>	<p>Tudo isso graças a uma técnica revolucionária, as usinas-plataforma, inspiradas no modelo de plataforma de petróleo em alto mar.</p>
<p>Imagens da natureza, do rio, um homem em uma canoa. Jovens jogando futebol em uma comunidade. Homem trabalhando com farinha. Duas crianças brincando com água em uma bacia em uma comunidade. Homem 'pilotando' um barco no rio. Mostra os canais de piracema. Imagem de um peixe pulando no rio.</p>	<p>O Complexo Tapajós, fundamenta-se nos diálogos e no reconhecimento aos direitos da população local. As comunidades impactadas pelas obras, receberão assistência e benefícios do projeto, que traz também outros cuidados socioambientais, como os canais de piracema, onde os peixes vencem o desnível da barragem para seguir a rota de reprodução da vida.</p>
<p>Engenheiro conversando em uma hidrelétrica. Imagem de uma hidrelétrica em funcionamento. Duas mulheres de cor clara, em um recinto olhando para a câmera e rindo. Imagens da floresta, do rio e de um peixe. Homens trabalhando em uma lavoura de alface. Criança, cabelos loiros, mostrando um desenho de uma árvore com frutos.</p>	<p>As usinas hidrelétricas geram muito mais do que eletricidade, geram qualidade de vida e desenvolvimento sustentável para todos os brasileiros. E são exemplos de cuidados ambientais. Compromisso do Brasil com o futuro e com as novas gerações.</p>
<p>Imagens de plataforma de petróleo. Lavoura. Usina eólica. Mineradora. Rios e uma hidrelétrica em funcionamento. Operários em clima de alegria em cima de uma</p>	<p>O Brasil tem petróleo, tem biomassa, sol, ventos, minérios, carvão e energia nuclear, mas a energia hidrelétrica, a energia que vem das nossas águas, é a nossa vocação natural. Porque temos paixão pelos</p>

hidrelétrica. Balsa navegando. Rios. Criança olhando para cima com expressão de esperança. Onça pintada na margem de um rio. Família na lavoura. Família na frente de uma casa de barro ou madeira em um local escuro. Crianças acenando na ponte de um rio. Imagens da natureza (rio e floresta).	nosso rios, pela sua riqueza e pela energia que ilumina as nossas vidas. Preservar a natureza, ajudar o homem a se desenvolver é o que as nossas usinas podem e devem gerar, mas tudo isso são lições que queremos ensinar, são lições que aprendemos olhando para um rio.
--	---

**Fonte:** Elaboração própria (2014).

Para atingir o objetivo do vídeo, percebemos a utilização do recurso retórico da emoção (*pathos*) como forma de argumentação persuasiva, através da utilização de expressões como a destacada dos trechos “A história do Brasil e dos brasileiros sempre passou pelos rios, deles vêm as lembranças de uma infância e certeza de um futuro” e “Suas usinas são orgulho para o país”, referindo-se ao Brasil. O discurso também recorre à memórias culturais partilhadas, ao falar das lembranças da infância, ao mesmo tempo em que mostra a imagem de crianças brincando no rio. A trilha sonora que utiliza batuques regionais e músicas clássicas em melodia crescente, também é utilizada para provocar emoção ao público.

O estilo do texto busca criar uma atmosfera de inclusão através de termos como “*nosso crescimento*”, “*desenvolvimento sustentável para todos os brasileiros*”, “*energia que vem das nossas águas, é a nossa vocação natural*”, “*as nossas usinas podem e devem gerar [...] são lições que aprendemos olhando para o rio*”. Essa inclusão busca tornar o público um co-autor ou co-responsável pelas afirmações do texto, com o intuito de colocá-lo em uma posição de responsabilidade pela tomada de posição sobre a ação futura, que neste caso é o apoio ou não aos projetos hidrelétricos no Brasil e na Amazônia, mediante aos argumentos positivos apresentados em favor das usinas. Vale ressaltar ainda que a utilização de expressões intensificadoras como “*todos os brasileiros*” reforça os objetivos deliberativos.

Outro instrumento persuasivo que busca dar ênfase ao sentido produzido no vídeo, é a metáfora em “*a energia que dá força*” que pretende ratificar a importância da produção de energia para o atendimento de uma demanda comum e necessária à todo o país, bem como em “*O Brasil constrói o seu futuro, erguendo novas usinas*”, que vincula diretamente o futuro do país com a produção de energia hidrelétrica. Também são feitas analogias às diversas usinas já em operação e outras em construção no país com o Completo Tapajós, ainda em planejamento. Dentre essas estão: Itaipu-Binacional, Tucuruí, Complexo Paulo Afonso, Xingó e Belo Monte. O intento é vincular a imagem irrefragável de cada uma com o projeto do

Complexo Tapajós, ressaltando características que são evidenciadas de forma positiva como energia limpa e renovável (ITAIPU-Binacional), rio navegável e região rica em agricultura e minérios (Tucuruí), fornecimento de água para a irrigação (Complexo Paulo Afonso), turismo (Xingó), geração de empregos e alternativa de renda para as comunidades (Belo Monte).

A forma de apresentação do vídeo também contribui para retórica da geração de energia hidrelétrica como caminho a ser seguido pelo país, como percebemos na representação dos rostos das pessoas sorrindo em meio à bandeira do Brasil, assim como as duas mulheres dentro de um recinto também com expressão alegre, a criança com olhar de esperança e os trabalhadores com acenos na plataforma. Imagens que conotam felicidade, alegria, esperança, e apoio ao rumo que está sendo tomado.

A apresentação do Complexo do Tapajós deixa ausente o conflito existente entre as empresas/governo e os demais agentes locais interessados no debate sobre os projetos como as comunidades locais e os indígenas, ao afirmar que o projeto *“fundamenta-se nos diálogos e no reconhecimento aos direitos da população local. As comunidades impactadas pelas obras, receberão assistência e benefícios do projeto [...]”*. As imagens correspondentes ao texto sobre o projeto exibe uma Amazônia com natureza exuberante em contraposição às comunidades ribeirinhas com poucas pessoas, conotando um 'vazio humano' e infraestrutura baixa, além de ressaltar as atividades exercidas localmente (produção artesanal de farinha) para demonstrar que o trabalho desenvolvido na região gera poucos dividendos para o país, em total contraposição à produção de energia. Essa representação de natureza exuberante e com imensa disponibilidade de recursos naturais aparece em toda a sequência do vídeo, visível através dos rios e árvores.

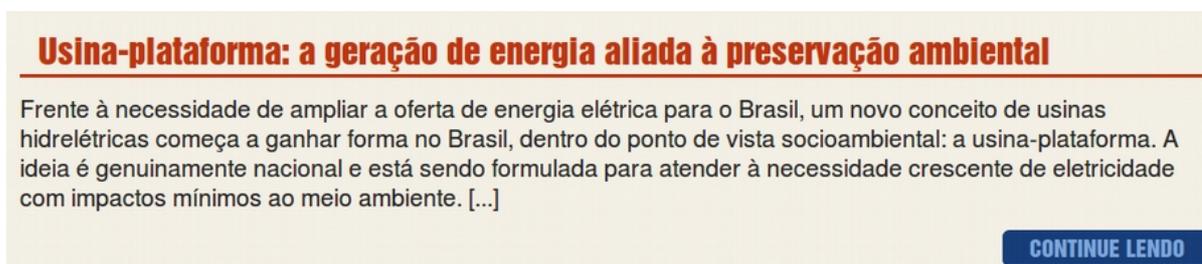
O argumento central do vídeo é sobre os benefícios oriundos dos projetos hidrelétricos que são categorizados como crescimento econômico, desenvolvimento sustentável, qualidade de vida, cuidados socioambientais, vocação natural, preservação ambiental, domínio da tecnologia com o objetivo de convencer o leitor da importância das usinas da Amazônia para todos os brasileiros, ausentando os conflitos e impactos sociais e ambientais oriundos das barragens.

#### **5.1.4 Usinas plataforma: vetor de preservação ambiental**

Conforme informado em entrevista por um secretário do Ministério de Minas e Energia, bem como divulgado em vários materiais do governo federal, a partir dos projetos do

Complexo Hidrelétrico do Tapajós, a abordagem da construção de hidrelétricas é modificada de “desenvolvimento sustentável” para “preservação ambiental”, isto é, existe uma mudança na característica do planejamento e construção das usinas que busca consolidar um conceito de respeito ao meio ambiente com a redução máxima possível dos impactos ambientais. Percebe-se então as estratégias e táticas (FOCAULT, 2007) que buscam legitimar, consolidar ou discordar desse novo modelo.

**Figura 24** - Matéria do Site: “Usina-plataforma: a geração de energia aliada à preservação ambiental.



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

A manchete da matéria publicada no site do projeto, mostra como o argumento do conceito de usina-plataforma é utilizado com o intuito de vender uma ideia de novo, com melhoria para o meio ambiente, ou seja, como o discurso ambiental é apropriado pelas empresas como ferramenta de persuasão acerca da positividade dos projetos, já que uma das áreas de maior conflito na discussão sobre barragens na Amazônia é justamente a questão de impactos ambientais.

Como o próprio título da matéria diz, busca-se consolidar o conceito de usina-plataforma como uma nova forma de geração de energia vinculada à preservação ambiental. Percebemos então que o argumento persuasivo é estruturado conforme a proposição e os dados explicitados na tabela abaixo.

**Tabela 6** – “Usina-plataforma: a geração de energia aliada à preservação ambiental”: representação dos argumentos.<sup>44</sup>

<b>Dados</b>	<b>Proposições</b>
Frente à necessidade de ampliar a oferta de energia elétrica para o Brasil, um novo conceito de usinas hidrelétricas começa a ganhar forma no Brasil, dentro do ponto de	A usina-plataforma é um conceito que consolida todas as melhores práticas sociais e ambientais na construção de hidrelétricas durante a fase de planejamento e de construção.

<sup>44</sup> Elaboração da autora.

<p>vista socioambiental: a usina-plataforma. O Brasil já utiliza cerca de 30% de seu potencial hidrelétrico, estimado em 260 mil megawatts (MW) e grande parte do que ainda não foi utilizado encontra-se na Amazônia, região de alta sensibilidade ambiental.</p> <p>O conceito de usina-plataforma leva em conta a preservação e a conservação do bioma. No caso das usinas do Tapajós, fecharemos um polígono de 200 mil km<sup>2</sup>, que já são áreas protegidas.</p>	<p>(proposição central).</p>
<p><b>Garantias</b></p>	
<p>A ideia é genuinamente nacional e está sendo formulada para atender à necessidade crescente de eletricidade com impactos mínimos ao meio ambiente.</p>	
<p><b>Apoios</b></p>	
<p>o Brasil, detentor de expertise reconhecida internacionalmente em construção de hidrelétricas desenvolve e aposta no conceito de usina-plataforma.</p>	

**Fonte:** Elaboração própria (2014).

A proposição central do argumento exalta de forma enfática e geral, benefícios ambientais e também sociais ao argumentar sobre a usina-plataforma que: “*consolida todas as melhores práticas sociais e ambientais na construção de hidrelétricas*”. Após um histórico longo e marcante de conflitos na construção de projetos hidrelétricos envolvendo questões sociais e ambientais, busca-se uma solução ou melhoramento das questões referentes a esses temas por parte do governo e nesse sentido, há um imenso empenho em obter a aprovação do conceito de usina-plataforma nos projetos, não como atenuante dos impactos, mas como 'vetor de preservação ambiental'.

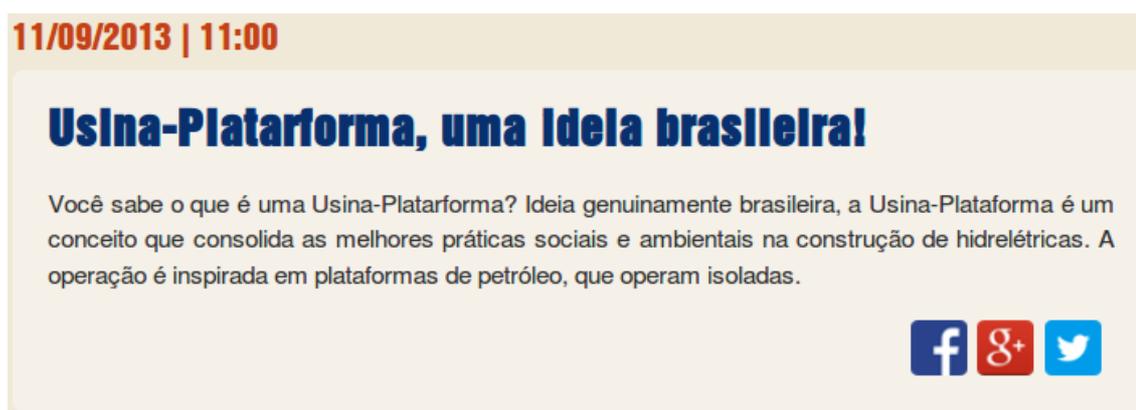
Para isso, utilizam-se dados (fatos ou evidências) que apoiam o argumento como a “*necessidade de ampliar a oferta de energia elétrica*”, precedidos de um novo conceito “*socioambiental*”. A estratégia aqui é tornar a discussão desigual em termos de aceitação ou não dos projetos, já que é evidenciada uma necessidade nacional (aumentar a oferta),

juntamente com a possível resolução de um dos pontos de maior conflito, o socioambiental. Dessa forma, os pontos negativos ou contrários à construção das usinas são completamente ausentes do texto.

Um outro dado que apoia o argumento é o 'baixo' percentual de utilização do potencial hidrelétrico em concomitância com a 'alta' disponibilidade da Amazônia pela geração hidrelétrica, criando um senso de lógica para a resolução do problema do aumento da oferta, já que é exaltada grande disponibilidade da Amazônia, com o atenuante dos problemas ambientais por conta do novo conceito de usina-plataforma.

Como forma de garantir ou autorizar esses dados, é ressaltada a qualidade de inovação da ideia que, “*é genuinamente nacional*” com atendimento à “*necessidade crescente de eletricidade com impactos mínimos ao meio ambiente*”, sem no entanto haver uma aprofundamento da natureza dessa necessidade/demanda, bem como dos impactos que poderiam ser reduzidos, ou seja, os argumentos são vagos. E como estratégia para legitimar essa garantia, é citada a competência, ou “*expertise reconhecida internacionalmente*” do país na construção de usinas hidrelétricas, como forma de “dar crédito” ao novo conceito de usina-plataforma proposto pelo governo, ou seja, resolveria um problema nacional (oferta) e local (conflitos ambientais). Em outras publicações podemos perceber a reiteração dessas estratégias em períodos diferentes.

**Figura 25** - Matéria do Blog: “Usina-plataforma, uma ideia brasileira”.



**11/09/2013 | 11:00**

## **Usina-Platarforma, uma ideia brasileira!**

Você sabe o que é uma Usina-Platarforma? Ideia genuinamente brasileira, a Usina-Platarforma é um conceito que consolida as melhores práticas sociais e ambientais na construção de hidrelétricas. A operação é inspirada em plataformas de petróleo, que operam isoladas.

**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

**Figura 26** - Matéria do Blog: “Presidente da Itaipu diz que usina-plataforma é o futuro da gestão hidrelétrica.



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

Em contraposição ao argumento positivo do conceito das usinas-plataforma, os movimentos sociais contrário aos empreendimentos, neste caso, a “Aliança Tapajós Vivo” se posiciona de maneira contrária ao modelo de usina-plataforma, considerando-o uma falácia e divergindo do que é divulgado pelas empresas, conforme podemos observar na figura. A tática é realizada ao se posicionarem contrários à uma pauta amplamente difundida pelo governo e pelo GET. Assim, foi produzida uma cartilha “Tire as mãos de nós! Esse Rio é nossa vida!” com o apoio de movimentos de defesa do rio Tapajós e algumas figuras públicas, contrários aos empreendimentos hidrelétricos, com informações contrárias e divergentes daquelas sobre os projetos e a região do Tapajós.

Figura 27 - Cartilha do movimento “Aliança Tapajós Vivo”: “O que promete uma usina plataforma”.

**O QUE PROMETE UMA USINA PLATAFORMA**

Estas usinas, similares às plataformas de petróleo, são uma farsa, pois na maior usina da Petrobras cabem apenas 150 pessoas, e a construção da barragem de São Luiz precisará de 10 mil trabalhadores. Como não poluir e não destruir o meio ambiente?

Construção e operação de forma diferenciada, em áreas ainda não ocupadas pelo homem:

- Equipes que se revezam em turnos longos;
- Construção com canteiros e obras reduzidos;
- Intervenção apenas no entorno imediato da obra;
- Retirada de todos os equipamentos e construções dispensáveis à construção;
- Recuperação ambiental da área impactada.

Só quem desconhece a floresta amazônica vai acreditar na falácia das usinas plataformas. Esta é a promessa! Seremos a cobaia de um modelo ainda não testado?

UHE - Jamanxim  
UHE - Cachoeira dos Patos

Mapa das usinas: UHE São Luiz do Tapajós, UHE Jatoba, UHE Chacorão, UHE Tabajara, UHE Cachoeira dos Patos, UHE Água Limpa, UHE Jardim do Ouro, UHE Toricoejo, UHE Cachoeira do Cai, UHE Jamanxim.

Legenda:  
Bacia do Rio Tapajós  
Bacia do Rio Araguaia - Rio das Mortes  
Bacia do Rio Madeira

15

Fonte: Aliança Tapajós Vivo (2011).

Percebemos que a proposição central do argumento do movimento “Aliança Tapajós Vivo” na figura da cartilha, é que as usinas-plataforma são uma farsa, apoiado pelos dados (evidência) de que é incongruente a comparação entre estas e as plataformas de petróleo, já que “na maior usina da Petrobras cabem apenas 150 pessoas, e a construção da barragem de São Luiz precisará de 10 mil trabalhadores.” A tática é desconstruir o argumento das empresas de caracterizar as usinas-plataforma como um vetor de preservação ambiental, através da evidência de argumentos lógicos.

Um dos pontos mais ressaltados como positivos pelas empresas e pelo GET é o caráter inovador do modelo, como já visto anteriormente, porém percebemos que este é um dos eixos de contraposição usado pelo movimento quando negativiza a implementação de algo que nunca foi 'testado' ou realizado antes, comparando o novo formato como uma experiência de laboratório, na qual não se sabe se os resultados serão positivos ou negativos, mas ressaltando dados que são desfavoráveis ao êxito do projeto, por isso a afirmação “Esta é a promessa! Seremos cobaia de um modelo ainda não testado?”

Segundo o governo federal, a proposta de usina-plataforma deve ser implementada em locais onde não haja presença humana, sendo portanto, um vetor de preservação ambiental por não construir cidades no entorno das barragens. Dessa forma, podemos perceber como é retratada nos materiais do GET a região Amazônica, a partir dessa premissa.

### 5.1.5 Amazônia e a região do Tapajós

Como já mencionado anteriormente, é recorrente a representação da Amazônia por um imaginário de local distante, com natureza abundante ainda não dominada. Nos materiais do GET podemos perceber algumas características dessas reiteraões da imagem local no cenário nacional, bem como as estratégias utilizadas para a representação especificamente da região do Tapajós.

**Figura 28** - Cartilha “A Barragem e os Impactos” - São Luiz do Tapajós.



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

A figura da cartilha de São Luiz do Tapajós, mostra a representação de uma Amazônia pouco habitada, destacando apenas uma casa e dois moradores/trabalhadores,

reiterando a conotação de “vazio humano”, um local onde a natureza prevalece, é abundante e parece intocada, evidenciada pela imensidão do rio, das árvores e pela extensa área de areia. Percebe-se também a representação de infraestrutura precária, com ausência de energia elétrica, água encanada e a evidência de uma casa construída com barro e palha. A imagem dos trabalhadores ao cumprimentarem-se demonstra uma perspectiva diferenciada (o homem 1 está em uma perspectiva bem maior que o homem 2) mostrando que estão distantes fisicamente um do outro. Os braços levantados como sinal de cumprimento simboliza que a comunicação feita entre os moradores das vilas é feita de forma pessoal, ou seja, sem a mediação tecnológica, enfatizando a falta de infraestrutura de comunicação.

Há uma busca pela representação de que o local não gera frutos. A imagem da árvore apenas com folhas e sem frutos faz uma analogia com o homem que está sentado à sua beira, com uma enxada em cima das suas pernas, descansando ou à caminho do roçado, que é uma atividade de trabalho simples e informal, que caracteriza um modo de vida de subsistência, que não gera dividendos para o país. Essa representação pode ser vista em outras imagens dessa mesma cartilha como a seguir.

Figura 29 - Cartilha “A Barragem e os Impactos”: atividades de trabalho.<sup>45</sup>



Fonte: Diálogo Tapajós (2013).

A montagem com duas imagens retiradas da cartilha em análise, mostra como o trabalho dos moradores das vilas da região do Tapajós é ressaltado as atividades informais e de subsistência, conotando a pouca importância em termos econômicos para a nação. A primeira imagem da figura, destaca a informalidade do trabalho com duas mulheres sentadas ao chão descascando mandioca. Do mesmo modo, a segunda imagem mostra a atividade do pescador

<sup>45</sup> Montagem feita pela autora com duas imagens da mesma cartilha.

em pequena escala e com pouca estrutura. A natureza ainda prevalece sobre os moradores pelo tamanho do rio em comparação à área que está sendo utilizada para a pesca, enfatizando a abundância dos recursos naturais.

É importante destacar que todas as pessoas são representadas sem rostos, criando uma imagem de homogeneidade, convergindo para a conotação do conceito de “povos da floresta”, invisibilizados, indistintos e padronizados com um mesmo perfil. As roupas todas do mesmo estilo (cores lisas sem estampas, blusa e short ou bermuda), concorrem para essa homogeneização.

Outro ponto importante é o sentido que se busca construir de Amazônia e da região do Tapajós como vocação natural para a hidroeletricidade como podemos ver na resposta do balão 2 da figura 30, da mesma forma como é construído para o país visto anteriormente.

**Figura 30** - Cartilha “A Barragem e os Impactos” - Jatobá.



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

Ainda com um discurso retórico deliberativo, percebemos a exaltação positiva do “*grande potencial*” do rio Tapajós e de toda a bacia, incluindo o rio Jamaxim. A intencionalidade é consolidar a ideia de vocação natural do país em uma região que 'ainda não foi explorada', por isso o destaque para o Tapajós e a analogia com Itaipu, como estratégia

persuasiva, descrita como importante projeto para o Brasil e o Paraguai. O potencial da Amazônia para a construção de usinas, é utilizado como justificativa e argumento para a exploração da região em grandes projetos.

O potencial inexplorado da região é usado junto com o argumento da necessidade do aumento da energia hidrelétrica por conta de uma demanda nacional de energia como base para o desenvolvimento econômico, como vemos nas estratégias persuasivas de algumas partes destacadas do material audiovisual publicado no Blog.

**Tabela 7** – Vídeo “Por que construir usinas hidrelétricas no rio Tapajós”.

<b>Dimensão visual</b>	<b>Dimensão Verbal</b>
<p>Imagem do mapa do Brasil mostrando pontos que remetem ao IDHM – Índice de desenvolvimento humano municipal (1990-2010).</p> <p>Imagem de uma rua/avenida bem movimentada com carros e pessoas caminhando nas calçadas. Diversos prédios bem iluminados.</p>	<p>“O Brasil é uma sociedade em desenvolvimento econômico e social, por isso a cada ano, aumenta a necessidade de produzir mais energia elétrica.” (Narrador)</p>
<p>Mapa do Brasil de fundo e destaque para balões representando vários tipos de usinas: hidrelétrica, eólica, solar e biomassa.</p> <p>Mapa indicando áreas urbanizadas onde o sistema interligado nacional é presente.</p> <p>Representa os impactos positivos representado uma figura de uma casa sendo abastecida por energia de um poste, com uma árvore ao lado.</p> <p>Balão com os impactos negativos representado por árvores dentro de um rio que se desfazem.</p>	<p>Para atender essa demanda são feitos investimentos em várias fontes de energia, mas principalmente nas fontes renováveis como é o caso da hidrelétrica e eólica. No país, as hidrelétricas têm sido a fonte mais importante de eletricidade.</p> <p>A construção de qualquer tipo de usina trás benefícios, mas causa também impactos negativos. (Narrador)</p>
<p>Lupa em cima do mapa do Brasil, deslizando de cima para baixo.</p>	<p>A lei brasileira exige estudos e propostas de ações de diminuam os impactos negativos e ampliem os positivos. (Narrador)</p>
<p>Imagem aérea do rio Tapajós, mostrando as águas e as árvores.</p> <p>Comunidade na beira, mostrando duas casas.</p> <p>Imagem plana do rio Tapajós. Imensidão de águas compondo a cena com o céu.</p>	<p>O rio Tapajós tem um enorme potencial para produção de energia hidrelétrica. Por essas razões está se estudando a construção de usinas no Tapajós. (Narrador)</p>

**Fonte:** Elaboração própria (2014).

O título do vídeo em formato interrogativo, sugere uma discussão sobre a decisão da construção das usinas no rio Tapajós, porém a composição da narração junto com as imagens ressaltam argumentos e evidências que criam uma conotação positiva sobre a decisão da construção dos projetos na região.

Com um discurso retórico deliberativo, neste caso, para decidir se é melhor ou não a construção das usinas, o vídeo utiliza argumentos lógicos sobre a necessidade do aumento da produção de energia no país com apelo à imagens que buscam evidenciar o cotidiano em uma grande cidade com muito movimento e com consumo alto de energia em prédios e carros, ou seja, a ênfase é para a necessidade de consumo residencial e comercial, representando que “*O Brasil é uma sociedade em desenvolvimento econômico e social*”. Sabe-se que grande parte da energia produzida no país é consumida pela indústria de eletrointensivos, no entanto, a busca pelo convencimento é feita pela demanda residencial.

A disposição das imagens também possibilita a análise de elementos retóricos, como a utilização de figuras do mapa do Brasil entremeadas com imagens do Rio Tapajós, reiterando que o local (região do Tapajós) é (ou pode ser) o responsável pela resolução de problemas a nível nacional (do Brasil). Percebe-se ainda que as imagens da região exibem uma exuberância da natureza em detrimento das populações locais, mostrando um vasto rio quase sem embarcações e um “vazio humano” representado pelas duas casas isoladas na beira do rio, ratificando a imagem de Amazônia como portadora de natureza abundante, inesgotável, intocada e que pode e deve ser solução para demandas nacionais.

O estilo também identifica algumas estratégias retóricas. O texto pauta os assuntos, mas não aprofunda na explicação como na passagem seguinte: “*A construção de qualquer tipo de usina trás benefícios, mas causa também impactos negativos”, e também em “*A lei brasileira exige estudos e propostas de ações de diminuam os impactos negativos e ampliem os positivos*”. Neste ponto, com um discurso retórico epidéutico existe uma preocupação em legitimar os estudos que estão sendo realizados, ressaltando a sua importância, os possíveis benefícios trazidos com ele e o cumprimento da lei.*

Ainda nessa perspectiva epidéutica, utiliza-se a metáfora como recurso persuasivo durante a utilização de imagens que simbolizam os impactos negativos e positivos das usinas. As figuras são passagens do vídeo que representam o antes e depois da implantação das hidrelétricas, respectivamente. Nota-se na evolução do balão dos impactos negativos, que é

destacado apenas o impacto em algumas árvores, sendo mantido o desenho do rio, revelando uma conotação de que os impactos são mínimos e o rio não é afetado. Já na evolução do segundo balão, temos uma residência antes sem energia elétrica, e depois com abastecimento da energia, positivando os resultados vindos pela construção das usinas, evidenciando um objetivo de ratificar os benefícios trazidos pelas barragens para o setor residencial a nível nacional, representado pelo mapa do Brasil no centro da imagem, continuando sem destacar o setor industrial.

**Figura 31** - Vídeo “Por que construir usinas hidrelétricas no rio Tapajós?: evolução dos impactos1.



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

**Figura 32** - Vídeo “Por que construir usinas hidrelétricas no rio Tapajós?: evolução dos impactos2.



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013)

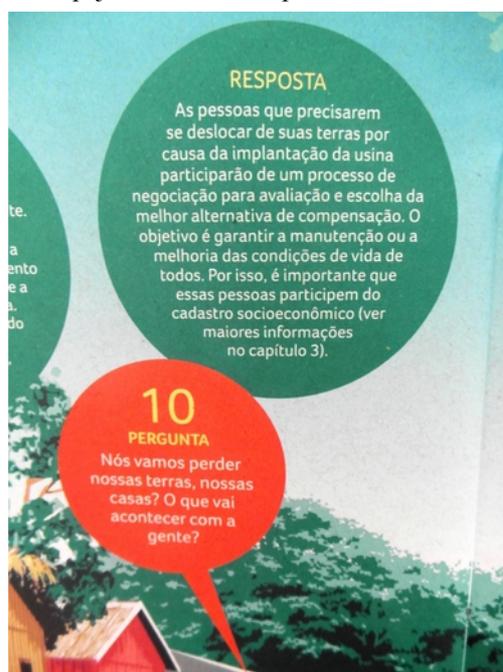
A figura da árvore em harmonia com a casa, o poste e a linha de alta tensão, nos chama a atenção pela estratégia vista também em outros materiais, de aliar os conceitos de energia hidrelétrica e preservação ambiental.

### 5.1.6 Qualidade de vida da população

A disputa pelo sentido sobre quais são as consequências que as hidrelétricas no rio Tapajós irão trazer às populações locais gera posições convergentes, divergentes e indiferentes quanto ao discurso do governo sobre o aumento da qualidade de vida e melhora das condições ruins ou precárias em que vivem os ribeirinhos e pessoas das comunidades.

O balão 10 da cartilha de São Luiz do Tapajós na figura em destaque se refere à implantação das usinas, mas o discurso central possui uma retórica epidêitica já que objetiva-se uma adesão e um julgamento positivo ao cadastro socioeconômico que está sendo realizado no presente para o público-alvo em questão. Neste caso, o trecho “*garantir a manutenção ou a melhoria das condições de vida de todos*” tem o intuito de utilizar argumentos lógicos para convencer que é melhor a aceitação do projeto pelas comunidades, mesmo que não haja um aprofundamento da informação. Fica ausente do texto, a maneira como será realizada essa melhoria, como podemos observar.

**Figura 33** - Cartilha 1 São Luiz do Tapajós: “Nós vamos perder nossas terras e nossas casa?”



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013)

Também há uma estratégia de gerar expectativa e ansiedade na população com o debate sobre o próprio objeto em questão, a casa, que é uma estrutura familiar muito importante para as comunidades, representando um local de abrigo e segurança, bem como uma maneira de organização do grupo social (GAYOSO, 2009). O uso de expressões como “(..) *um processo de negociação para avaliação e escolha da melhor alternativa de compensação*” sem uma aprofundamento explicativo sobre como será esse processo de negociação e avaliação, também cria uma insegurança e sentimento de falta de informação sobre o que está ocorrendo, podendo provocar tanto inquietação e expectativa sobre os rumos da comunidade, quanto indiferença de algumas pessoas que se consideram mal informadas para se posicionarem a favor ou contra os grandes projetos, conforme trecho retirado de uma entrevista com o morador1 STL:

A população aqui muito pouco sabe sobre o projeto. O governo federal contratou uma empresa, intitulada Diálogo Tapajós, que vem aqui e fala dos interesses do governo, o que o governo quer. E esses aqui vem, a gente sabe muito bem, com interesses diversos, dizer que também é contra. Agora ninguém vem aqui, dizer, mostrar a verdade, abrir o livro, a caixa preta e mostrar 'olha isso aqui vai prejudicar a comunidade, isso aqui vai prejudicar a população e isso aqui vai prejudicar a região, e isto aqui pode trazer melhoria”, o que nós vemos na verdade é que a população precisa de esclarecimentos (...) [informação verbal].<sup>46</sup>

Notemos que a crítica feita pelo entrevistado é voltada para as publicações e ações do projeto 'Diálogo Tapajós' que dizem, mas não explicam, ou seja, produzem e veiculam informações de maneira vaga e superficial sobre assuntos ligados aos projetos pertinentes à população, porém também há uma crítica aos movimentos sociais em defesa do Rio Tapajós, que segundo o morador1 SLT da mesma maneira não conseguem detalhar as informações e explicar o que sabem sobre os projetos.

A estratégia de sugerir a melhoria da qualidade de vida, mas sem esclarecer quais ações serão feitas para atingir determinado objetivo, é encontrada em diversos outros materiais como vemos na figura citada, quanto à melhoria no fornecimento de energia. Nesse caso, o balão de resposta da pergunta 3, nem chega a afirmar que haverá melhoria de energia elétrica nas comunidades, utilizando a estratégia de ressaltar que a responsabilidade desse assunto é de um agente externo à discussão, quando afirma que a ampliação de programas de energia, precisam de decisões do governo federal e que, “*deverão ser combinadas com ações da distribuidora local de energia*”, gerando expectativa e incerteza à população.

---

<sup>46</sup> Entrevista concedida por SLT, morador1. Entrevista I. [novembro de 2014]. Entrevistador: Larissa Carreira da Cunha. São Luiz do Tapajós, 2014. 1. Arquivo mp4 (9min33s). Griffo da autora.

Figura 34 - Cartilha 1 São Luiz do Tapajós: perguntas 3 e 4.



Fonte: Diálogo Tapajós (2013).

O balão quatro também segue a mesma linha de criar expectativa positiva sobre determinado assunto, mas sem se aprofundar nas informações, neste caso, sobre um plano de turismo para a região, no entanto, para legitimar os estudos das equipes como importantes para a melhoria (mesmo que indireta) desse setor na região.

Outro elemento que nos indica alguns recursos retóricos de persuasão é o estilo das imagens gráficas. As casas da comunidade são representadas com palha, madeira e barro, bem como na figura em destaque, simbolizando pouca infraestrutura e baixa qualidade de vida. Também há ausência de elementos de infraestrutura elétrica e de comunicação, assim como outros componentes urbanísticos como praças, calçadas e bancos. Só existe uma banco na figura, que é pequeno e de madeira. As imagens por cima e por trás das casas conotam a

prevalência da natureza em detrimento do homem, das populações locais, reiterando o 'vazio humano'. E as roupas simples com cores lisas e os indivíduos sem rostos ratificam a imagem de homogeneização das populações da região.

Em outra publicação no site em formato de artigo intitulada “*Paradoxo ou paradigma da nossa matriz energética*”, o argumento utilizado para questionar as críticas feitas aos projetos hidrelétricos na Amazônia recorre ao que seria um paradoxo, a entrada de carvão à matriz energética, ou pelo menos, a possibilidade de abertura ao leilão dessa modalidade de geração. O texto comparada as duas fontes, entre outras, e ressalta a hidrelétrico como uma modalidade de geração “*renovável, abundante, limpa e que desperta a atenção de outros países*”, condizendo com a imagem de Amazônia recriada em outros materiais como natureza abundante, inesgotável e associada à preservação ambiental, além de estar inserida em uma lógica global de mercado. A região é reafirmada como necessária para a resolução dos problemas econômicos do Brasil nos níveis nacional e local, que deve ser explorado como vemos na frase: “*A última fronteira hidrelétrica no Brasil é a Amazônia*”, sugerindo que a última região a ser explorada no Brasil no que tange ao fortalecimento da sua matriz energética através da construção de usinas hidrelétricas é a Amazônia, pelo fato de ainda não ter sido explorada.

O artigo também usa a estratégia de ressaltar “os ganhos” que a região do Tapajós terá, caso as usinas sejam implantadas como vemos no trecho extraído da publicação:

Redes de esgoto, infraestrutura viária, novos hospitais e postos de saúde, expansão da telefonia, construção de moradias, escolas, creches são demandas quase obrigatórias pelos municípios que sediam hidrelétricas, com a vantagem ainda de acesso a produtos e serviços até então impensáveis para a população local. No caso Amazônico, além das benfeitorias, elas também serão fator de preservação ambiental, ao serem construídas com tecnologia moderna e o mínimo de intervenção no meio ambiente, sem grandes canteiros de obra, evitando assim a ocupação desordenada e contribuindo para a defesa da floresta com estímulo à pesquisa científica (Site do Grupo de Estudos Tapajós, 2014<sup>47</sup>).

É interessante notar que vários serviços públicos são destacados e vinculados diretamente à construção das hidrelétricas no Tapajós e não como responsabilidade trivial do poder público local, estadual e federal. Os recursos retóricos no texto buscam convencer sobre a importância da construção das barragens para o aumento da qualidade de vida, pelo fato dessas comunidades ganharem visibilidade após os projetos, com benefícios “*até então impensáveis para a população local*”.

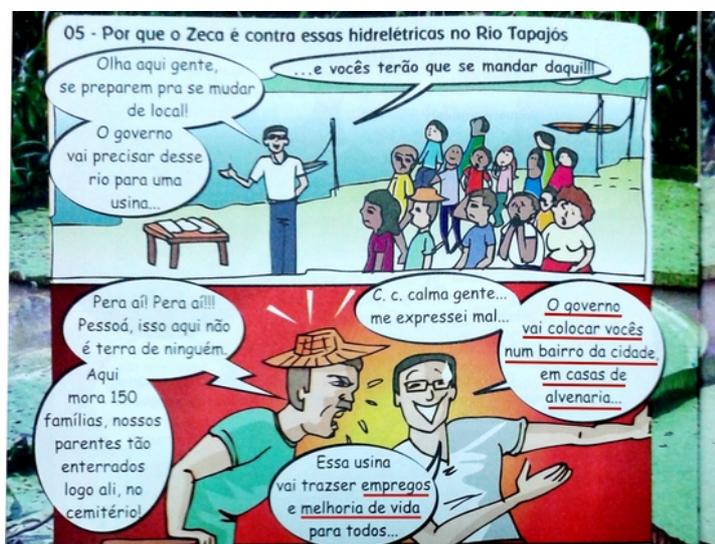
<sup>47</sup> Grifo da autora. Matéria na íntegra no apêndice C.

A disposição do conteúdo referente às melhorias de vida das populações locais, organiza em um mesmo parágrafo os conceitos de preservação ambiental e defesa da floresta, tornando evidente as estratégias para fortalecer a retórica deliberativa sobre a implantação dos projetos no Tapajós, de forma a positivar a implantação das usinas.

Notemos então que as estratégias utilizadas na retórica da melhoria da qualidade de vida das populações locais, possuem dois vieses. De um lado ressaltam os ganhos que poderão ser efetivados em termos de infraestrutura local e serviços públicos, e de outro criam uma imagem de precariedade das condições de vida das populações locais, através das representações gráficas e dos textos. A construção dos pontos positivos e negativos são estruturados em uma argumentação lógica para que haja uma deliberação favorável à construção das hidrelétricas no Tapajós.

Em contraposição aos materiais do Diálogo Tapajós, verificamos uma disputa pelo sentido sobre o significado de melhoria de vida para as comunidades, representado nos materiais impressos do movimento 'Aliança Tapajós', conforme a figura 35.

**Figura 35** - Cartilha 'Aliança Tapajós': Por que o Zeca é contra essas hidrelétricas no Rio Tapajós.<sup>48</sup>



**Fonte:** Aliança Tapajós (2011).

Percebemos então que o embate pelo sentido se dá primeiramente pela representação do discurso do representante do governo/empresas com a população de uma comunidade ribeirinha, o qual utiliza pontos de exclamação para simbolizar uma afirmação sem possibilidade de questionamento, com sentido de aviso ou ordem em “Olha aqui gente, se preparem para se mudar de local! ...e vocês terão que se mandar daqui!!!”. Não é

<sup>48</sup> Grifo da Autora.

demonstrado nenhum tipo de diálogo entre os agentes, pelo contrário, apenas a transmissão de informação em sentido de ordem pela figura do homem de blusa branca aos demais.

Pela análise retórica percebemos um discurso epidéutico com o intuito de julgar a ação das empresas em realizar palestras sobre os projetos hidrelétricos, e principalmente pela forma e conteúdo dos assuntos discutidos, retratados na figura como impositivos. No segundo quadro vemos ainda, a representação de um membro da comunidade questionando o representante da empresa o que simboliza a posição contrária à implantação das usinas e remanejamento das famílias, ao mesmo tempo em que mostra a exaltação dos conceitos de qualidade de vida como forma de dissuadir a população para a aceitação dos projetos como em “*O governo vai colocar vocês em um bairro da cidade, em casas de alvenaria*”.

As expressões dos rostos no segundo quadro buscam ressaltar o conflito entre as empresas/governo e as populações locais. Além da representação das expressões do morador com raiva e furioso, a imagem do agente empresarial demonstra constrangimento por ter proferido informações que desagradaram à todos, e tenta se justificar com a seguinte expressão “*calma gente..me expressei mal*”.

A tática (CERTEAU, 1998) utilizada pelos movimentos sociais é de ressignificar os conceitos, ações e terminologias usadas pelos agentes empresa e governo, e fazer um contra-argumento ou afirmar um novo sentido. No caso da figura 6, os conceitos de empregos e qualidade de vida são colocados como algo falacioso que se resume em “*Essa usina vai trazer (sic) empregos e melhoria de vida para todos...*”. O contato das empresas com os moradores da comunidade é simbolizado apenas como transmissão de informação e de forma impositiva, ao contrário do que é retratado nos materiais do Diálogo Tapajós sobre essas ações, descritas como dialógicas e inclusivas, com troca de informações entre ambos agentes.

### **5.1.7 Diálogo, Participação Social e Comunicação**

O Diálogo Tapajós é descrito como um projeto de “*Comunicação e Interação Social realizado durante a fase de estudos de viabilidade dos Aproveitamentos Hidrelétricos São Luiz do Tapajós e Jatobá. [...] promove, ao longo dos estudos, um processo dialógico e inclusivo de comunicação com as populações e instituições interessadas.*”<sup>49</sup> Essa linha conceitual permeia o discurso de vários materiais de comunicação produzidos e veiculados pelo projeto como os textos, artigos, releases, cartilhas, folders, vídeos, áudios e fotografias, no entanto, observamos que existem algumas divergências simbólicas que podem ser

<sup>49</sup> Descrição retirada do Site do Grupo de Estudos Tapajós. Disponível em: <http://www.grupodeestudostapajos.com.br>.

percebidas através da descrição e interpretação das ações práticas do projeto e do processo de planejamento das usinas com o discurso pretendido.

Um dos materiais de áudio veiculado pelo projeto no site do GET sobre o cadastro socioeconômico e também em emissoras de rádio dos municípios da região, demonstra uma estratégia de autorreferenciar as ações como dialógicas e inclusivas, conforme o conceito definido, buscando criar uma imagem de efetividade na comunicação feita entre os agentes do projeto e as comunidades, como vemos no trecho do programa sobre Jatobá: *“Diálogo Tapajós, você pergunta daí, e a gente responde daqui”*<sup>50</sup>. Percebemos que o estilo busca a informalidade para que seja criada uma sensação de intimidade e proximidade entre os membros do projeto e a comunidade.

A figura 36 expressa que há recebimento de informação pelas comunidades ribeirinhas através da imagem da antena parabólica junto à uma casa de madeira, conotando participação das famílias no processo massivo de comunicação.

**Figura 36** - Cartilha São Luiz do Tapajós: casa com antena parabólica.



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

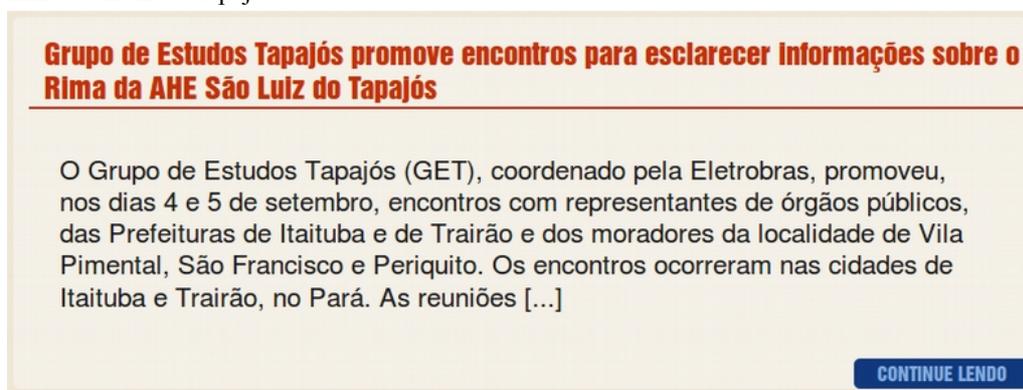
Como já foi visto anteriormente, os materiais de comunicação buscam simbolizar a falta de infraestrutura das comunidades ribeirinhas como uma estratégia de ressaltar o conceito de melhoria de vida associado à construção das usinas, no entanto, é destacada a infraestrutura de telecomunicações representada na figura pela antena parabólica, com o

<sup>50</sup> Trecho do programa de áudio do cadastro socioeconômico da UHE Jatobá. Projeto Diálogo Tapajós.

intuito de enfatizar que existe um processo de comunicação efetivo, neste caso, apenas a recepção de informações.

A figura abaixo mostra a manchete sobre encontros promovidos pelo GET para o esclarecimento de dúvidas sobre os estudos de impacto ambiental do projeto da usina de São Luiz do Tapajós, e ratifica o argumento que há debate e esclarecimento de dúvidas entre as empresas e as comunidades locais, como no trecho: “*Após as apresentações, os participantes puderam fazer considerações e tirar dúvidas*”, que ressalta que as questões foram sobre possíveis melhorias previstas após a construção da usina.

**Figura 37** - Manchete do Site: “Grupo de Estudos Tapajós promove encontros para esclarecer informações sobre o Rima da AHE São Luiz do Tapajós”.<sup>51</sup>



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

Com um discurso retórico epidéutico a referida matéria, busca convencer sobre a forma de comunicação realizada pelo GET pautada no diálogo, destacando que o público do debate participa através do esclarecimento de dúvidas e considerações sobre os estudos de impacto ambiental (EIA) como subsídio para a tomada de decisão dos projetos, no entanto na afirmação do primeiro parágrafo do texto, é evidenciado que a decisão sobre a construção da UHE Tapajós já está consumada, estando em pauta apenas as medidas que devem ser tomadas pela empresa (empreendedor) que será responsável pela construção das usinas, conforme o trecho a seguir:

As reuniões tiveram como objetivo apresentar os dados dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) do Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós e tratar sobre as medidas que devem ser tomadas pelo futuro empreendedor que será responsável pela construção da usina após a realização do leilão.<sup>52</sup>

<sup>51</sup> A matéria na íntegra está publicada no apêndice C.

<sup>52</sup> Grifo da autora. Matéria na íntegra no apêndice C.

A participação social e o diálogo com os indígenas também é um tópico bastante explorado e reiterado nos textos jornalísticos publicados no site e no blog do GET, mesmo que esse grupo de agentes não faça parte do público-alvo direto do projeto Diálogo Tapajós<sup>53</sup>. Há uma preocupação em demonstrar que existe diálogo e 'boa vontade' por parte do governo e das empresas na comunicação com os membros das aldeias como podemos ver a seguir nas manchetes do site.

**Figura 38** - Manchete do Site: “Governo federal reafirma o diálogo com lideranças Munduruku sobre a consulta prévia”.



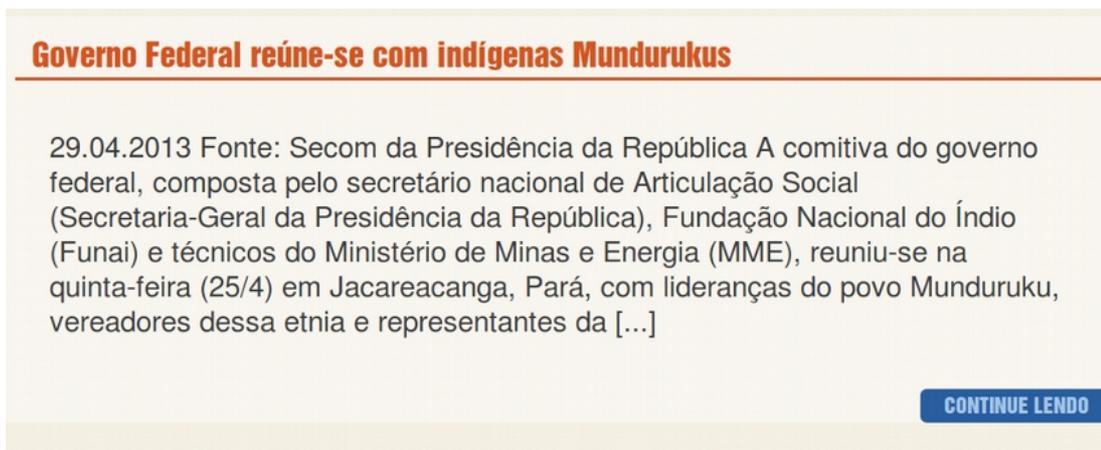
**Governo federal reafirma o diálogo com lideranças Munduruku sobre a consulta prévia**

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República Na reunião realizada nesta terça-feira (4/6), no Palácio do Planalto, em Brasília e que contou com a presença de 144 indígenas do povo Munduruku, o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República) propôs a continuação do diálogo para construção conjunta, governo, indígenas e Ministério Público Federal, de um [...]

[CONTINUE LENDO](#)

**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

**Figura 39** - Manchete do Site: “Governo Federal reúne-se com indígenas Munduruku”.



**Governo Federal reúne-se com indígenas Mundurukus**

29.04.2013 Fonte: Secom da Presidência da República A comitiva do governo federal, composta pelo secretário nacional de Articulação Social (Secretaria-Geral da Presidência da República), Fundação Nacional do Índio (Funai) e técnicos do Ministério de Minas e Energia (MME), reuniu-se na quinta-feira (25/4) em Jacareacanga, Pará, com lideranças do povo Munduruku, vereadores dessa etnia e representantes da [...]

[CONTINUE LENDO](#)

**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

<sup>53</sup> Informação repassada em entrevista concedida pelo coordenador de campo do projeto Diálogo Tapajós.

**Figura 40** - Manchete do Site: “Secretaria-Geral reitera proposta de negociação com indígenas, mas exige a desocupação de Belo Monte.

**Secretaria-Geral reitera proposta de negociação com indígenas, mas exige a desocupação de Belo Monte**

O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, enviou nesta terça-feira (7/05), ofício às lideranças indígenas Munduruku reiterando a disposição ao diálogo do governo federal e propondo a realização de uma reunião de negociação dentro de 15 dias, em Brasília. O objetivo do encontro será pactuar um procedimento de consulta em relação ao [...]

CONTINUE LENDO

**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

Vale ressaltar que na matéria da manchete da figura, o diálogo com os representantes indígenas é proposto com a condição da desocupação de um canteiro de outro projeto, “*as negociações só ocorrerão com a desocupação imediata dos canteiros de obra da usina Belo Monte*”, evidenciando o conflito regional e a articulação entre os projetos hidrelétricos na Amazônia entre si, bem como a estratégia utilizada pelo governo para desmobilizar uma ação reivindicatória dos indígenas.

Isso se deve por conta do histórico de conflito com as etnias indígenas da região do Tapajós, que desde Belo Monte utilizam táticas para conseguir visibilidade na esfera pública sobre a produção de energia, e assim conseguem pautar suas reivindicações. Assim, apesar da retórica pretendida pelos materiais sobre os conceitos de diálogo e inclusão, fica visível que há divergência entre os objetivos das empresas com os resultados obtidos nas ações práticas, que podem ser vistos através do posicionamento dos agentes indígenas, como podemos observar no trecho da entrevista concedida pela liderança1 STM, membro de uma instituição representativa dos indígenas na região:

Na verdade com os indígenas houveram várias tentativas de diálogo, porém uma certa imposição por parte do governo. Tipo assim, “olha nós queremos que vocês façam isso, isso aqui vai ser bom pra vocês”, sempre no sentido de oferecer benfeitorias, só que os Munduruku sabem muito bem dos seus direitos, conhecem através das suas capacidades de informação, inteligência e sabem que o governo tá querendo enrolar, com essa história de ouvir, conversar, então eles estão muito atentos à isso e com certeza não será com uma 'reuniãozinha' ou outra que o governo tenta chamar pra conversa, que eles vão de repente negociar ou fazer qualquer tipo de acordo. Então sem esse acordo que está previsto na lei, eles não vão fazer nenhum tipo de negociação. E também já deixaram claro, a terra é um direito

constitucional porque é uma terra tradicionalmente ocupada por eles, então não vão abrir mão disso. (informação verbal, 2014)<sup>54</sup>

O trecho extraído da entrevista é convergente com o discurso percebido através de falas de outros agentes do campo indígena, tanto membros de etnias indígenas, quanto outros integrantes de instituições representativas, que consideram que há falta de diálogo entre governo/empresas com indígenas, que se revela por uma tentativa de imposição de informações em desacordo com as reivindicações dos povos indígenas, principalmente quanto ao direito à consulta prévia estabelecido na convenção 169<sup>55</sup>.

Outra divergência ao discurso de diálogo e participação social, está presente na própria apresentação e nas representações dos materiais impressos (cartilhas e folders) que mostram a etapa de audiência pública como o único momento que é possível haver manifestação de opiniões, como vemos na figura a seguir.

**Figura 41** - Cartilha São Luiz do Tapajós EIA-RIMA: Audiências Públicas).



**Fonte:** Diálogo Tapajós (2013).

A descrição e proposta do Diálogo Tapajós é promover o diálogo com as populações locais, em meio a troca de informações, mas na essência, o que se percebe é que há uma transmissão de informações das empresas às comunidades, que repassam os conceitos e propostas de acordo com os objetivos empresariais. Os momentos de interação com troca de

<sup>54</sup> Entrevista concedida por STM, liderança 1. Entrevista I. [novembro de 2014]. Entrevistador: Larissa Carreira da Cunha. São Luiz do Tapajós, 2014. 1. Arquivo mp4 (4min25s). Griffo da autora.

<sup>55</sup> Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

informações das comunidades às empresas servem para subsidiar os técnicos do projeto de comunicação para a elaboração das cartilhas com dúvidas a serem esclarecidas referentes às atividades de trabalho, qualidade de vida, remanejamento das famílias, cujas respostas na maioria das vezes são vagas, pouco explicativas e não respondem com contundência os questionamentos feitos, como vimos anteriormente.

As reivindicações, cobranças, opiniões e tomada de posições dos moradores das localidades, só devem ser efetivadas no momento das audiências públicas, sendo isto informado ao público participante das palestras do Diálogo Tapajós, conforme informado pela equipe local do Diálogo Tapajós<sup>56</sup>. Os membros do projeto transmitem informações que devem subsidiar as comunidades para a participação nas audiências. Sendo assim, o que predomina no processo comunicacional entre as empresas e as comunidades locais é a transmissão de informações do agente empresarial aos agentes moradores das comunidades que serão afetadas pela implantação das barragens.

Existe um caminho de ida da informação, mas sem possibilidade de volta, de retorno de uma nova informação ou comunicação. Os ribeirinhos, pescadores e donas de casa das vilas, recebem as informações, mas não possuem meios (físico e financeiros) para produzir novas informações. A produção da informação fica restrita ao agente empresarial. Os canais de contato existentes são os número de telefones celulares e fixo, e-mail e endereço físico do escritório do Diálogo Tapajós. E tanto no site como no blog o item de menu “*fale conosco*”, restringe-se aos contatos telefônicos e eletrônicos de e-mail do Diálogo Tapajós e com a imprensa do projeto localizada na capital do Rio de Janeiro, então não há um formulário de contato, como costuma-se encontrar em sites públicos, tampouco há a possibilidade de inserir comentários ao final das matérias, artigos ou qualquer outro material.

Notamos também a ausência de qualquer possibilidade de produção e veiculação de comunicação feita pela público, sejam das comunidades ou o público em geral. Não há um espaço para a publicação de matérias, vídeos ou qualquer material produzido pelo público sobre as usinas, nos espaços institucionais do projeto Diálogo Tapajós.

Esse contexto torna aparente que o agente empresarial está muito melhor posicionado dentro do campo da produção de energia hidrelétrica no Tapajós do que o agente comunidades locais, visto que o primeiro possui muito mais capital comunicacional (MATOS; NOBRE, 2013) do que o segundo, uma vez que os materiais e as possibilidades de produção da comunicação se restringem ao primeiro, com relação aos dois grupos de agentes citados.

<sup>56</sup> Entrevista concedida pela equipe do Diálogo Tapajós do escritório de Itaituba em fevereiro de 2014.

### 5.1.8 Conflito com os Indígenas

As populações indígenas da região do Tapajós são contra a implementação das usinas do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, conforme informado pelos líderes das aldeias em entrevistas de campo. Grande parte dos membros dessas comunidades, estão articulados com integrantes de outras etnias indígenas da Amazônia e movimentos sociais de cidades polo na luta contra às barragens em outros rios, a exemplo do Rio Xingu onde está sendo construída a hidrelétrica Belo Monte.

Segundo uma líder indígena entrevistada, os povos estão unidos com outros 'parentes'<sup>57</sup>, ribeirinhos e outras comunidades na luta em defesa do Rio Tapajós, como vemos a seguir:

Nós estamos aqui em São Luiz do Tapajós pra defender nosso rio, nossa floresta, nosso território. Então a gente tá aqui. Gostei muito desse encontro que nós estamos fazendo aliança com todos os ribeirinhos que estão atingidos pelo projeto do governo. [...] Então a gente tá aqui pra compartilhar né, pra compartilhar os conhecimento com os ribeirinhos, indígenas pra gente lutar junto. [...] A nossa posição é que não. Sempre fala que não. A gente não vai deixar eles construir, a gente não vai deixar, a gente não vai sair onde vai ser alagado, a gente vai continuar, se for pra morrer a gente morre ali, a gente vai continuar na luta sempre firme, nunca vamo 'abrir a mão' (Entrevista com Indígena SLT1<sup>58</sup>).

A principal reivindicação dos povos indígenas, é que se cumpra a consulta prévia prevista na constituição e na convenção 169 na OIT, enquanto que o governo defende a construção das usinas do Tapajós como forma de aumentar a oferta de energia para o país. Há um conflito intenso e permanente entre os indígenas e as empresas/governo.

Nesse contexto, a imagem criada pelas empresas do GET demonstra que há 'boa vontade' do governo federal em dialogar com esses agentes para a resolução das divergências existentes no conflito, e representa os indígenas como desordeiros e descumpridores de acordos e lei. Dessa forma, a luta do movimento indígena é deslegitimada perante o público do GET, enquanto que a ação governamental e empresarial ganha aparência de legalidade e autenticidade.

O artigo publicado no site e no blog sobre o conflito envolvendo as hidrelétricas e os indígenas na Amazônia, categoriza os indígenas como invasores, destacando na própria

---

<sup>57</sup> Termo utilizado para se referir à membros de outras aldeias indígenas.

<sup>58</sup> Entrevista concedida por líder de uma aldeia indígena realizada durante a “Caravana São Luiz do Tapajós”, em novembro de 2014.

manchete através de um ethos específico, que recorre à fala de um agente de outro campo, o científico, para dar credibilidade à autoria do conteúdo.

Figura 42 - Artigo “Povos Indígenas e Expansão Hidrelétrica na Amazônia”.<sup>59</sup>



Fonte: Diálogo Tapajós (2013).

Com uma retórica deliberativa a respeito da implantação das barragens, o argumento central do artigo refere-se à necessidade do atendimento da demanda futura por energia e o papel fundamental das usinas na Amazônia para atingir esse objetivo. Dessa forma, a questão indígena é colocada em um segundo plano como podemos ver no trecho seguinte do artigo:

De forma alguma, exclui-se a necessidade de regulamentação do art. 231 da Constituição e da própria Convenção, para assegurar procedimentos mais específicos e bem delineados de consulta às populações indígenas, mas na medida em que os conflitos estão ocorrendo neste momento e colocam em risco o atendimento da demanda futura por energia, não podemos esquecer as normas vigentes e possíveis de serem aplicadas aos casos vividos hoje” (Blog “Usinas do Tapajós, 2013).

É afirmado ainda que os projetos das hidrelétricas São Luiz do Tapajós e Jatobá não estão localizados em terras indígenas e existem “*tentativas de diálogo entre o Governo e os indígenas*”. Mesmo assim, o texto considera que as normas da Convenção OIT 169 devem ser realizadas através do procedimento da consulta aos indígenas, já que os projetos vão interferir nos seus modos de vida, mas ressalta que a “*consulta somente será considerada válida se a*

<sup>59</sup> O artigo na íntegra está publicado no apêndice C.

*informação prestada pelo responsável pela interferência for consistente e acessível.*”<sup>60</sup> Logo em seguida à essa afirmação, é ressaltada a importância dos estudos de campo como parte da própria consulta:

A fase de realização dos levantamentos de campo para elaboração dos estudos de viabilidade técnica-econômica e ambientais se presta justamente à coleta de informações in loco, para serem consolidadas e divulgadas posteriormente para todos os interessados, incluindo os próprios índios. Portanto, impedir a realização de estudos, que tem como objetivo conhecer a região e diagnosticar os impactos do futuro empreendimento, contrariaria a própria convenção, uma vez que esta determina que a consulta deve ser livre, prévia e, principalmente, informada (Blog “Usinas do Tapajós”, 2013).

A disposição do conteúdo dessa forma, nos revela uma estratégia de apontar a realização dos estudos como algo importante, por causa da própria consulta prévia que necessita de informações bem fundamentadas. A forma como o discurso está organizado nos mostra que a reivindicação de um direito dos povos indígenas é utilizada de maneira estratégica para justificar e legitimar os estudos de viabilidade técnica-econômica e ambientais que na verdade são exigidos por lei para a se obter a licença prévia<sup>61</sup> (LP), que faz parte do processo de licenciamento ambiental, obrigatório para o andamento dos projetos hidrelétricos.

Nesse artigo, a imagem dos indígenas é construída associada à ações ilícitas, como sequestros e roubos de pesquisadores, de maneira que as reivindicações feitas pelas etnias são enfraquecidas em comparação com a necessidade de suprir a “*demandas que tem previsão de aumento em linha com o crescimento econômico*” e com a boa vontade do governo em dialogar para resolver a questão. Essa imagem é reiterada em vários outros conteúdos do site e do blog como vemos na seguinte manchete: “*Indígenas Munduruku invadem sede do consórcio Diálogo Tapajós e depredam placa institucional*”<sup>62</sup>

O título do artigo descrito em forma interrogativa, deixa implícito que a resposta para “*necessidade de regulamentação ou de interpretação da legislação existente?*” é a má interpretação da legislação pelos indígenas e apoiadores, que ainda é colocada como entrave para a continuação do processo de planejamento dos projetos como vemos em: “*O sequestro*

---

<sup>60</sup> Grifo da autora.

<sup>61</sup> Licença Prévia (LP): deve ser solicitada ao IBAMA na fase de planejamento da implantação, alteração ou ampliação do empreendimento. Essa licença não autoriza a instalação do projeto, e sim aprova a viabilidade ambiental do projeto e autoriza sua localização e concepção tecnológica. Além disso, estabelece as condições a serem consideradas no desenvolvimento do projeto executivo. (IBAMA, 2015)

<sup>62</sup> Site do Grupo de Estudos Tapajós, 2013.

*levou à interrupção dos estudos, o que também pode impactar as previsões de leiloar a UHE São Luiz do Tapajós”.*

Percebemos que o discurso dos membros das etnias indígenas é bastante divergente com o discurso do governo e das empresas, o que demonstra um conflito intenso pela produção de sentido sobre hidrelétricas, diálogo e natureza, no qual o capital simbólico requerido pelos agentes é o capital comunicacional, com maior acúmulo pelo lado das empresas/governo que exercem um poder simbólico com os indígenas, inscrevendo pautas na esfera pública e produzindo verdades midiáticas para o restante da sociedade, na busca do apoio e legitimação das suas ações.

## 5.2 DISPUTAS DE PODER PELO “BEM DA NAÇÃO”: A POSITIVAÇÃO DOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E MELHORIA DE VIDA PARA A LEGITIMAÇÃO DOS PROJETOS HIDRELÉTRICOS NO TAPAJÓS

Após a análise dos materiais de comunicação do Grupo de Estudos Tapajós (Matérias jornalísticas, artigos, áudios, vídeos, fotografias, cartilhas, site e blog), das entrevistas com os agentes do campo e dos materiais desenvolvidos pelos movimentos sociais, bem como os resultados obtidos nas entrevistas de campo, percebemos a configuração de um campo de força em permanente disputa pelos projetos hidrelétricos do rio Tapajós, seja pela sua legitimação ou negação. Para a produção dos sentidos sobre o Complexo Hidrelétrico, o poder simbólico é exercido mediante a acumulação do capital simbólico, que neste caso se trata do capital comunicacional, permitindo que um grupo de agentes tenha maior influência no campo sobre outros grupos de agentes.

Assim, fica evidente que as empresas do GET e o Estado (Governo Federal) possuem um grande capital comunicacional e também capital financeiro que subsidia a produção do sentido positivo sobre a construção das UHE São Luiz do Tapajós e UHE Jatobá. Os argumentos utilizados estão direcionado à dimensões territoriais e públicos distintos, e a difusão dos conteúdos possui uma abrangência muitas vezes maior do que o conseguido pelos demais agentes do campo. Para isso são utilizadas estratégias de compartilhamento de conteúdos entre as empresas, o governo e outras mídias corporativas, possibilitando a divulgação dos conteúdos entre os seus canais de comunicação. Então uma notícia sobre

'benefícios das hidrelétricas na Amazônia' que é veiculada no site *Canal Energia*<sup>63</sup>, por exemplo, é replicada no site e/ou blog do Diálogo Tapajós.

Além do poder simbólico, essa aliança é possível pelo poder político e financeiro das empresas, que apesar de autônomas no campo, possuem forte relacionamento harmonioso e parceiro com o governo federal, evidenciado através da convergência entre o discurso de ambos, no qual prevalece a segurança energética para o desenvolvimento econômico do país, em detrimento das minorias (comunidades locais e indígenas), que mesmo assim são colocados em um contexto de melhoria de vida após a instalação dos projetos, como resumido no trecho de um artigo do Blog 'Usinas do Tapajós': “*estamos diante de um projeto que poderá atender 20 milhões de residências, contribuir para o desenvolvimento econômico do país e assegurar vida digna a milhões de brasileiros*”<sup>64</sup>.

O custo alto feito para viabilizar o projeto 'Diálogo Tapajós' demonstra o poder financeiro das nove empresas associadas ao GET, com despesas de contratação de pessoa jurídica de São Paulo (produtoras e agências de publicidade) para a criação e produção de todos os materiais de comunicação utilizados nas ações. A montagem de dois escritórios locais em Itaituba e Jacareacanga, com a contratação de vários membros das equipes, e as ações de visitação nas comunidades, também demonstram um alto capital financeiro injetado no projeto para atender a fase dos estudos.

Em contraposição, as ONG's com os movimentos sociais têm pouco capital comunicacional, e necessitam sempre de apoio financeiro para a produção de materiais de comunicação, além do alcance das suas produções ser bem mais restrito territorialmente do que dos agentes dominantes, mesmo que hajam materiais divulgados na internet. E como tática para enfrentar o conflito com a produção dos sentidos positivos dos agentes empresariais, vários movimentos sociais também se reúnem em grupos, como a *Aliança Tapajós*, que permite uma maior força para a mobilização das ações e produção de materiais de comunicação como as cartilhas.

Percebemos que o conflito entre as afirmações dos conceitos dos agentes, se dá de forma relacional, através da divergência, convergência ou indiferença aos sentidos produzidos no campo, e no caso dos movimentos sociais essa tomada de posição em relação aos conceitos fabricados pelos agentes dominantes, é utilizada como tática para o enfrentamento do conflito.

---

<sup>63</sup> Disponível em <http://canalenergia.com.br>

<sup>64</sup> Trecho do artigo “Hidroeletricidade no Brasil: caso UHE Tapajós”, publicado no Blog 'Usinas Tapajós' em 2014.

Então enquanto os agentes empresariais afirmam que o novo conceito de usina-plataforma para a construção das hidrelétricas será um vetor de preservação ambiental, os movimentos sociais rechaçam essa proposta caracterizando o povo do Tapajós como “cobaias” de uma experiência que nunca foi testada. Outro exemplo é sobre as visitas às comunidades locais pelas equipes do 'Diálogo Tapajós', que para o agente empresarial é uma ação dialógica e inclusiva, com troca de informações e comunicação entre o projeto e os moradores das vilas. Porém, a representação feita pelos agentes dos movimentos sociais, sobre as palestras e reuniões simbolizam apenas transmissão de informação e imposição de decisões já tomadas pelos representantes do governo.

Taticamente a escolha dos conteúdos produzidos pelos movimentos sociais é feita com base nas pautas definidas pelos agentes empresariais, mostrando o embate de significados em cada categoria disposta no campo comunicacional.

O poder político do agente empresarial, dominante no campo, estabelece-se pela convergência com o discurso governamental e o objetivo fim, que é a construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós. Essa relação fortalece as empresas politicamente e legitima o seu trabalho. Além disso, vale destacar que dentro do grupo formado pelas empresas do GET, estão duas empresas públicas, sendo uma delas a coordenadora do grupo.

Para a sociedade brasileira (público geral) situada em 'todo' o Brasil (dimensão nacional) o discurso das empresas e do governo se constitui da necessidade de suprimento da demanda futura de energia para o desenvolvimento econômico do país, sendo um desenvolvimento sustentável, utilizando uma tecnologia que o país domina (usinas hidrelétricas), contribuindo para a geração de energia limpa, com preservação da natureza, atendendo a indústria, mas principalmente a necessidade residencial, em um processo dialógico e de respeito as direitos das minorias, realizado em uma região rica e abundante de riquezas naturais inesgotáveis e sem a presença humana ('vazio humano'). Com esses argumentos em uma construção ora emotiva, ora racional, busca-se o apoio para a ação futura da construção das usinas no Tapajós, desde a fase dos estudos.

Os agentes indígenas, bem como as associações locais que os representam possuem menos capital comunicacional ainda e conseqüentemente, menos força no campo de conflitos, já que possuem baixo poder de produção de conteúdos de comunicação em formato físicos, impressos, vídeos, digitais, valendo-se mais de comunicações pessoais e orais (palestras e

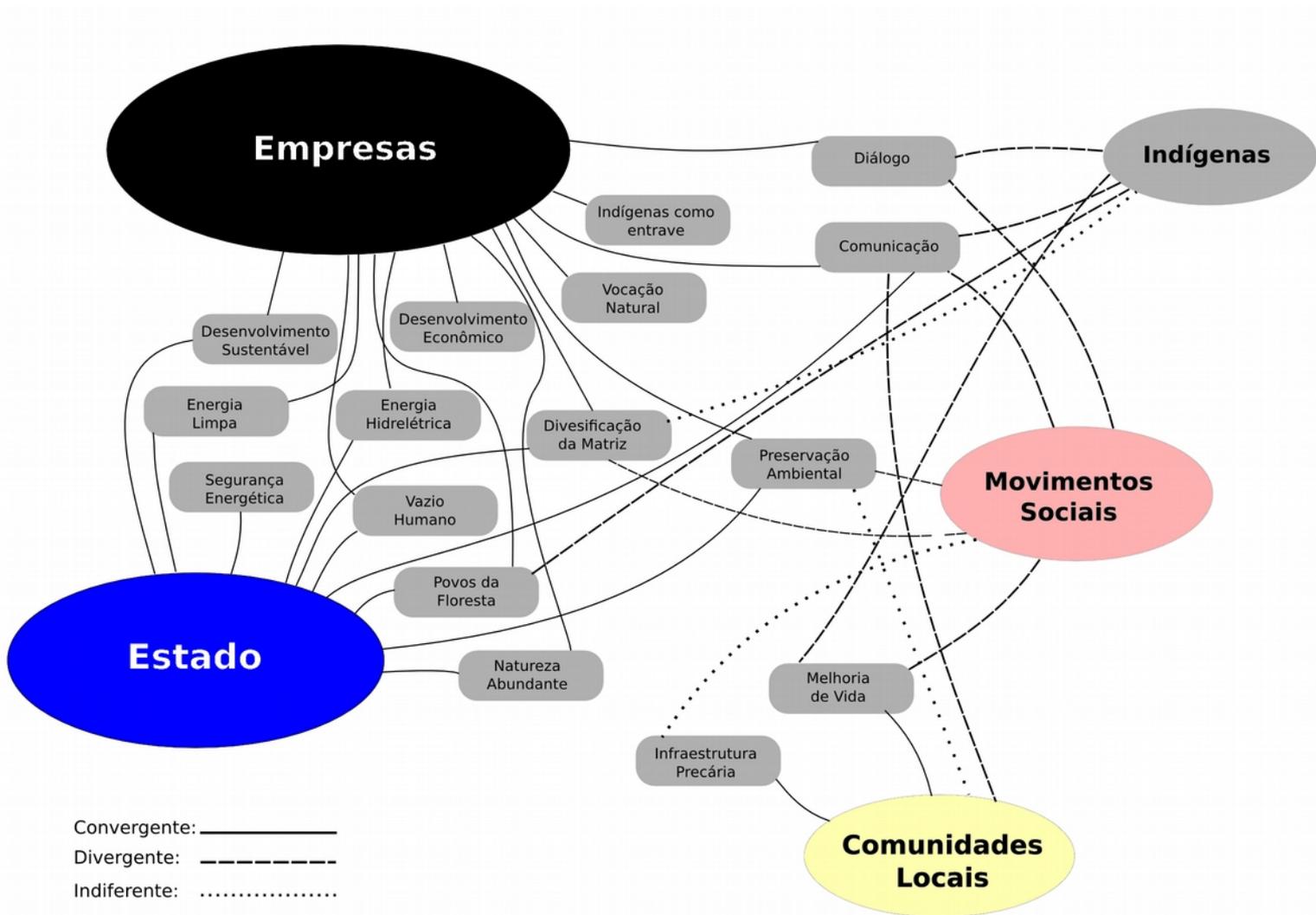
conversas) com os integrantes das aldeias e membros de outras aldeias, para reiterar as suas posições contrárias a construção das barragens e em favor à preservação do rio Tapajós.

Já com relação ao grupo de agentes que representam as comunidades locais, diferentemente dos indígenas e ONG's o capital comunicacional é ainda mais baixo, sendo que estes é um dos grupos que mais sofre efeitos do campo, já que são o público prioritário do 'Diálogo Tapajós'. Esse grupo de agentes, que chamaremos aqui de agentes comunitários, recebem a informação do projeto, ressignificam e até criam táticas para se posicionarem melhor no campo, quando alcançam meios materiais para produzirem e veicularem a sua comunicação de forma articulada e organizada. Como exemplo de ação tática foi a criação de demandas e reivindicações por melhorias dos moradores da vila de São Luiz do Tapajós, escritas em uma carta coletiva e entregue ao Ministério Público de Santarém que acompanha os projetos.

Então com o aumento substancial da notoriedade da comunidade, por conta dos projetos das usinas, os moradores decidiram pautar as suas reivindicações por melhoria de vida, mas não como processo integrante dos estudos socioeconômicos, e sim de forma independente, mas aproveitando taticamente a oportunidade vislumbrada.

Na figura abaixo, podemos visualizar o gráfico das categorias analisadas pelo discurso empresarial e suas relações com os principais agentes do campo.

Figura 43 - Relação dos agentes e conceitos.



Fonte: Elaboração própria (2014).

## 6. CONCLUSÕES

Neste trabalho sobre as relações de poder do planejamento e execução de usinas hidrelétricas na Amazônia, especificamente a UHE São Luiz do Tapajós e UHE Jatobá, integrantes do projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, buscamos estabelecer abordagens interdisciplinares que nos permitissem uma análise no horizonte de diversos

campos e agentes sociais. Com enfoque no âmbito da comunicação, conseguimos vislumbrar um processo tenso e conflituoso envolvendo agentes com vários tipos e quantidades de capitais com distintos posicionamentos e estratégias dentro do campo do planejamento das barragens no rio Tapajós e com interesses divergentes.

A região Amazônica passou por diversas transformações que ocorreram nas últimas décadas e que fortaleceram a ação do capital junto às ações do Estado em uma estratégia que vai do regional ao nacional e internacional. A autonomia que o Estado tem de governar e tomar decisões sobre essa região é questionável por conta da força do capital na pressão pela implantação dos grandes projetos de infraestrutura como hidrelétricas, mineradoras, portos e estradas.

Dentre a estratégia de aumento da oferta de energia no país, a Amazônia é vista como região prioritária, principalmente para a produção hidrelétrica. No entanto os projetos são permeados por conflitos que se intensificaram ao longo do tempo pelo fortalecimento do debate ambiental na sociedade. Assim, o planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós é permeado por novas estratégias de agentes opositores, criadas após do histórico recente e também conflituoso do projeto da usina Belo Monte, no Pará.

Pelo lado das empresas e do Estado, criou-se um novo conceito para os projetos hidrelétricos, chamado de “usinas plataforma”, que intensamente busca legitimar a retórica da preservação ambiental associada às usinas, na tentativa de atualizar a discussão que até então possui suas principais críticas na degradação ambiental, social e cultural causada pela implantação das barragens. E pelo lado dos movimentos sociais, indígenas, e em certa medida pelas comunidades locais, existe um posicionamento explícito em defesa do rio Tapajós, totalmente contrário e divergente à realização dos projetos, com táticas de alianças e parcerias para o fortalecimento dos grupos de agentes com menos força dentro do campo em disputa.

A ação empresarial demonstrou primeiramente uma forte parceria com o Estado, pelo compartilhamento do mesmo discurso dominante de desenvolvimento sustentável, energia limpa, preservação ambiental, segurança energética, vocação natural aliados aos projetos hidrelétricos. Os discursos e fatos que se contrapunham a esse cenário, eram desconsiderados ou contra-argumentados.

As empresas e o Estado tentam consolidar uma retórica sobre a efetivação do diálogo com a sociedade, incluindo comunidades locais e indígenas, através de um processo inclusivo, no qual as pessoas têm voz e podem argumentar para chegarem à um consenso sobre o que

está em discussão, na forma como se estabelece a razão comunicativa em Habermas (1999), mas na prática não ocorre um processo dialógico de comunicação e sim uma transmissão de informações completamente parciais, que afirmam para convencer o que já está decidido, na busca pelo consenso racional instrumental, no qual os fins (progresso do país, crescimento econômico, segurança energética), justificam os meios (barramento do rio, deslocamento e desestruturação de famílias e culturas, degradação ambiental).

Existe um predomínio do Estado e das Empresas em relação à sociedade no processo de comunicação, demonstrado através da desigual produção e transmissão de informações de um lado, e recepção de informações de outro, com poucas possibilidades de enfrentamento pelo viés comunicacional no mesmo nível, já que os próprios agentes hegemônicos criam estratégias para vetar as formas de comunicação dos demais, ao não disponibilizarem meios para que as comunidades locais e os indígenas possam enfrentar o conflito através da produção de comunicação. Outra evidência que nos permite concluir a retórica do diálogo como falaciosa é a exclusão dos indígenas como público-alvo do projeto 'Diálogo Tapajós', apesar de serem pautas frequentes em suas publicações, e em diversas vezes com ressaltos sobre o diálogo entre o governo e indígenas. Não há democratização do espaço midiático, tampouco diálogo efetivo entre Estado e sociedade. O que ocorre é um repasse de informações para a sociedade, de acordo com a visão e os interesses das empresas. A conotação sobre os projetos hidrelétricos é sempre positiva e os impactos ambientais e sociais são minimizados ou simplesmente omitidos.

Essa retórica positiva sobre os projetos hidrelétricos tem um evidente objetivo de legitimar a ação empresarial de implantação das usinas no rio Tapajós, através da formação de uma opinião pública convergente ao discurso produzido pelos agentes hegemônicos, na busca por um apoio da sociedade em geral, através da mídia. Essa busca por legitimidade através da produção discursiva com a mídia corporativa e pelo apoio da opinião pública, não se restringe ao âmbito local, fazendo parte de uma estratégia global. Os principais canais de informação do grupo de estudos Tapajós, o site e o blog, exemplificam esse direcionamento estratégico ao notarmos que os conteúdos podem ser traduzidos para a língua inglesa e espanhola. Então, a estratégia econômica de implantação de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia é global, bem como as estratégias discursivas midiáticas sobre a formação de uma opinião pública convergente aos interesses empresariais.

A transparência pública, regulamentada pela lei 12.527 também não representa o efetivo direito à informações públicas, de interesse público ou relativas aos projetos públicos, como foi constatado pelo acesso à informação negado pela ELETROBRAS<sup>65</sup> referente a indagação sobre os valores gastos com a implantação do projeto 'Diálogo Tapajós' resultantes de despesas com recursos humanos, material de consumo, permanente e pessoa jurídica, sob a alegação amparada por lei, de que essas informações possuem caráter estratégico para a competitividade da empresa, e portanto não podem ser divulgadas.

Mesmo assim, sabemos que o investimento feito foi alto e isso demonstra o artifício de injetar recursos na área da comunicação para buscar a legitimação e apoio das comunidades locais para a construção dos projetos, minimizando ou enfraquecendo os movimentos sociais “anti-barragens”. Por isso a escolha da estratégia de implantação de um grande projeto de comunicação na fase anterior ao licenciamento ambiental, conduzindo e preparando a sociedade para o consenso e apoio aos projetos durante as audiências públicas reduzindo os reflexos dos demais agentes minoritários. Vale ressaltar que até o planejamento de UHE Belo Monte, os projetos de comunicação eram implementados apenas nas fases posteriores aos estudos, quando eram realizadas as audiência públicas e começo das obras.

As ações de comunicação do GET possuem vários públicos e vários objetivos. Aquelas direcionadas à sociedade em geral, regional, nacional e internacional, têm uma meta em formar e influenciar a opinião pública para o apoio aos projetos. Já as ações diretas com as comunidades locais e ribeirinhos, utilizando na maioria das vezes materiais impressos como cartilhas e folders, possuem um objetivo mais focado na desarticulação dos possíveis movimentos opositores e contrários ao projetos, como ribeirinho, movimentos sociais, indígenas, e outros. No entanto, algumas premissas são inerentes à todas as estratégias de atuação, pois a natureza informativa da comunicação está presente nos dois casos, bem como a ausência de mecanismos de diálogo entre o público e o produtor das mensagens. Esse posicionamento faz parte da estratégia de legitimação e positivação dos projetos hidrelétricos através da produção discursiva.

Mesmo com um vultuoso investimento em comunicação com as comunidades locais e sociedade regional sobre as usinas do CHT, não há uma livre participação dos indivíduos na esfera pública para a tomada de decisão dos projetos, pois o domínio econômico (interesse das empresas) continua a prevalecer em cima do social. Essa esfera pública não é um local de legitimação da vontade coletiva e sim um espaço de disputa de poder pela legitimação das

<sup>65</sup> Ver pedido de acesso à informação e resposta da ELETROBRAS no anexo D.

posições das empresas e do Estado, que são os agentes mais dominantes no campo, através da influência e persuasão aos outros agentes dominados.

Apesar de haver grande diversidade e divergência nos conteúdos produzidos sobre os projetos hidrelétricos, incluindo produções científicas, já que muitos pesquisadores do meio acadêmico divergem sobre os reais impactos causados pelas hidrelétricas e outras fontes de energia, ainda existe uma tentativa de legitimação e consolidação do discurso de “energia limpa e sustentável”. As publicações que forem veiculadas com divergência desse discurso são ignoradas ou divulgadas em meio mais restritos do que aqueles da mídia corporativa que atinge massivamente grande parte da população do país. A opinião pública ainda está formada no sentido de considerar a usina como uma vocação natural do país, e especialmente da Amazônia, uma energia limpa e renovável e com pouco impacto ambiental, com relação à demais fontes, sendo necessário para o progresso e desenvolvimento do Brasil, mesmo que hajam pesquisas que mostrem o contrário. As opiniões divergentes têm pouco espaço nos meios tradicionais e nenhum nos meios institucionais das empresas envolvidas com os estudos de viabilidade.

O planejamento e execução dos projetos hidrelétricos, bem como outros grandes projetos de desenvolvimento inseridos em uma lógica neoliberal, ratificam um processo colonialista ou neocolonialista da Amazônia que é ressignificada como um vazio humano, uma região com abundância de recursos naturais que são inesgotáveis, e portanto, pode e deve ser ocupada e apropriada para que o país consiga buscar o seu progresso. As vozes das populações amazônicas que são as maiores afetadas com os impactos ambientais, sociais e culturais resultantes das barragens, continuam sem eco e reverberação na esfera pública. As estratégias discursivas criadas pelos agentes dominantes são tão bem elaboradas e difundidas que constroem uma imagem de racionalidade instrumental que destaca desigualmente muitos pontos positivos e benefícios para “todo o país” e poucos pontos negativos para uma pequena minoria que poderá ainda se beneficiar com o deslocamento compulsório e a desestruturação do seu modo de vida. Muitos dos agentes dominados dentro do campo de forças, são representados como irracionais ou com pouco bom senso para a tomada de decisões, fortalecendo as desigualdades nas estratégias discursivas das empresas e do Estado em relação aos demais agentes.

A mídia corporativa e institucional ocupa papel central no processo de colonialismo da Amazônia com a implantação de grandes projetos. Por isso, houve a mudança na estratégia de

comunicação para o Complexo Hidrelétrico do Tapajós, que antecipou as ações de divulgação e produção de conteúdos, para a etapa de planejamento, ou seja, durante os estudos de impacto ambiental e viabilidade econômica, na busca de se anteciparem aos conflitos e debates divergentes, contrários às usinas, buscando a criação de uma opinião pública favorável e apoios das comunidades locais durante a fase das audiências públicas. Porém, os movimentos sociais, indígenas e ribeirinhos, também se anteciparam à discussão promovendo debates, palestras, encontros e distribuindo algum material de comunicação. Mesmo assim, as relações de poder entre as empresas e o Estado com a sociedade ainda não fortemente desiguais, principalmente ao que tange o processo e a produção de comunicação sobre as usinas.

Vale ressaltar ainda que os pontos destacados nesta conclusão são apenas alguns apontamentos vislumbrados neste processo de pesquisa através de um recorte feito sob um ponto de vista dentre uma gama de possibilidades de análise que esse tema tão rico nos possibilita. O projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós é a maior “aposta” do governo federal para o aumento da geração de energia no país, e os esforços são imensos para a legitimação dos conceitos positivos a cerca das usinas, no entanto, os movimentos sociais, os indígenas e vários membros de comunidades locais estão posicionados de maneira muito firme pela reivindicação dos seus direitos e pela manutenção da biodiversidade da região do Tapajós. O conflito é grande, intenso e permanente.

Dessa forma, como sugestão para pesquisas futuras acreditamos ser fundamental alguns enfoques:

- Aprofundamento da análise das relações de força com enfoque nas ações indígenas, suas relações e articulações com outros agentes no campo.
- Estudo de recepção com integrantes das comunidades que participaram das ações do “Diálogo Tapajós”, para complementar a pesquisa com uma nova abordagem, deixando as empresas e passando aos ribeirinhos.
- Estudo político-econômico, para o aprofundamento das relações internacionais que são o 'pano de fundo' do debate sobre a demanda por energia no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. **Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento.** In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; CASTRO, E. Energia na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará; Associação das Universidades Amazônicas, 1996. v. 1.

ANEEL. **Relatório ANEEL 2012.** Agência Nacional de Energia Elétrica. Brasília: ANEEL, 2013.

ASSAD, L. **Matriz energética diversificada é opção mais segura para o país.** São Paulo: Ciência e Cultura, vo. 63, n. 02, 2011. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252011000200003&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252011000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 16 abr. 2014.

BARBERO, J. M. **Dos meios às mediações – Comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

BOURDIEU, P. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **O campo econômico.** Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 119, set. 1997, p. 48-66. Tradução de Suzana Cardoso; Cécile Raud-Mattedi. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930/1697>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia.** Lisboa: Les editions de minuit, 1984.

CASTRO, E. M. R. de. **A Amazônia e seu lugar central na integração sul-americana.** In: NASCIMENTO, D. M. Relações internacionais e defesa na Amazônia. Belém: NAEA, 2008. p. 21-45

\_\_\_\_\_. **Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia.** Belém: UFPA; NAEA, 2005. v. 8, n. 2, p. 5-39 (Cadernos NAEA).

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1, artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CICCANTEL, P. **Globalização e desenvolvimento baseado em matérias-primas: o caso da indústria do alumínio.** Belém: UFPA; NAEA, 2005. v. 8, n. 2, p. 41-72 (Cadernos NAEA).

COLARES, F. A. P. **Barragens: consequências sobre as populações de mamíferos aquáticos da Amazônia.** In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; CASTRO, E. Energia na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará; Associação das Universidades Amazônicas, 1996. v. 1.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: UNIC, 2008.

DUARTE, J., BARROS, A. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010.

DUTRA, M. S. **A natureza da mídia: os discursos da TV sobre Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

FAUSTO NETO, Antônio. **Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos**. Diálogos possíveis (FSBA), v.6, 2007.

FAUSTO NETO, Antônio; ALLI, Flávia; BOZZETTO, Laís Prestes; ISAIA, Letícia Sarturi; VELLEJOS, Maitê Alves; ROCHA, Sibila. **(Re)visitando os conceitos de contrato de leitura: Uma proposta de entendimento dos pontos de vínculo entre emissor/receptor da sociedade dos meios para sociedade midiaticizada**. Disc. Scienti. Série: Artes, Letras e Comunicação, v.10, n.1, p. 15-25, 2009.

FEARNSIDE. P. M. **Gases de Efeito Estufa no EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte**. Belém: UFPA; NAEA, 2011. v. 14, n. 1, p. 5-19 (Cadernos NAEA).

\_\_\_\_\_. **As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fonte de gases de efeito estufa**. Belém: UFPA; NAEA, 2009. v. 12, n. 2, p. 5-56 (Cadernos NAEA).

FENZL, N.; CANTO, A.; VINICIUS, M. A Evolução do Setor Energético e o Desenvolvimento Sócio-econômico nos Estados da Amazônia. In: COELHO, M. C. N; SIMONIAN, L; FENZL, N. (Org.). Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão de Recursos Naturais. Belém: CEJUP, 2000. p. 245-286

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GAYOSO, Solange. **Habitação e redes sociais: a lógica do uso da casa em ocupações urbanas**. Belém: UFPA; NAEA, 2009. n. 256, (Papers do NAEA).

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados. Terra e Água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA; ULBRA, 2003.

HABERMAS, J. **Teoría de la Acción Comunicativa, I**. Madrid: Taurus, 1999.

\_\_\_\_\_. **Teoría de la Acción Comunicativa, II: crítica de la razón funcionalista**. Madrid: Taurus, 1999

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Tradução de Flávio Köthe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HERNÁNDEZ, F. M.; MAGALHÃES, S. B. **Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso Belo Monte.** Belém: UFPA; NAEA, 2011. v. 14, n. 1, p. 79-96 (Cadernos NAEA).

JÚNIOR, W. C. de S. (Org.) **Tapajós: hidrelétricas, infraestrutura e caos: elementos para a governança da sustentabilidade em uma região singular.** 1 ed. São José dos Campos: ITA/CTA, 2014.

KEMENES, A.; FORSBERG, B.; MELACK, J. **As hidrelétricas e o aquecimento global: emissão de metano e gás carbônico é elevada em usinas do trópico.** Ciência hoje. vol. 41. n. 245.

LIMA, R. L. A. de. **Vozes em cena: análise das estratégias discursivas da mídia sobre os escândalos políticos.** Belém: FADESP, 2010.

LOPES, M. I. Vassalo de. **Pesquisa em comunicação.** ed. 9. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

MARTINO, L. C. **Abordagens e representação do campo comunicacional.** Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, v. 3, n. 8, p. 33-54, nov. 2006.

MASSONI, S. **Estratégias de comunicación: tiempo de investigarnos vivos.** Revista Comunicación y Sociedad, n. 37. Univ. de Guadalajara, México.

MATOS, H. E; NOBRE G. F. **Comunicação pública e comunicação política: por uma interação entre cidadania e democracia.** Revista Organicom, v.10, n.19, 2º sem. 2013.

NASCIMENTO, S. M. **Usina Hidrelétrica de Belo Monte.** Belém: NAEA, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT.** Brasília: OIT, 2011.

RODRIGUES, A. D. **Estratégias da Comunicação. Questão comunicacional e formas de socialidade.** Lisboa: Editorial Presença, 1990.

\_\_\_\_\_. **Processos cognitivos e estratégias de comunicação.** In: Revista do Centro de Estudos Judiciários, nº 7 (2º Semestre 2007), 191-214.

SANTANA, F. S.; PARENTE, T. G. **Usina hidrelétrica no Tocantins e sujeitos na construção da consciência jurídica: o reassentamento Córrego Prata in Porto Nacional (TO).** Belém: UFPA; NAEA, 2013. v. 16, n. 2, p. 121-148 (Cadernos NAEA).

SIEBEN, A. **“Estado e política Energética: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela usina hidrelétrica de Estreito”.** Uberlândia: UFU, 2012.

SANTOS, G.M.; MÉRONA, B. **Impacto imediatos da UHE Tucuruí sobre as**

**comunidades de peixe e a pesca.** In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; CASTRO, E. Energia na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará; Associação das Universidades Amazônicas, 1996. v. 1.

VARGAS, M.A; HASS, M. GEVERSON, A. **Conflitos sociais e consensos no processo de construção da usina hidrelétrica Foz do Chapecó.** Belém: UFPA; NAEA, 2011. v. 16, n. 2, p. 149-168 (Cadernos NAEA).

VERÓN, Eliseo. **A produção do sentido.** São Paulo: Cultrix, 1980.

\_\_\_\_\_. **Fragmentos de um tecido.** São Leopoldo: Unisinos, 2004.

#### **Periódicos e sites:**

ALERTA EM REDE. **“Eletrobras desmente que hidrelétricas tropicais sejam mais poluentes”.** Disponível em <<http://www.alerta.inf.br/eletrobras-desmente-que-hidreletricas-tropicais-sejam-mais-poluentes/>>. Acessado em 20 dez de 2014

CEPEL. **Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas.** Ministério de Minas e Energia, CEPEL. – Rio de Janeiro : E-papers, 2007

**Operador Nacional do Sistema Elétrico.** Disponível em <HYPERLINK "<http://www.ons.org.br/>"<http://www.ons.org.br/>>. Acesso em: 10 de mar. 2014

**Blog “Usinas do Tapajós”.** Disponível em: <<http://www.usinasdotapajos.com.br/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

**Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico.** Ministério de Minas e Energia. Disponível em<HYPERLINK "[http://www.mme.gov.br/see/galerias/arquivos/Publicacoes/Boletim\\_de\\_Monitoramento\\_do\\_Sistema\\_Elctrico\\_-\\_Janeiro2014.pdf](http://www.mme.gov.br/see/galerias/arquivos/Publicacoes/Boletim_de_Monitoramento_do_Sistema_Elctrico_-_Janeiro2014.pdf)"[http://www.mme.gov.br/see/galerias/arquivos/Publicacoes/Boletim\\_de\\_Monitoramento\\_do\\_Sistema\\_Elctrico\\_-\\_Janeiro2014.pdf](http://www.mme.gov.br/see/galerias/arquivos/Publicacoes/Boletim_de_Monitoramento_do_Sistema_Elctrico_-_Janeiro2014.pdf)>. Acessado em 08 de mar. 2014.

**Cartilha Estadual – Pará. 10º Balanço PAC 2.** Ministério do Planejamento. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/22b7111048102f064e0afd5a98408d97.pdf>>

**Cartilha “Um novo conceito em hidrelétricas”.** ELETROBRAS. Disponível em <[https://docs.google.com/file/d/0B8wNLFC5yN3INzdiZTM4NWYtYzUyMS00YzAwLWI4OTktYmVkdWQxNjdnNGRh/edit?hl=pt\\_BR&pli=1](https://docs.google.com/file/d/0B8wNLFC5yN3INzdiZTM4NWYtYzUyMS00YzAwLWI4OTktYmVkdWQxNjdnNGRh/edit?hl=pt_BR&pli=1)> Acesso em: 20 jan. 2014.

**G1 Notícias.** Grupo Globo. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/09/governo-adia-leilao-de-hidreletrica-no-rio-tapajos-previsto-para-dezembro.html>>

**Grupo de Estudos do Tapajós. Diálogo Tapajós.** Disponível em: <<http://www.grupodeestudostapajos.com.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA).** Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 03 jan. 2015

**Iniciativa para la integración de la infraestructura regional suramericana (IIRSA).** Disponível em <<http://www.iirsa.org>>. Acessado em 10 de novembro de 2014.

**Plano Decenal de Expansão de Energia 2022.** Disponível em: <HYPERLINK "[http://www.mme.gov.br/see/galerias/arquivos/Publicacoes/Boletim\\_de\\_Monitoramento\\_do\\_Sistema\\_Eltrico\\_-\\_Janeiro2014.pdf](http://www.mme.gov.br/see/galerias/arquivos/Publicacoes/Boletim_de_Monitoramento_do_Sistema_Eltrico_-_Janeiro2014.pdf)"[http://www.mme.gov.br/see/galerias/arquivos/Publicacoes/Boletim\\_de\\_Monitoramento\\_do\\_Sistema\\_Eltrico\\_-\\_Janeiro-2014.pdf](http://www.mme.gov.br/see/galerias/arquivos/Publicacoes/Boletim_de_Monitoramento_do_Sistema_Eltrico_-_Janeiro-2014.pdf)>. Acessado em 09 de mar. 2014

**Portal da UFPA.** UFPA em séries. Disponível em <<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=8862>>. Acessado em 10 de ago. 2014

**Matriz Energética Nacional 2030** / Ministério de Minas Energia; colaboração Empresa de Pesquisa Energética . \_ Brasília : MME : EPE, 2007. p. 254

**Ministério Público Federal.** Procuradoria da República no Pará. Disponível em <<http://www.prpa.mpf.mp.br/governo-tenta-restringir-consulta-previa-da-usina-sao-luiz-do-tapajos.-mpf-aponta-desobediencia-a-ordem-judicial>> Acessado em 10 de nov. 2014

**11º Balanço Completo do PAC 2 – 4 ano (2011 – 2014).** Ministério do Planejamento. <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/f9d3db229b483b35923b338906b022ce.pdf>>

#### **Leis:**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

**LEI no 9.478, de 6 de agosto 1997**

# APÊNDICE

## APÊNDICE A – Lista de reportagens publicadas no ano de 2013 no Site e no Blog

<b>Título das Matérias - Blog “Usinas do Tapajós” - ANO 2013</b>
A importância das hidrelétricas para o país, na visão da Eletrobras
Belo Monte, a terceira maior usina hidrelétrica do mundo
Bem-vindo ao blog Usinas do Tapajós
Brasil: Energia como um caminho para o desenvolvimento, por Paulo Cesar Esmeraldo
Brasil precisa pensar em hidrelétricas com múltiplas funções
Caminhos da Energia: da usina ao consumidor
Cerca de 80% da matriz energética brasileira são de fontes limpas e renováveis
Complementariedade hídrica: importante para planejar hidrelétricas
De onde vem a energia que utilizamos
Desenvolvimento exige expansão da oferta de energia
Eficiência Energética nas escolas
Eficiência Energética pode ganhar mais espaço nas universidades
Eletrobras debate usinas do Tapajós em audiência pública da OAB, em Santarém
Eletrobras Furnas conquista Prêmio Fundação Coge com programa de Gestão do Conhecimento
Eletrobras Procel lança livro que reúne conhecimento do setor de iluminação
Em entrevista, José Goldemberg revela que hidrelétricas impactam menos que agricultura na Amazônia
Energia e meio ambiente na Amazônia
Energia que Transforma
É preciso avançar com hidrelétricas – diz Tolmasquim ao Valor
Estudos ambientais são retomados no rio Tapajós

Estudos em Tapajós na reta final
Estudos em Tapajós trarão conhecimento científico detalhado da região
Hidrelétrica é a principal fonte de energia no País
Hidrelétricas da Região Norte são construídas com novo modelo
Iluminação da Barragem de Itaipu adere ao Outubro Rosa
Iluminação sustentável BR-040
Luis Nassif: As usinas-plataforma do rio Tapajós
Maior programa do mundo de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica é brasileiro
Maurício Tolmasquim, da EPE: Questão indígena é a mais difícil para o setor
Ministério do Meio Ambiente e a Agência Nacional de Águas fazem Pacto Nacional pela Gestão das Águas
Modelo elétrico brasileiro deve “servir de inspiração” à Europa
Na trilha da Energia, um raio x dos caminhos da eletricidade brasileira!
Na Trilha da Energia: Veja como são feitos os estudos ambientais de um complexo hidrelétrico!
Nota à Imprensa <sup>66</sup>
Nota de esclarecimento à Carta Capital <sup>67</sup>
Olho na água: estudos ambientais apuram a qualidade hídrica
Pelo rádio, moradores ficam a par dos estudos das usinas do Tapajós
Potencial energético brasileiro
Prédios sustentáveis movimentam mais de R\$13 bilhões no Brasil
Sistema que alerta consumidores sobre custo de energia só começa a valer em 2015
Troca de lâmpadas incandescentes no Brasil será gradativa até 2017

<sup>66</sup> Nota desmentindo a informação de que um pesquisador invadiu uma terra indígena, conforme informado pelo Conselho Indigenista Missionário no dia 06 de setembro de 2013

<sup>67</sup> Nota desmentindo o veículo “Carta Capital” que publicou matéria sobre possíveis irregularidades ocorridas no processo do planejamento, bem como informando que os projetos beneficiam uma pequena elite em detrimento de diversas comunidades indígenas

Usina Candiota I vira centro cultural
Usina-Platarforma, uma ideia brasileira!
Veja como calcular o consumo de energia do chuveiro elétrico
Você sabia que a Eletrobras tem um Dicionário da Energia Elétrica?
Você sabia que a preocupação pela eficiência energética em edifícios no Brasil cresceu 20% em 2013?
Você sabia que a Usina de Furnas (MG) entrou em operação há exatos 50 anos?
<b>Título das Matérias - Blog “Usinas do Tapajós” - ANO 2014</b>
Acadêmicos da Faculdade de Itaituba participam de palestra sobre hidrelétricas
Aneel divulga cartilha para economizar energia após horário de verão
Aneel: Quanto cada fonte de energia entregou ao país em 2013
Aproveite o carnaval com segurança
Ar mais puro com hidrelétricas
Árvores solares de LED carregam celulares e iluminam locais públicos
Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Tapajós é publicada
Belo Monte é tema de reportagem especial na Band
BNDES facilitará financiamento para geração solar
Brasil sem queimadas. É Brasil com mais energia!
Cancelamento do II Seminário Técnico
Capacidade instalada da usina é ampliada para 8.040MW, após a conclusão do EVTE e EIA-Rima
Comunidade Pimental ganha nova ponte
Copa do Mundo traz mais estrangeiros para Itaipu
Defesa dos reservatórios para o aproveitamento dos recursos hídricos é destaque no VI Smars

Diálogo Tapajós: Etapas de Implementação de uma hidrelétrica
Eco_Lógicas: concurso vai premiar estudantes em até US\$ 12 mil
EIA-Rima de São Luiz do Tapajós é entregue ao Ibama
Eletrobras Eletronorte investe em Pró-Equidade de Gênero e Diversidade
Eletrobras Eletronorte investe nas comunidades próximas a seus empreendimentos
Eletrobras Eletronorte lança 29 produtos de P&D no mercado
Eletrobras está entre as 100 marcas de maior prestígio no Brasil
Eletrobras Furnas desenvolve usina para gerar energia a partir do aproveitamento de ondas em alto-mar
Eletrobras: Sustentabilidade Reconhecida
Eletronorte divulga resultado de ideias externas aprovadas para P&D
Em energia elétrica, tarifa do Brasil está entre as mais baratas do mundo
Empresas da Eletrobras lideram ranking da capacidade instalada no país
Empresas fluminenses podem obter financiamentos para investir em eficiência energética
Energia hidrelétrica é mais segura e confiável
Energia limpa para hoje e amanhã
Etiqueta de eficiência energética passa a ser obrigatória em edifícios públicos federais
Fontes renováveis, uma opção sustentável!
Fórum P&D Energias do Futuro 2014
Governo Federal se reúne com lideranças Munduruku
Grupo de Estudos Tapajós entrega estudos de engenharia à Aneel
Grupo de Estudos Tapajós publica Sumário da Avaliação Ambiental Integrada
Grupo de Estudos Tapajós se reúne com moradores para apresentar dados do RIMA
Hidrelétrica ainda lidera na participação no mix elétrico
Iluminação: setor cresceu 4% em 2013

Ministro de Minas e Energia anuncia, entre as metas para 2014, mais 6 mil MW de energia elétrica
Plano de Trabalho para Estudo do Componente Indígena será apresentado em Itaituba
Por que construir a Usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós?
Por que construir usinas hidrelétricas no rio Tapajós?
Prefeito de Jacareacanga recebe Diálogo Tapajós
Presidente de Itaipu diz que usina-plataforma é o futuro da gestão hidrelétrica
Projeto Diálogos Tapajós
Revista Época: A clareza que nos falta em Belo Monte
Selo Procel, garantia de produtos mais econômicos!
Seminário de apresentação da AAI será em 6 de maio
Seminário vai debater Meio Ambiente e Responsabilidade Social do Setor Elétrico
Sumário da Avaliação Ambiental Integrada é apresentado em Itaituba
Tolmasquim: Belo Monte evitará emissões milionárias de CO2
Você sabe a diferença entre usinas com reservatório de regularização e fio d'água?
Você sabe o que é Smart Grid?
Você sabia que Eletrobras Eletronorte montou um banco genético com espécies florestais?

<b>Título das Matérias - Site “Grupo de Estudos Tapajós” - ANO 2013</b>
Ambientalismo e desenvolvimento, por José Goldemberg
Belo Monte – Nota à Imprensa
Eletrobras debate usinas do Tapajós em audiência pública da OAB, em Santarém
Estudos ambientais no Tapajós avançam

Estudos ambientais são retomados no rio Tapajós
Estudos em Tapajós trarão conhecimento científico detalhado da região
Expedição Tapajós leva pesquisadores à região amazônica para realizar estudos de impacto ambiental
Exterminadores do Futuro
Governo federal reafirma o diálogo com lideranças Munduruku sobre a consulta prévia
Governo Federal reúne-se com indígenas Mundurukus
Hidrelétricas no Brasil e a vitória do obscurantismo, por Ivan Dutra Faria
Indígenas Munduruku invadem sede do consórcio Diálogo Tapajós e depredam placa institucional
Ministro Gilberto Carvalho renova proposta de diálogo e negociação com lideranças Munduruku
Ministro Gilberto Carvalho responde carta de lideranças Munduruku ao governo federal
Nota à Imprensa <sup>68</sup>
Nota à imprensa – Especialistas sequestrados no Tapajós são libertados
Prossegue estudo ambiental no Tapajós sem ingresso em terras indígenas
Região do Médio Tapajós deve ter plano de desenvolvimento regional caso usinas sejam viabilizadas
Secretaria-Geral desmente versão de porta-vozes dos Munduruku
Secretaria-Geral reitera proposta de negociação com indígenas, mas exige a desocupação de Belo Monte
Usina-plataforma: a geração de energia aliada à preservação ambiental
<b>Título das Matérias - Site “Grupo de Estudos Tapajós” - ANO 2014</b>
Cancelamento do II Seminário Técnico
Comunicado à Imprensa <sup>69</sup>
Diferenças entre usinas com reservatório de regularização e fio d’água
Grupo de Estudos Tapajós entrega estudos de engenharia à Aneel

<sup>68</sup> Referente ao “sequestro” de biólogos da empresa Concremat Engenharia por índios Muduruku, na localidade de Mamãe-Anã

<sup>69</sup> Sobre o encerramento do prazo para as contribuições ao estudo de Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Tapajós

Grupo de Estudos Tapajós promove encontros para esclarecer informações sobre o Rima da AHE São Luiz do Tapajós
Grupo de Estudos Tapajós publica Sumário da Avaliação Ambiental Integrada
Plano de Trabalho para Estudo do Componente Indígena será apresentado em Itaituba
Seminário de apresentação da AAI será em 6 de maio
Sumário da Avaliação Ambiental Integrada é apresentado em Itaituba

### **APÊNDICE B – Listagem do texto “Vantagens das Hidrelétricas”**

Utilizam uma fonte renovável de energia
Viabilizam o uso de outras fontes renováveis
Contribuem para manter o ar mais puro que respiramos
Ajudam a combater as mudanças climáticas
Armazenam água potável
Promovem a segurança energética e a redução dos preços pagos pelo consumidor final
Elevam a confiabilidade e estabilidade do sistema elétrico do país
Contribuem significativamente para o desenvolvimento
Significam energia barata para hoje e amanhã
São um instrumento vital para o desenvolvimento sustentável

# **ANEXOS**

ANEXO A – Matérias analisadas do Site ([www.grupodeestudostapajos.com.br](http://www.grupodeestudostapajos.com.br)) e do Blog ([www.usinasdotapajos.com.br](http://www.usinasdotapajos.com.br))

### **Desenvolvimento exige expansão da oferta de energia (Blog)**

Existe uma relação direta entre energia e melhora da qualidade de vida, revelou o professor e pesquisador sênior do Gesel (Grupo de Estudo do setor de Energia Elétrica), da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Guilherme Dantas. Por isso, quando há um debate acirrado, e nem sempre iluminado, sobre a construção da Usina de Belo Monte, ele propõe que se faça a seguinte pergunta: “Estamos satisfeitos com o nosso nível de desenvolvimento socioeconômico?”. Se a resposta for negativa, “vamos precisar de mais energia”, diz.

Se não for Belo Monte, há alternativas? Sempre há, mas é preciso pesar os custos. Dantas lembra que o impacto ambiental se dá em diferentes níveis. Por exemplo, a energia hidrelétrica tem entre cinco e 20 gramas de emissões de CO<sub>2</sub> por KWh gerado; enquanto a eólica tem entre dez e 30 gramas; o gás, entre 400 e 440; o óleo, 550; e o carvão, 800.

Para o pesquisador, que participou do seminário promovido pelo Jornal GGN, “As Hidrelétricas da Amazônia e o Meio Ambiente”, medidas adotadas por políticas industriais e de eficiência são insuficientes e não anulam a necessidade de expansão energética.

Tanto ele como o presidente do Ibama, Volney Zanardi Júnior, admitem que houve uma certa banalização do licenciamento ambiental. “Virou apenas um atestado de conformidade ambiental; uma visão burocrática”, diz Zanardi. Para ele, o objetivo do licenciamento não é barrar ou atrasar obras, mas melhorar a performance ambiental das construtoras.

No que diz respeito às hidrelétricas, a principal conclusão entre os participantes do seminário foi a de que há uma comunicação falha entre cientistas, pesquisadores, governo e empresas com a sociedade. Um caminho ainda a ser trilhado, com a disseminação de informações corretas e de qualidade.

Fonte: Jornal GGN

### **Usina-plataforma: a geração de energia aliada à preservação ambiental (Site)**

Frente à necessidade de ampliar a oferta de energia elétrica para o Brasil, um novo conceito de usinas hidrelétricas começa a ganhar forma no Brasil, dentro do ponto de vista socioambiental: a usina-plataforma. A ideia é genuinamente nacional e está sendo formulada para atender à necessidade crescente de eletricidade com impactos mínimos ao meio ambiente. A aplicação deste novo modelo começará nas futuras hidrelétricas do Tapajós, em

fase de estudos ambientais e de viabilidade técnica e econômica.

O Brasil já utiliza cerca de 30% de seu potencial hidrelétrico, estimado em 260 mil megawatts (MW) e grande parte do que ainda não foi utilizado encontra-se na Amazônia, região de alta sensibilidade ambiental. Por isso, o Brasil, detentor de expertise reconhecida internacionalmente em construção de hidrelétricas desenvolve e aposta no conceito de usina-plataforma, a ser aplicado nas usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, no Rio Tapajós.

A usina-plataforma é um conceito que consolida todas as melhores práticas sociais e ambientais na construção de hidrelétricas durante a fase de planejamento e de construção. A operação será inspirada em plataformas de petróleo, que operam isoladas. As áreas não utilizadas serão recompostas, os acessos às hidrelétricas serão controlados e não será permitida a ocupação do entorno das usinas.

No caso das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, empreendimentos previstos para terem capacidade instalada total de 8,5 mil MW, os estudos estão sendo realizados já nesse novo conceito, preservando a região e garantindo o futuro do ecossistema no Médio Tapajós. “O conceito de usina-plataforma leva em conta a preservação e a conservação do bioma. No caso das usinas do Tapajós, fecharemos um polígono de 200 mil km<sup>2</sup>, que já são áreas protegidas”, afirmou o diretor de Geração da Eletrobras, Valter Cardeal. A Eletrobras é a líder do Grupo de Estudos Tapajós.

### **Artigo: Paradoxo ou paradigma da nossa matriz energética (Site)**

Sibá Machado\*

Nos leilões de energia elétrica realizados em 2013, o governo vem abrindo espaço para usinas a gás natural e empreendimentos à base de biomassa, incluindo biogás e resíduos sólidos urbanos (lixo), ainda que usinas dessas fontes não tenham conseguido fechar contratos. É louvável o esforço de se incluir o lixo como fonte de energia, um grande problema das metrópoles, cujos gestores estão cada vez mais preocupados com o destino adequado de rejeitos, principalmente se considerarmos a inclusão de milhões de brasileiros ao mercado consumidor e o fato de que, no Brasil, 99% dos dejetos seguem para aterros sanitários, sem gerar energia ou passar por qualquer reciclagem.

Some-se a isso o fato de que, em boa parte do mundo, o lixo se transformou em solução energética — existem hoje 1.483 usinas termelétricas com lixo como combustível — e que o máximo de avanço que conseguimos nesse sentido foi um protótipo com tecnologia 100%

nacional operando no câmpus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Também é louvável permitir a chegada de usinas a gás natural, pois temos grandes reservas, a serem ampliadas com o pré-sal. Transformar lixo em energia elétrica é uma forma de compensar os impactos do consumo, ao mesmo tempo em que vale ao país a marca da sustentabilidade. Usar o gás natural ajuda a diversificar a matriz com térmicas, sem o peso da poluição associada a outras fontes.

Ao mesmo tempo, para o leilão A-5, que aconteceu em 29 de agosto passado, o governo abriu espaço para a volta do carvão à matriz energética — não houve negociação da energia, mas elas participaram do certame. Recentemente, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, disse que o retorno do carvão é um “paradoxo ambiental”, uma vez que ocorrem restrições à construção de hidrelétricas na Amazônia.

De fato, as hidrelétricas são consideradas inimigas a serem combatidas de qualquer maneira por opositores que muitas vezes defendem interesses próprios, suprimindo o interesse coletivo por uma energia limpa e mais barata. Em pleno século 21, cuja dependência à energia elétrica é cada vez maior — vide a aposta em carros elétricos, abastecidos por meio de uma singela tomada — presenciamos uma fonte renovável e abundante ser descartada pela cultura da rejeição impregnada nos mais diversos setores da sociedade.

No próximo A-5, em dezembro, teremos algumas hidrelétricas negociadas. Nesse contexto, torna-se conveniente não perdermos de vista que essa forma de produzir energia é renovável, abundante, limpa e que desperta a atenção de outros países. Demandam investimentos vultosos necessários para movimentar a economia e podem impulsionar o desenvolvimento regional.

A última fronteira hidrelétrica no Brasil é a Amazônia, e lá se impõe o desafio de conjugar o desenvolvimento regional com a preservação dos biomas nativos. As atuais usinas em estudo para a região, projetadas sob o signo de usinas-plataforma, impulsionarão negócios dos mais diversos, movimentando a economia e garantindo avanços sociais variados na Região Norte do país, atualmente com o maior PIB em expansão.

As primeiras usinas a serem licitadas no modelo de usinas-plataforma serão as de São Luiz do Tapajós e Jatobá, no Pará, ainda em fase de estudo ambiental e cujos investimentos estimados ultrapassarão R\$ 25 bilhões, considerando não apenas as demandas por novos equipamentos e serviços associados ao empreendimento, mas por conta do que chegará às cidades próximas.

Redes de esgoto, infraestrutura viária, novos hospitais e postos de saúde, expansão da

telefonia, construção de moradias, escolas, creches são demandas quase obrigatórias pelos municípios que sediam hidrelétricas, com a vantagem ainda de acesso a produtos e serviços até então impensáveis para a população local. No caso Amazônico, além das benfeitorias, elas também serão fator de preservação ambiental, ao serem construídas com tecnologia moderna e o mínimo de intervenção no meio ambiente, sem grandes canteiros de obra, evitando assim a ocupação desordenada e contribuindo para a defesa da floresta com estímulo à pesquisa científica.

Essas novas propostas de usinas remetem a uma potência instalada de aproximadamente 8,5 mil megawatts (MW), o equivalente a uma Tucuruí. Mas se observarmos que temos 230 mil MW de potencial hidrelétrico, o risco de transformar o que é paradigma em paradoxo é muito grande — uma equação difícil até mesmo para a EPE resolver.

\*Sibá Machado (PT-AC) é deputado federal, vice-líder da bancada do PT

### **Grupo de Estudos Tapajós promove encontros para esclarecer informações sobre o Rima da AHE São Luiz do Tapajós (Site)**

O Grupo de Estudos Tapajós (GET), coordenado pela Eletrobras, promoveu, nos dias 4 e 5 de setembro, encontros com representantes de órgãos públicos, das Prefeituras de Itaituba e de Trairão e dos moradores da localidade de Vila Pimental, São Francisco e Periquito. Os encontros ocorreram nas cidades de Itaituba e Trairão, no Pará. #As reuniões tiveram como objetivo apresentar os dados dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) do Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós e tratar sobre as medidas que devem ser tomadas pelo futuro empreendedor que será responsável pela construção da usina após a realização do leilão.

Na ocasião, os integrantes do CNEC Worley Parsons, empresa contratada pelo GET para a realização dos estudos de engenharia e ambientais do projeto, apresentaram os resultados desses estudos. O grupo apresentou o projeto de engenharia e os principais desdobramentos que devem ocorrer nos meios físico (solos e qualidade da água), biótico (fauna e flora) e socioeconômico (perfil da população, de seus modos de vida, de incentivo à economia local e de alternativas de moradia, trabalho e renda). O gerente do Departamento de Meio Ambiente da Eletrobras, Anibal Rodrigues Ribeiro Silva, representou o Grupo de Estudos Tapajós nas reuniões e esclareceu questões a respeito dos estudos.

Após as apresentações, os participantes puderam fazer considerações e tirar dúvidas. As

principais questões foram relacionadas ao processo de reassentamento dos moradores das localidades de Vila Pimental, São Francisco e Periquito, em especial os benefícios do empreendimento na região, como as melhorias previstas para os setores de saúde, infraestrutura e educação, além de seus impactos no meio ambiente e nas atividades pesqueira e de mineração.

**Artigo: Povos Indígenas e Expansão Hidrelétrica na Amazônia: necessidade de regulamentação ou de interpretação da legislação existente?**

Erika Breyer, advogada

*Artigo publicado originalmente pela Agência CanalEnergia em 01/07/2013*

Uma pergunta recorrente surge a cada notícia veiculada sobre invasão de canteiros de obras de empreendimentos hidrelétricos em construção por populações indígenas, sequestro de pesquisadores e possível ausência de hidrelétricas nos leilões de energia é: como o Governo Federal pretende, de fato, transformar os planos de expansão da geração em realidade?

O Plano Decenal de Energia 2021 afirma que ao longo dos próximos 10 anos, a participação das hidrelétricas, PCH, termelétricas movidas a biomassa, e eólicas permanecerá crescendo, mantendo a matriz elétrica brasileira baseada em fontes de energia renováveis, chegando a 83,9% em 2021. Para isso, conta com um acréscimo de 31,7 mil MW só de geração hidrelétrica.

A maior parte desses projetos hidrelétricos está localizada na Amazônia, destacando a UHE Belo Monte, com 11.233MW de potência instalada. No entanto, as sucessivas invasões nos canteiros de obra da usina podem comprometer o cronograma de implantação do empreendimento e, conseqüentemente, as projeções do PDE. As invasões dos canteiros por indígenas têm ocorrido sob a alegação de não realização de consulta, nos moldes da Convenção OIT nº 169, às populações afetadas pelo empreendimento. No entanto, o consórcio responsável pela usina confirma a realização de 38 reuniões públicas com 24 comunidades anteriormente à emissão da licença prévia.

Outros projetos que também estão sofrendo com os impasses referentes à interpretação dos dispositivos da Convenção são aqueles planejados para serem implantados na bacia hidrográfica do rio Tapajós, a UHE São Luiz do Tapajós e a UHE Jatobá. Recentemente, três

pesquisadores que realizavam levantamentos de fauna e flora para compor os estudos ambientais das usinas foram sequestrados e roubados por índios Mundurucus que exigiam a suspensão dos estudos até que toda a população indígena da região fosse ouvida. O sequestro levou à interrupção dos estudos, o que também pode impactar as previsões de leiloar a UHE São Luiz do Tapajós, com 6.133 MW, no segundo semestre de 2014.

Os 6.133 MW representam um montante significativo do total de energia proveniente de empreendimentos que estão planejados para entrar em operação entre os anos de 2017 e 2021, que corresponde a 19.673 MW, de acordo com o PDE 2021.

Não se pode negar que existem tentativas de diálogo entre o Governo e os indígenas, que recentemente estiveram em Brasília para exigir a suspensão de estudos ou implantação de qualquer projeto hidrelétrico na Amazônia até a regulamentação da Convenção OIT nº 169. E as iniciativas não passam apenas por diálogo. Já foram adotadas medidas efetivas, embora lentas no resultado, como a instituição do Grupo de Trabalho para regulamentação do Direito de Consulta, com previsão de conclusão de suas atividades em janeiro de 2014.

No entanto, pergunta-se como resolver os conflitos atuais, uma vez que a energia destes projetos está contabilizada para atender a demanda que tem previsão de aumento em linha com o crescimento econômico, estimado em 4,7% ao ano em média.

Hoje, no Brasil, a exploração de potenciais hidrelétricos em terras indígenas é prevista na própria Constituição, sendo legítima e possível, desde que haja autorização do Congresso Nacional e que as comunidades sejam ouvidas. No entanto, este dispositivo se refere a projetos que causem interferência no interior de terras indígenas. Os projetos citados não estão localizados em terras indígenas e sim em áreas distantes, como por exemplo, a UHE São Luiz do Tapajós que está a mais de 40 km da terra indígena mais próxima.

Mesmo não se aplicando a determinação da Constituição para estes projetos, uma vez que estão fora dos limites de uma terra indígena, a Convenção OIT nº 169, já internalizada no ordenamento jurídico brasileiro, obriga a efetiva participação dos povos indígenas em decisões que os afetem diretamente e estabelece o procedimento de consulta para qualquer medida administrativa que venha a interferir no seu modo de vida. Também afirma que a consulta somente será considerada válida se a informação prestada pelo responsável pela interferência for consistente e acessível.

A fase de realização dos levantamentos de campo para elaboração dos estudos de viabilidade técnica-econômica e ambientais se presta justamente à coleta de informações in loco, para serem consolidadas e divulgadas posteriormente para todos os interessados, incluindo os próprios índios. Portanto, impedir a realização de estudos, que tem como objetivo conhecer a região e diagnosticar os impactos do futuro empreendimento, contrariaria a própria convenção, uma vez que esta determina que a consulta deve ser livre, prévia e, principalmente, informada.

É importante frisar que, após a fase de estudos, o projeto ainda terá sua viabilidade analisada pelo órgão ambiental competente, considerando todos os impactos, inclusive a interferência no modo de vida dos indígenas do entorno. Além disso, hoje a legislação exige a realização de audiências públicas para possibilitar a participação de todos os afetados, índios e não-índios. Para que a realização dos estudos se dê de forma não conflituosa, a divulgação prévia entre os indígenas a respeito de como e o que será pesquisado na região poderia ser a solução mais imediata, mesmo que este procedimento não esteja regulado.

Dessa forma, entende-se que, independentemente da tão almejada regulamentação dos procedimentos de consulta da Convenção OIT nº 169, sua aplicação já seria possível para os projetos que se encontram em fase de estudo, utilizando-a conforme a redação atual, complementada por instrumentos normativos vigentes, como aqueles que regulam o processo de licenciamento ambiental e garantem a participação da população afetada por algum empreendimento.

Com base nos dados colhidos na etapa de estudo, a consulta às populações indígenas sobre a implantação do projeto, que ainda poderá ser negada pelo órgão ambiental caso este conclua pela sua inviabilidade, poderá ser feita e o direito à participação estará garantido, o que trará maior segurança jurídica para os investidores necessários ao desenvolvimento de tais empreendimentos, uma vez que os direitos dos povos indígenas estariam respeitados.

De forma alguma, exclui-se a necessidade de regulamentação do art. 231 da Constituição e da própria Convenção, para assegurar procedimentos mais específicos e bem delineados de consulta às populações indígenas, mas na medida em que os conflitos estão ocorrendo neste momento e colocam em risco o atendimento da demanda futura por energia, não podemos esquecer as normas vigentes e possíveis de serem aplicadas aos casos vividos hoje.

Erika Breyer é Mestre em Desenvolvimento Sustentável – Energias Renováveis pela

University College London - e a responsável pela área de Energia e Sustentabilidade do Doria, Jacobina e Gondinho Advogados.

**ANEXO B – Pedido de acesso à informação à ELETROBRAS**

**Dados da Resposta**

Data de resposta 12/02/2015 13:23  
 Tipo de resposta Acesso Concedido  
 Classificação do Tipo de resposta Resposta solicitada inserida no e-SIC

**Resposta**

Prezada Senhora Larissa,  
 Segue abaixo a resposta da área responsável pelo seu pedido de informação.  
 Atenciosamente,  
 SIC DA ELETROBRAS

"Informamos que, com fundamento no artigo 22, da Lei 12.527/2011 c/c o artigo 5º, parágrafo 1º, do Decreto nº 7.774, de 16 de maio de 2012, e decisões do Tribunal de Contas da União, tendo em vista que a ELETROBRAS atua em regime de concorrência, existe restrição à divulgação de informação que tenha caráter estratégico para o negócio da empresa.

Art. 22, da Lei 12.527/2011:

"Art. 22. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público. "

"Art. 5º ...

§ 1º A divulgação de informações de empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades controladas pela União que atuem em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no art. 173 da Constituição, estará submetida às normas pertinentes da Comissão de Valores Mobiliários, a fim de assegurar sua competitividade, governança corporativa e, quando houver, os interesses de acionistas minoritários.

Atenciosamente,  
 Diretoria de Geração - DG"

**Classificação do Pedido**

Categoria do pedido Ciência, Informação e Comunicação  
 Subcategoria do pedido Comunicação  
 Número de perguntas 1

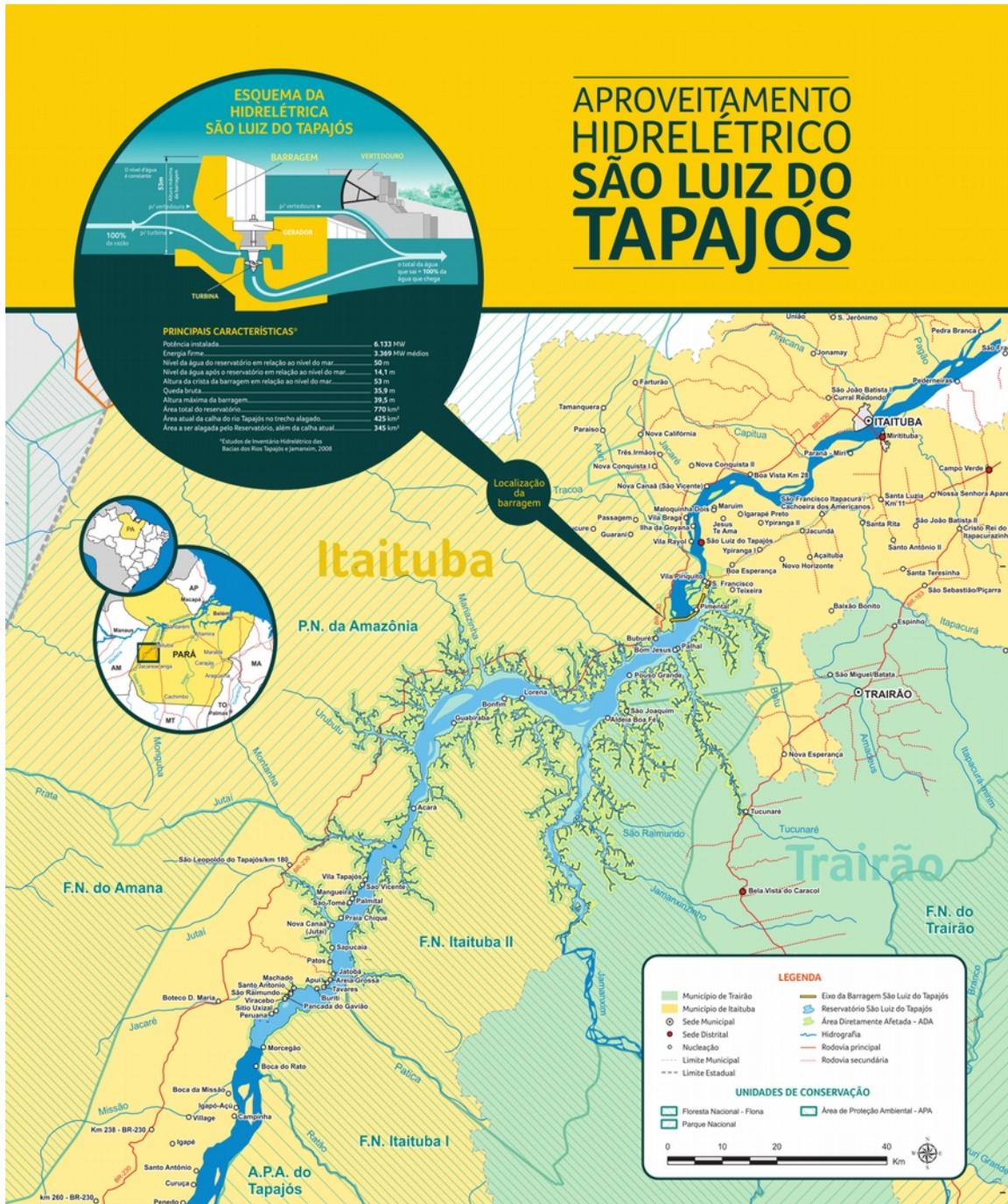
**Histórico do Pedido**

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
04/02/2015 15:05	Pedido Registrado para o Órgão ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	SOLICITANTE
04/02/2015 16:24	Pedido em Atendimento	ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
12/02/2015 13:23	Pedido Respondido	ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

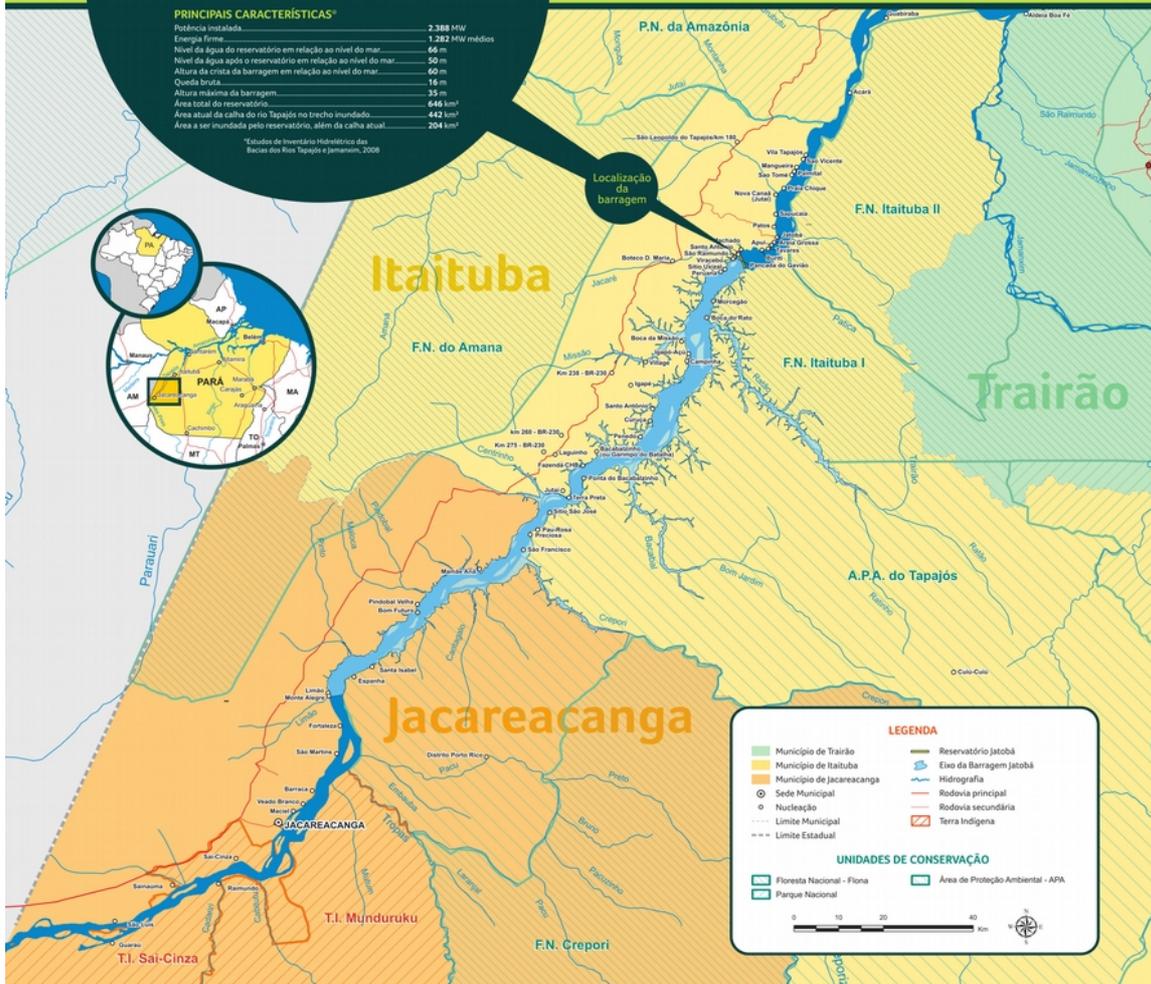
**Dados do Pedido**

Protocolo 99908000091201511  
 Solicitante Larissa Carreira da Cunha  
 Data de abertura 04/02/2015 15:05  
 Órgão Superior Destinatário ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.  
 Órgão Vinculado Destinatário  
 Prazo de atendimento 24/02/2015  
 Situação Respondido  
 Status da Situação Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)  
 Forma de recebimento da resposta Pelo sistema (com avisos por email)  
 Resumo Solicitação do valor gasto pela ELETROBRAS e ELETRONORTE para a execução do projeto de comunicação "Diálogo Tapajós" que realizou a comunicação com a sociedade e comunidades ribeirinhas durante a fase de estudos na região do Tapajós  
 Detalhamento Solicitação do valor gasto pela ELETROBRAS e ELETRONORTE (valores gastos de cada uma) para a execução do projeto "Diálogo Tapajós" que realizou a comunicação com a sociedade e comunidades ribeirinhas durante a fase de estudos de impacto ambiental e viabilidade econômica dos aproveitamentos hidrelétricos de São Luiz do Tapajós e Jatobá na região do Tapajós no Estado do Pará.  
 Os valores gastos totais devem incluir todas as despesas gastas com o projeto como: recursos humanos, pessoa física, pessoa jurídica, escritórios, material de consumo, material permanente, entre outros.  
 Solicitação do valor gasto por todo o estudo de viabilidade econômica e ambiental dos aproveitamentos hidrelétricos de São Luiz do Tapajós e Jatobá.

# ANEXO C – Mapa do projeto da UHE São Luiz do Tapajós e Jatobá



# APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO JATOBÁ



## **ANEXO D - Proposta de Protocolo de Consulta Montanha e Mangabal**

*Elaborada pelos beiradeiros do Projeto Agroextrativista Montanha e Mangabal, reunidos no Machado, em 26 e 27 de setembro de 2014*

*Nós não somos invisíveis e não abrimos mão do nosso lugar. No passado, os grileiros diziam que ninguém vivia em Montanha e Mangabal, mas lutamos e conseguimos que nosso direito à terra fosse reconhecido. Agora, é o governo quem diz que não existimos e planeja construir barragens no rio Tapajós sem nem nos consultar. Mas sabemos que a lei garante nosso direito à consulta prévia e exigimos que ele seja cumprido. Aqui, neste beiradão, nós nascemos e nos criamos. Pegamos malária, enfrentamos as cachoeiras, cortamos seringa, caçamos gato, pescamos, fizemos nossas roças. Foi assim nossa vida.*

*À beira do Tapajós, enterramos nossos pais e nossos filhos. Exigimos ser consultados. E lembramos também dos beiradeiros de comunidades como Mamãe-Anã, Penedo, Curuçá, Pimental, São Luiz e Vila Rayol, e de aldeias como a do Chico Índio e a de Terra Preta (Apiaká), que, assim como nós e os Munduruku, devem ser consultados sempre que o governo tiver planos que afetem nossas terras.*

*Quem deve ser consultado?*

*Devem ser consultados os moradores mais antigos, que têm conhecimento de toda a área. São eles que ensinam aos filhos, netos, bisnetos como tirar a sobrevivência da floresta e do rio. Eles são referências para nossa comunidade, são reconhecidos por nós e todos precisamos muito deles.*

*As mulheres também devem ser consultadas. Elas sabem como tratar o peixe, botar roça e fazer farinha. Temos puxadeiras, parteiras, rezadeiras, que sabem remédios que nem todo médico conhece. Aprenderam com suas mães. Garrafada para curar malária, rezas para urdidura e quebrante – com tudo isso, criamos nossos filhos.*

*Os jovens também devem ser consultados. Eles são os herdeiros dos ensinamentos que vieram de geração em geração. Estão estudando, recebendo conhecimentos que muitos de nós não recebemos. Mais tarde, são eles que vão nos representar.*

*Outras pessoas importantes para a comunidade – como os professores que lecionam aqui (mesmo os que não são filhos da terra), o nosso guarda de endemias, os dirigentes das igrejas, os pequenos comerciantes, os moradores que todos os anos fazem as festas tradicionais, como, em seu tempo, faziam seus pais e seus avós – também devem ser consultadas.*

*Hoje, muitos filhos do beiradão passam períodos na cidade. Muitos saíram por necessidade, para levar seus filhos para estudar, porque, em Montanha e Mangabal, a escola só atende as primeiras séries. Mas aqueles que estão lá têm a raiz enterrada aqui.*

*Eles participam das tradições e comem o peixe daqui. Além disso, ficam sabendo das coisas que estão acontecendo e passam informações para nós. Por isso, exigimos sua participação na consulta.*

*Como deve ser o processo de consulta?*

*Nós queremos ser consultados todos juntos, porque todo mundo aqui sabe de alguma coisa e luta por um só ideal. O governo não pode consultar famílias separadamente.*

*Nunca nos sentimos à vontade com as conversas em separado feitas por representantes do governo ou de empresas. Sabemos que nossos direitos não são favores. Por isso, não adianta o governo nos prometer nada em troca de aceitarmos sua proposta. O governo também não pode nos consultar quando já tiver tomado uma decisão: temos direito à consulta prévia.*

*As reuniões devem ser em nossa comunidade e também em Itaituba, para os beiradeiros que se encontrarem lá. Quando o governo quiser se reunir com a gente, deve nos procurar com uma antecedência mínima de três semanas, para acertarmos, juntos, as atas. Precisamos desse tempo para avisar as famílias, de casa em casa, sobre a reunião e para distribuir combustível para seus barcos, voadeiras e rabetas.*

*Muitos precisam ir à rua nos finais de mês, para receber salário, aposentadoria ou outros benefícios. Então, o melhor período para reuniões é entre os dias 10 e 25. Nos meses de setembro e outubro, temos muito trabalho em nossas roças e, por isso, não podemos dedicar o tempo necessário para mobilizar reuniões. Só nos reunimos nestes dias em setembro porque ficamos sabendo que o governo está apressando os passos e passando por cima de nós.*

*Sempre que quiser marcar reunião, o governo tem que avisar a nossa associação. Deve nos avisar também pelo rádio, em todas as frequências a seguir: 6575 (Apuí), 6852 (Jatobá), 6646 (Vilinha), 6543 (Nova Canaã ou Ramal), 6724 (Machado), 7907 (Três Irmãs), 5793 (Boca do Rato), 6710 (Itaituba). O pessoal do governo, quando vem fazer reunião com a gente, quer falar muito bonito, muito técnico, com palavras difíceis que nós não conhecemos. Nas reuniões da consulta, eles têm que falar a nossa língua, a linguagem do nosso dia-a-dia, a linguagem do beiradeiro. O governo precisa entender também que muitos de nós não sabemos ler. E que o nosso conhecimento não pode ser desprezado.*

*Também devem participar das reuniões os nossos parceiros: o Ministério Público Federal, as organizações escolhidas por nós e nossos convidados especiais, inclusive técnicos de nossa confiança, que serão indicados por nós. Os custos da nossa presença e dos nossos parceiros em todas as reuniões (transporte, hospedagem, alimentação e outras despesas que forem necessárias) devem ser pagos pelo governo. Se a polícia estiver nas reuniões, isso já será uma pressão. Não aceitaremos agentes da Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército, Força Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência ou de qualquer outra força de segurança pública ou privada, inclusive disfarçados. O governo não pode fazer imagens nossas sem nossa autorização por escrito. Para nossa segurança, as reuniões devem ser filmadas e o governo deve nos entregar cópias completas das gravações.*

*As reuniões sobre as quais falamos até agora, dividem-se em:*

*- Reunião para fazer acordo sobre o plano de consulta: O governo deve ser reunir com a*

*gente para chegarmos a um acordo sobre o plano de consulta. O plano de consulta deve respeitar este documento, que diz como nos organizamos e tomamos nossas decisões.*

*- Reunião informativa: O governo deve se reunir com a gente, para informar seus planos e tirar nossas dúvidas. Toda reunião deve ser sempre repetida em três locais: Vilinha e Machado (ambas no Projeto Agroextrativista - PAE Montanha e Mangabal) e na sede de Itaituba. Além de nós, devem participar dessa reunião nossos parceiros.*

*- Reuniões internas: Depois das reuniões informativas, teremos reuniões internas e também com os Munduruku. A consideração que os Munduruku têm por nós é a que nós temos por eles; por isso, queremos ouvi-los. Podemos convidar nossos parceiros para as nossas reuniões internas. Já o governo não pode estar presente. Se aparecerem mais dúvidas, o governo deverá fazer mais reuniões informativas, com a nossa participação e de nossos parceiros. Depois disso, poderemos fazer outras reuniões com nossos parceiros, sem o governo, para nova rodada de discussão. Deverão ser realizadas quantas reuniões forem necessárias para nos informarmos completamente.*

*- Reunião de negociação: Quando nós tivermos informações suficientes e depois de discutirmos entre nós, o governo deve se reunir conosco, no local que indicaremos (no interior do PAE Montanha e Mangabal), para ouvir nossa resposta. Nesta reunião, devem participar também os nossos parceiros. O governo deve ouvir e responder a nossa proposta, mesmo que ela for diferente da proposta do governo.*

*Como nós tomamos nossas decisões?*

*A gente costuma ficar conversando entre a gente até chegar a um acordo. Por isso, precisamos de tempo suficiente para construir esse acordo. E se não houver acordo, a maioria decide na assembleia.*

*O que esperamos da consulta?*

*O governo tem que nos escutar, ouvir nossas propostas e aceitar o que a nossa comunidade quer. Estamos aqui há muitas gerações e sabemos do que estamos falando.*

*\* A construção deste documento foi assessorada pelo projeto “Consulta prévia, livre e bem informada: um direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia” e pelo Ministério Público Federal.*